

Estado da Emigração

01

TRÊS ESTUDOS SOBRE A NOVA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

ORGANIZADORES

Cláudia Pereira
Jorge Malheiros
João Peixoto

 **Observatório
da Emigração**

Três Estudos Sobre a Nova Emigração Portuguesa

Estado da Emigração

Temos, hoje, um número crescente e diversificado de estudos sobre a emigração portuguesa, desde projetos individuais de doutoramento ou pós-doutoramento até pesquisas coletivas de investigação de maior dimensão e com objetivos mais ambiciosos. A coleção que o Observatório da Emigração agora inicia pretende dar conta, em moldes condensados, do conhecimento produzido por aqueles projetos e pesquisas.

Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto (orgs.)

TRÊS ESTUDOS SOBRE A NOVA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Observatório da Emigração | Lisboa, 2021

© Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto (orgs.), 2021

Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto (orgs.)
Três Estudos Sobre a Nova Emigração Portuguesa

Primeira edição: novembro de 2021

ISBN Digital: 978-972-8048-70-9

DOI: 10.15847/CIESOMEE012021

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Observatório da Emigração, CIES-Iscte

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

Página: <http://observatorioemigracao.pt/>

Apoios

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Fundo para as Relações Internacionais

Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Índice

Índice de figuras e quadros	v
Sobre os autores	xiii
Prefácio (Rui Pena Pires)	xvii
1 Introdução	1
<i>Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto</i>	
2 Nova emigração portuguesa	7
<i>João Peixoto, Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros, Paulo Miguel Madeira, Pedro Candeias, Bárbara Ferreira, Aline Schiltz, Alexandra Ferro e Eugénio Santana</i>	
3 Êxodo de competências e mobilidade académica de Portugal para a Europa	37
<i>Rui Gomes, João Teixeira Lopes, Henrique Vaz, Luísa Cerdeira, Sílvia Silva, José Pedro Silva, Rui Brites, Paulo Peixoto, Raíafa Ganga, Maria Lourdes Machado-Taylor, Belmiro Cabrito e Tomás Patrocínio, Dulce Magalhães</i>	
4 Travessias do Atlântico	61
<i>Marta Vilar Rosales e Vânia Pereira Machado</i>	

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1	Número de inquiridos nos países com mais de 100 respostas	15
2.2	Distribuição dos inquiridos segundo o sexo	16
2.3	Média da idade dos inquiridos	17
2.4	Níveis de escolaridade	18
2.5	Anos de chegada (mínimo, quartis e máximos observados)	20
2.6	Principais motivos para a saída de Portugal	20
2.7	Principais condições perante o trabalho, antes de emigrar	21
2.8	Principais situações na profissão e tipos de contrato dos empregados por conta de outrem, atualmente no destino	23
2.9	Mobilidade socioprofissional	24
2.10	Rendimentos médios brutos antes de depois da emigração	25
2.11	Satisfação com a profissão	26
2.12	Indicador de dificuldades de integração	27
2.13	Frequência das visitas a casa	28
2.14	Proporção de inquiridos que envia remessas	29
2.15	Montante mensal médio das remessas enviadas	30
2.16	Planos para o futuro	31
3.1	Caracterização sociográfica dos respondentes: sexo e idade	47
3.2	Qualificação académica dos respondentes	48
3.3	Ano da última saída de Portugal	48
3.4	País de residência atual	49
3.5	Situação perante o trabalho antes e após a migração	50
3.6	Rendimento mensal líquido antes e após a migração	50
3.7	Área científica de formação inicial e da mais elevada	51
3.8	Correspondência entre o trabalho exercido e a formação académica antes e após a migração	51

3.9	Razões para a emigração	52
3.10	Expectativas em relação ao futuro	53
4.1	População residente no Brasil, nascida em Portugal 1960-2010 ...	65
4.2	População residente nascida em Portugal, segundo sexo e nacionalidade, por grupos de idade	72
4.3	População residente há menos de 10 anos nascida em Portugal, segundo a nacionalidade, por grupos de idade	72
4.4	População residente nascida no exterior, por nível de escolaridade	79
4.5	População residente nascida em Portugal, por nível de escolaridade	79
4.6	População residente nascida em Portugal, naturalizada brasileira, por nível de instrução	80
4.7	População residente nascida em Portugal, estrangeira, por nível de instrução	80
4.8	População residente em 2010, nascida em Portugal, segundo o sexo e a taxa de atividade	86
4.9	População residente em 2010, chegada há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o sexo e a taxa de atividade	86
4.10	População residente, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade	93
4.11	População masculina residente, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade	93
4.12	População feminina residente, nascida em Portugal, segundo sector de atividade	94
4.13	População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade	94
4.14	População masculina residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade	95
4.15	População feminina residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade	95
4.16	Autorizações concedidas a portugueses por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013	98
4.17	Tipo de autorizações concedidas a portugueses, 2008-2013	98
4.18	Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013	99
4.19	Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, 2008-2013(3t)	99
4.20	Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013	100
4.21	Percentagem de autorizações concedidas a portugueses 2008-2013	101

Quadros

2.1	Número de inquiridos nos países com mais de 100 respostas	15
2.2	Distribuição dos inquiridos segundo o sexo	16
2.3	Média da idade dos inquiridos	17
2.4	Níveis de escolaridade	18
2.5	Principais motivos para a saída de Portugal	20
2.6	Principais condições perante o trabalho em Portugal, antes de emigrar	21
2.7	Mobilidade socioprofissional	24
2.8	Rendimentos médios brutos antes e depois da emigração	25
2.9	Satisfação com a profissão	26
2.10	Indicador de dificuldades de integração	27
2.11	Frequência das visitas a casa	28
2.12	Proporção de inquiridos que envia remessas	29
2.13	Montante mensal médio das remessas enviadas	30
2.14	Planos para o futuro	31
3.1	Fatores de <i>deskilling</i> e de <i>reskilling</i> nos países de destino	44
3.2	Fatores de atração e de repulsão em Portugal e no país de destino	45
3.3	Relações com Portugal	46
4.1	População residente no Brasil, 1991-2010	64
4.2	Imigrantes internacionais residentes no Brasil, 2000-2010	64
4.3	Imigrantes internacionais residentes no Brasil, por país de procedência 2000-2010	64
4.4	Imigrantes internacionais retornados, residentes no Brasil, por país de procedência 2000-2010	65
4.5	População residente no Brasil e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, segundo a década de chegada	65
4.6	População residente nascida em Portugal, segundo o sexo por estado de residência	67
4.7	População residente, nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, segundo a nacionalidade	67
4.8	População residente há menos de 10 anos nas várias unidades federais, nascida em Portugal segundo a nacionalidade	68
4.9	Local morada anterior, população residente nascida em Portugal	68
4.10	País de residência anterior, população residente, nascida em Portugal	69
4.11	Residência em julho de 2005, população residente nascida em Portugal	70
4.12	País de residência em 31 de Julho de 2005, população residente nascida em Portugal	70

4.13	População residente, nascida em Portugal, por estado civil e unidade federal (Rio de Janeiro e São Paulo)	74
4.14	Tipo de unidade doméstica, população residente nascida em Portugal	74
4.15	Tipo de unidade doméstica, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal	74
4.16	Composição familiar, população residente nascida em Portugal	75
4.17	Composição familiar, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal	75
4.18	Número de pessoas que compõe a família, população residente nascida em Portugal	76
4.19	Número de pessoas que compõe a família, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal	76
4.20	Total de filhos nascidos vivos, mulheres residentes há mais de 10 anos nascidas em Portugal.....	77
4.21	Total de filhos nascidos vivos, mulheres residentes há menos de 10 anos nascidas em Portugal.....	77
4.22	População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo	81
4.23	População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo	81
4.24	População residente há menos de 10 anos, nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo	81
4.25	População residente nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e grupos de idade	82
4.26	População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e grupos de idade ...	83
4.27	População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior, por tipo de grau	84
4.28	População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior (licenciatura), por área de estudos	84
4.29	População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior (doutoramento), por área de estudos	84
4.30	Condição de atividade na semana de referência (maiores de 15 anos)	85
4.31	Condição de atividade na semana de referência (residentes há menos de dez anos, maiores de 15 anos)	85
4.32	População residente (maiores de 15 anos), nascida em Portugal, ativa, segundo horas de trabalho, segundo o sexo	87
4.33	Situação perante o trabalho da população ativa residente (maiores de 15 anos), nascida em Portugal	88

4.34	População residente (maiores de 15 anos), nascida no exterior (Portugal e total), por nacionalidade, segundo grupos de ocupação	90
4.35	População residente há menos de 10 anos nascida no exterior (maiores de 15 anos) (Portugal e total), por nacionalidade, segundo grupos de ocupação	91
4.36	População residente nascida em Portugal, por período de chegada e UF, segundo os grupos de ocupação	92
4.37	Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros	97
4.38	Autorizações concedidas por país de origem	97
4.39	Porcentagem de autorizações concedidas a portugueses, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013	99
4.40	Porcentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013	100

Sobre os autores

Alexandra Ferro, mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo pela FCSH, é Oficial de Programa na Organização Internacional para as Migrações em Moçambique.

Aline Schiltz, geógrafa, doutorada em Ciências Políticas pela Universidade do Luxemburgo, afiliada ao IGOT da Universidade de Lisboa, é assessora na embaixada do Luxemburgo em Lisboa.

Bárbara Ferreira, licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH/UNL, mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo ISEG/ ULisboa e doutoranda em Sociologia Económica e das Organizações, na mesma instituição. Fez parte da equipa do IGOT-UL no Projeto REMIGR.

Belmiro Cabrito, doutorado em Ciências da Educação, é professor associado aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e investigador na Unidade de Investigação e de Desenvolvimento em Educação e Formação-UL.

Cláudia Pereira, doutorada em Antropologia pelo Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, é investigadora do Iscte, integrada no CIES-Iscte. Foi diretora executiva do Observatório da Emigração entre 2017 e 2019.

Dulce Magalhães, doutorada em Sociologia, professora auxiliar do departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Post-mortem.

Eugenio Santana, licenciado em Antropologia, mestre em Migrações, Inter-Etnicidade e transnacionalismo e estudos avançados doutorais em Antropologia pela FCSH-UNL, doutorando em Migrações no IGOT-UNL, docente na Universidade Eduardo Mondlane, MICULTUR.

Henrique Vaz, doutorado em Ciências da Educação, professor auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e

de Ciências da Educação da Universidade do Porto e investigador no Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto (CIIE-UP)

Isabel Tiago de Oliveira, doutorou-se em demografia e é professora auxiliar no Iscte, Instituto Universitário de Lisboa e investigadora no CIES-Iscte. Faz investigação na área da demografia e tem publicado artigos sobre fecundidade, contraceção, mortalidade e migrações.

Joana Azevedo, doutorada em Teoria e Investigação Social pela Sapienza-Università di Roma, é professora auxiliar no Iscte e investigadora do CIES-Iscte. Integrou a equipa do Remigr. Faz parte da equipa permanente do Observatório da Emigração.

João Peixoto, doutorado em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG/Universidade de Lisboa, é professor do ISEG e investigador do SOCIUS.

João Teixeira Lopes, doutorado em Sociologia, professor catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP).

Jorge Malheiros, geógrafo, coordenador do Grupo de Investigação ZOE (Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais) do Centro de Estudos Geográficos do IGOT da Universidade de Lisboa, onde é professor associado. Desenvolve investigação na área da Geografia Social (migrações, estudos urbanos e habitação) e da Geografia Política.

José Carlos Marques, doutorado em Sociologia pela FEUC, é professor do Politécnico de Leiria e investigador do CICS.NOVA. IPLeia.

José Pedro Silva, licenciado em Sociologia pela FLUP e doutorado em Sociologia pelo ICS-UL, é investigador da EPIUNIT-ISPUP e investigador colaborador do ISUP.

Luísa Cerdeira, doutorada em Ciências da Educação Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, é professora do Instituto de Educação e investigadora da UIDEF. Participou no projeto “Êxodo de Competências e Mobilidade Académica de Portugal para a Europa”.

Maria Lourdes Machado-Taylor, doutorada em Ciências Empresariais é investigadora do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES).

Marta Vilar Rosales, doutorada em Antropologia Social e Cultural. Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da ULisboa e professora auxiliar convidada do Departamento de Antropologia da FCSH,UNL. Coordena o Doutoramento em Migrações no ICS e o Migration HUB da mesma instituição.

Paulo Miguel Madeira, doutorado em Geografia pelo IGOT-Universidade de Lisboa, é investigador no ICS-Universidade de Lisboa. Fez parte da equipa do CEG-IGOT do projeto REMIGR-Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa.

- Paulo Peixoto**, doutorado em Sociologia, é professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES-UC)
- Pedro Candeias**, mestre em Sociologia pelo Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, candidato a doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Bolseiro de investigação no EnviHeB Lab do Instituto de Saúde Ambiental da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Pedro Góis**, doutorado em Sociologia, professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. Fez parte da equipa Remigr.
- Rafaela Ganga**, doutorada em Sociologia, é investigadora associada de Pós-doutoramento na Liverpool John Moores University.
- Rui Brites**, doutorado em Sociologia, professor associado convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão e investigador do CIES-Iscte.
- Rui Gomes**, doutorado em Ciências da Educação, professor catedrático na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC).
- Sílvia Silva**, mestre em Sociologia — Cidades e Culturas Urbanas pela FEUC e com Diploma de Estudos Doutorais — Doutoramento em Sociologia pela mesma instituição. É investigadora do CES-UC. Fez parte da equipa do projeto BRADRAMO.
- Tomás Patrocínio**, doutorado em Ciências da Educação, é professor auxiliar convidado do Instituto de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Vânia Pereira Machado**, mestre em Antropologia pelo Iscte, Instituto Universitário de Lisboa e doutoranda em Migrações no ICS-UL. Fez parte da equipa dos projetos Travessias do Atlântico e Transits no ICS-UL.

Prefácio

Para conhecer, analisar e explicar a emigração portuguesa precisamos de acionar e combinar múltiplas metodologias. Não está em causa, naquela afirmação, apenas a referência à utilidade da clássica combinação entre metodologias extensivas e intensivas. No estudo da emigração portuguesa começa por ser necessário combinar, desde logo, diferentes metodologias e métodos extensivos, nomeadamente a análise de estatísticas institucionais com a realização de operações de inquérito por questionário.

Os dados das estatísticas institucionais permitem medir e caracterizar, em termos muito gerais, os fluxos e populações de emigrantes portugueses. As medidas são, em rigor, estimativas construídas com as estatísticas-espelho usadas para caracterizar a emigração, ou seja, com as estatísticas sobre a entrada e residência de portugueses nos países de destino. A qualidade dessas estimativas depende, pois, da qualidade das estatísticas sobre imigração nos países de destino ou, mais simplesmente, da existência dessas estatísticas. Apesar de todos os problemas que resultam quer da desigual qualidade dos diferentes sistemas estatísticos nacionais, quer da falta de harmonização dos indicadores usados em cada país, as estimativas realizadas com recursos às estatísticas-espelho são fundamentais. Não há outra maneira de medir, ainda que aproximadamente, o volume e as características gerais dos fluxos e das populações emigradas. E, sem essa medida, é impossível contextualizar e precisar o significado estatístico dos resultados de estudos que produzem os seus próprios dados através de processos de inquirição mais localizados.

A análise contextualizada das estatísticas institucionais permite, ainda, identificar associações relevantes entre migrações e outros processos sociais, o que, por sua vez, autoriza a construção de hipóteses plausíveis sobre as causas daquelas migrações. Porém, se quisermos aprofundar aquela análise causal e explicar melhor os fenómenos migratórios observados e a diversidade das suas concretizações, os dados agregados das estatísticas institucionais

são insuficientes. Só através de processos de inquirição, extensivos e intensivos, é possível aceder às razões dos migrantes para migrar e aos seus projetos migratórios. Só recorrendo àquelas metodologias é possível obter informação relevante sobre as trajetórias de mobilidade dos migrantes e sobre os espaços relacionais em que se vão, sucessivamente, localizando e construindo pertenças plurais. Como em todos os outros processos sociais, a explicação das migrações não se faz satisfatoriamente sem aceder à subjetividade dos agentes que os produzem.

A explicação da emigração portuguesa requer, portanto, a multiplicação de projetos de investigação focados em componentes e dimensões específicas daquele processo. Hoje, depois de um interregno em que a maioria dos estudos sobre as migrações em Portugal incidiu, quase exclusivamente, sobre a imigração, atingiu-se um maior equilíbrio neste domínio de investigação. Continuamos, e bem, a ter, todos os anos, novos projetos sobre a imigração em Portugal, mas temos, também, um número crescente de estudos sobre a emigração portuguesa. O universo desses estudos é já consideravelmente diversificado, incluindo projetos individuais de doutoramento ou pós-doutoramento, bem como, sobretudo, projetos coletivos de investigação de maior dimensão, com objetivos mais ambiciosos.

A nova coleção que o Observatório da Emigração agora inicia pretende dar conta, em moldes condensados, do conhecimento produzido por aqueles projetos. Ao fazê-lo queremos sublinhar as vantagens de uma combinação virtuosa entre componentes diferentes, mas complementares, do estudo da emigração portuguesa. A investigação sobre a emigração portuguesa inclui o trabalho científico de medida, caracterização, análise e explicação deste processo de mobilidade socioespacial. Este trabalho é realizado com base na recolha, harmonização e tratamento das estatísticas institucionais bem como através da produção e análise de informação original mais específica, aprofundada e diversificada que é obtida em múltiplos projetos. Reunir todo este conhecimento e o acesso fácil e gratuito aos seus principais resultados foi sempre um dos objetivos do Observatório. Hoje, damos um passo mais nesse sentido, começando a juntar à informação geral que já disponibilizamos o conhecimento específico produzido no quadro de múltiplos projetos de investigação, indispensável para analisar e explicar devidamente a emigração portuguesa.

Rui Pena Pires

Capítulo 1

Introdução

Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto

Um dos principais objetivos do Observatório da Emigração é divulgar os estudos que se vão realizando sobre o tema da emigração portuguesa. É certo que a medição regular dos fluxos, através dos dados estatísticos oficiais, capta já muitas das realidades da emigração. Por isso, o Observatório reúne e divulga os dados estatísticos disponíveis. Porém, as estatísticas oficiais estão longe de estabelecer um retrato rigoroso e aprofundado da emigração. Por um lado, as diferenças de metodologia e de conceitos que estão na base da produção estatística levam a frequentes incoerências entre os dados, quando se trata de perceber as características de fluxos concretos. Por outro, os objetivos dos organismos estatísticos oficiais são limitados, não podendo recolher informação que permita responder a todas as inquietações e perguntas que se podem levantar acerca da emigração. Finalmente, a análise de questões mais específicas e finas tende a exigir, não só tratamentos particulares da informação existente, como processos de recolha complementares e dirigidos. O papel dos investigadores é, assim, fundamental quando se trata de conhecer a realidade dos movimentos migratórios, em particular da emigração portuguesa, considerando três dimensões fundamentais: os fluxos em si mesmos, a integração nos países de destino e as práticas transnacionais associadas à relação com Portugal.

Para responder a esta necessidade, o Observatório da Emigração tem divulgado regularmente os contributos da investigação. As entrevistas a investigadores e a consulta e divulgação de bibliografia adequada estão entre os principais recursos que tem utilizado. Até à data, muitos foram já os pontos de vista e resultados divulgados, tanto oriundos de investigadores portugueses como estrangeiros, respeitantes quer a estudos efetuados em Portugal, quer aos diversos países de destino.

A série de publicações que agora se inicia, acerca do estado da emigração portuguesa, procura satisfazer este objetivo de uma outra forma: divulgando de modo aprofundado os resultados de estudos sobre a emigração portuguesa que tenham coincidido no tempo ou no espaço ou, ainda, incidido sobre conjunturas semelhantes. A reunião dos resultados de estudos independentes numa mesma publicação permite aproximar os seus contributos e complementar abordagens, tornando mais fortes as suas conclusões comuns e destacando as suas diferenças.

Este livro reúne, precisamente, sínteses alargadas de resultados de três grandes estudos sobre a emigração portuguesa que foram efetuados entre 2012 e 2015. Trata-se de trabalhos com várias características comuns: todos foram financiados por fundos públicos, designadamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); todos reuniram equipas amplas e, na maioria dos casos, interdisciplinares; todos estiveram baseados em instituições universitárias portuguesas de nomeada; e todos se dedicaram ao movimento emigratório existente na época. Neste último aspeto, deve ser lembrado que se debruçaram sobre um período marcante da emigração portuguesa: após a crise económica e social iniciada em 2011, na sequência do resgate financeiro imposto pela *troika*, o volume de saídas cresceu vertiginosamente, tendo abarcado todas as regiões e grupos sociais do país, embora com impactos diferenciados.

O primeiro capítulo do livro respeita ao projeto de investigação *Retorno ao Futuro: a Nova Emigração e a Relação Com a Sociedade Portuguesa* (REMIGR). Este estudo, que decorreu entre 2013 e 2015, reuniu várias instituições universitárias portuguesas: a Universidade de Lisboa, através do ISEG e do IGOT; a Universidade de Coimbra, por meio do CES; e o Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. O financiamento coube à FCT. A equipa foi ampla e multidisciplinar, reunindo 12 investigadores com formação em sociologia, geografia e demografia.

O principal objetivo do projeto foi conhecer a dimensão e características da nova emigração portuguesa, em particular a que ocorreu depois do início do século XXI. As variáveis estudadas foram, entre outras, o perfil dos novos emigrantes, as razões para a saída, os padrões de integração no destino e as relações mantidas com Portugal. Neste último aspeto, procurou-se perceber de que modo a saída não exclui a manutenção de vínculos com o país de origem e quais são as eventuais intenções de retorno.

O projeto destacou-se, ainda, pela metodologia utilizada. Para além da recolha e tratamento de estatísticas nacionais e internacionais, foi efetuado um extenso inquérito por questionário, em versão *online* e em papel, aos novos emigrantes, complementado por várias entrevistas a especialistas e representantes institucionais. O inquérito por questionário reuniu mais de 6.000 respostas, o que explica a importância dos resultados. Os países de destino

escolhidos para aprofundamento da pesquisa foram Reino Unido, França e Luxemburgo, na União Europeia, e Angola, Moçambique e Brasil, fora da Europa. Eles representavam, na altura, alguns dos principais destinos, consolidados ou emergentes, da nova emigração, existindo uma intenção deliberada de combinar a análise de fluxos para países europeus mais desenvolvidos num quadro, à data, de livre circulação,¹ com fluxos orientados para países lusófonos menos desenvolvidos, enquadrados na lógica, menos frequente mas dinâmica, dos movimentos migratórios norte-sul.

O segundo capítulo apresenta uma síntese de alguns dos principais resultados do projeto de investigação BRADRAMO — *Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe*. Este projeto decorreu, como o anterior, entre 2013 e 2015. As instituições envolvidas foram a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa, através de várias das suas unidades orgânicas e centros de investigação. O projeto foi financiado pela FCT e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do COMPETE — Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC). A equipa foi igualmente ampla e pluridisciplinar, tendo abrangido 13 investigadores, provenientes da sociologia, ciências da educação e economia.

O principal objetivo deste estudo foi avaliar a realidade da “fuga de cérebros” (*brain drain*) em Portugal, designadamente o seu aumento recente. Este fenómeno tornou-se relevante no país apenas nas últimas décadas, quando a emigração passou a abranger vários níveis de qualificação, incluindo a formação superior. O forte aumento da qualificação escolar das gerações mais novas, a partir dos anos 70 do século XX, conjugado com a precarização das relações laborais e as dificuldades endémicas de inserção profissional, tornaram as saídas de jovens qualificados uma novidade na emigração portuguesa. E essas saídas agravaram-se substancialmente após 2011.

Do ponto de vista metodológico, o estudo reuniu também técnicas quantitativas e qualitativas de recolha de informação. Enquanto no estudo anterior o pendor recaiu para a vertente quantitativa, muitos dos principais resultados deste projeto provêm da sua natureza qualitativa. O projeto recorreu, assim, a inquéritos por questionário, complementados com entrevistas com grupos focais e histórias de vida, que permitiram elaborar retratos sociológicos. As questões investigadas incluíram o perfil dos emigrantes, as razões para a saída (fatores de atração e repulsão), as trajetórias de mobilidade social ascendente e descendente e as relações com Portugal. A pesquisa incidiu sobre as saídas de emigrantes qualificados para países europeus.

1 Esta situação sofreu, entretanto, uma alteração relevante que resulta da saída do Reino Unido da União Europeia, em 2020. Neste ano também, a crise provocada pela pandemia da COVID-19 teve efeitos significativos sobre a circulação internacional e europeia que se podem prolongar no futuro, podendo colocar em causa o modo como regime de livre circulação interno da UE tem sido assumido desde a sua implementação.

O terceiro e último capítulo contém alguns dos resultados do projeto *Travessias do Atlântico: Materialidade, Movimentos Contemporâneos e Políticas de Pertença*. Este projeto, que decorreu entre 2012 e 2015, envolveu uma equipa de investigação baseada no CRIA, Centro em Rede de Investigação em Antropologia e no ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O financiamento foi também da FCT. O projeto envolveu, no total, nove investigadores, neste caso centrados sobretudo na antropologia.

O principal objetivo do projeto consistiu na análise dos movimentos de pessoas e de bens materiais entre Portugal e Brasil. A observação incidiu sobre as deslocações entre duas cidades portuguesas — Lisboa e Porto — e duas brasileiras — Rio de Janeiro e São Paulo. No que respeita ao estudo da movimentação de pessoas, pretendeu-se caracterizar os fluxos de emigração recente de portugueses para aquelas cidades brasileiras, comparando-os com as características da emigração tradicional. Os resultados confirmam o que foi referido anteriormente: muita da emigração recente envolveu jovens qualificados, o que denota um padrão particular da nova emigração. O estudo da movimentação de bens reflete outra das preocupações da antropologia contemporânea: a reprodução da cultura material. Dada a natureza da presente publicação, apenas os resultados relativos ao movimento de pessoas são apresentados neste capítulo.

Devido à matriz disciplinar deste projeto, a metodologia de base apoiou-se sobretudo nos métodos qualitativos. Porém, houve também recurso a métodos mistos, não se descurando as técnicas quantitativas. Os dados apresentados neste capítulo representam, precisamente, esta última perspetiva: com recurso a fontes estatísticas oficiais brasileiras, as autoras exploram a fundo as características da emigração recente e tradicional de portugueses para o Brasil. Para esse efeito, mobilizam os dados dos Censos 2010 deste país acerca da população nascida em Portugal, bem como as autorizações de trabalho e residência, oriundas do Ministério do Trabalho e do Emprego brasileiro, concedidas a portugueses nos últimos anos.

A conjugação dos resultados dos projetos agora reunidos permite chegar a várias conclusões importantes. Antes de mais, demonstra-se a continuada vitalidade dos fluxos de emigração em Portugal. Depois de alguns períodos em que se pensou, erradamente, que os grandes ciclos de emigração tinham terminado e que o país se tornaria apenas um ímã para imigrantes, confirma-se que a emigração continua a fazer parte da nossa contemporaneidade. Por razões estruturais ou conjunturais, por motivos económicos ou de autorrealização, por períodos longos ou curtos, o país continua a não propiciar condições para que todos possam viver a sua vida no seu seio. Ora num período marcado pelo contexto da livre circulação de trabalhadores no seio da UE e, também, por processos de globalização, imperfeita e segmentada, dos mercados de trabalho, a opção de migrar, para os portugueses, está hoje mais

facilitada, não obstante subsistam obstáculos de índole diversa. É certo que a crise económica desencadeada em 2011 criou um contexto excecional, que levou à multiplicação das saídas. Mas a insatisfação demonstrada por muitos dos cidadãos emigrados não se refere apenas a esta conjuntura negativa, mas a uma prolongada limitação das suas condições de vida.

Confirma-se, também, a grande plasticidade dos movimentos. Para além da emigração tradicional, habitualmente de média ou baixa qualificação, geralmente focada nos segmentos laborais menos privilegiados dos países de destino, são agora também jovens altamente qualificados que saem do país. Eles tentam desempenhar as funções profissionais para que foram formados, objetivo que os resultados dos projetos agora reunidos confirmam ser muitas vezes bem sucedido. A nova emigração é, pois, plural, conjugando perfis semelhantes aos tradicionais com uma geração mais qualificada e com formas de inserção profissional em segmentos mais elevados. As expectativas de permanência nos países de destino são agora também mais limitadas. Em lugar da emigração permanente tradicional, que maioritariamente se fixava e apenas no final da vida ativa equacionava o regresso, as modalidades de saída são agora em larga parte temporárias. Também os destinos da emigração estão a conhecer algumas modificações. Por um lado, oscilações conjunturais podem causar alterações importantes nos principais fluxos, que podem sofrer quebras significativas ou fortes aumentos em períodos relativamente curtos. Por outro, aos destinos europeus tradicionais (França, Suíça, Luxemburgo...), têm-se juntado outros países: o Reino Unido vem assumindo uma posição de claro destaque, a Espanha tem sido em vários anos um dos principais magnetos e o número de portugueses nos países nórdicos evidenciou incrementos relativos dignos de registo. Finalmente, não obstante se mantenha um predomínio claro da Europa como espaço preferencial, a emigração portuguesa parece redescobrir, de forma mais ou menos tímida, destinos em outros continentes, mais a Sul, com destaque para o Brasil, Angola ou Moçambique, nestes últimos casos num claro contexto pós-colonial.

Para encerrar, vale destacar que os estudos realçam a forte ligação a Portugal dos novos emigrantes, traduzida em múltiplos contactos, recurso a redes sociais de co-nacionais, manutenção da identidade portuguesa e projetos de retorno. Mesmo se a insatisfação se renova, se as gerações qualificadas também sentem que o país não lhes permite a realização dos seus sonhos, se nem sempre os emigrantes se veem como “emigrantes”, mantêm-se firme o sentimento de pertença. Num mundo onde as viagens e comunicações são mais frequentes e mais baratas, onde a incerteza generalizada não garante projetos de fixação de longo prazo, pode suceder que a continuada ligação a Portugal se converta em muitos contatos e muitos regressos. A emigração pode continuar a ser uma saída do país, mas não será certamente um abandono.

Capítulo 2

Nova emigração portuguesa **Perfis, integração e expectativas**

João Peixoto, Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros, Paulo Miguel Madeira, Pedro Candeias, Bárbara Ferreira, Aline Schiltz, Alexandra Ferro, Eugénio Santana

Resumo Este texto apresenta os principais resultados de um projeto de investigação, intitulado *Retorno ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa* (REMIGR), financiado pela FCT, que decorreu entre 2013 e 2015. O principal objetivo do projeto foi compreender a dimensão e características dos novos movimentos de emigração portuguesa, destacando, em especial, as relações que os novos emigrantes mantêm com o país de origem. Baseado numa estratégia metodológica mista, o estudo incluiu a recolha de estatísticas nacionais e internacionais, inquérito por questionário *online* e em papel, complementado por um conjunto de entrevistas a especialistas e representantes institucionais. Os países de destino escolhidos foram Reino Unido, França e Luxemburgo, na União Europeia, e Angola, Moçambique e Brasil, fora da Europa.

Palavras-chave: Emigração, integração, transnacionalismo, retorno, Portugal.

Abstract This text presents the main results of a research project entitled *Back to the future: the new emigration and the relationship with Portuguese society* (REMIGR), funded by FCT, which took place between 2013 and 2015. The main objective of the project was to understand the dimension and characteristics of the new movements of Portuguese emigration, highlighting, in particular, the relations that the new emigrants maintain with the country of origin. Based on a mixed method strategy, the study included the collection of national and international statistics, an online and paper survey, complemented by a set of interviews with experts and institutional representatives. The destination countries chosen were United Kingdom, France and Luxembourg, in the European Union, and Angola, Mozambique and Brazil, outside Europe.

Keywords: Emigration, integration, transnationalism, return, Portugal.

Objectivos

Este texto apresenta os principais resultados de um projeto de investigação, intitulado *Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa* (REMIGR), que decorreu entre 2013 e 2015. O projeto envolveu várias instituições universitárias portuguesas: SOCIUS/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa; CEG, IGOT, Universidade de Lisboa; CES, Universidade de Coimbra; e CIES, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. O financiamento coube à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (PTDC/ATP-DEM/5152/2012). Os resultados têm vindo a ser apresentados em várias publicações, com relevo para um livro, editado pela Gradiva, de onde alguns excertos foram agora retirados (Peixoto *et al.*, 2016).

O principal objetivo do projeto foi compreender a dimensão e características dos novos movimentos de emigração portuguesa, destacando, em especial, as relações que os novos emigrantes mantêm com o país de origem. Para melhor operacionalizar a pesquisa, foram adotadas algumas restrições. Ao nível empírico, apenas foram considerados os fluxos que ocorreram após a viragem do século. Foi feita uma pesquisa exaustiva dos principais dados estatísticos disponíveis, complementada por um estudo aprofundado de alguns dos países que se destacaram como receptores nos últimos anos. Os destinos escolhidos foram Reino Unido, França e Luxemburgo, na União Europeia, e Angola, Moçambique e Brasil, fora da Europa.

A conjugação destes países foi considerada necessária para refletir a dinâmica da emigração contemporânea. Eles foram escolhidos de forma a combinar a mobilidade no interior da União Europeia, uma forma de migração que hoje predomina e provavelmente irá permanecer, com a mobilidade para economias menos desenvolvidas ou emergentes, neste caso parte do sistema de migração lusófono mais amplo (Baganha, 2009; Marques & Góis, 2011, 2013). Para além disso, estes países estiveram entre os que registaram os maiores aumentos de entradas de portugueses na última década (Pires *et al.*, 2016).¹

O projeto procurou avaliar: a dinâmica e volume das saídas durante o novo século para diferentes países; as características sociodemográficas dos emigrantes; as suas principais motivações (fatores atrativos e repulsivos,

1 Quanto aos seis estudos de caso nacionais, eram apenas quatro no início do projeto: Reino Unido, França, Angola e Brasil. Duas razões explicaram o alargamento para seis. Por um lado, foi tomada a decisão de observar de forma mais aprofundada fluxos de trabalhadores pouco ou medianamente qualificados direcionados para a União Europeia. O Luxemburgo foi assim escolhido como um quinto estudo de caso, uma vez que os fluxos nessa direção ainda seguem moldes tradicionais. Por outro lado, surgiu uma oportunidade concreta que permitiu juntar Moçambique como um sexto estudo de caso, criando a ocasião para reunir os três países de destino de língua portuguesa com emigração portuguesa mais recente.

fatores do lado da procura e da oferta, fatores individuais e familiares); o papel dos fatores de curto e de longo prazo (impacto da crise económica de 2008 e do resgate financeiro de 2011 e problemas estruturais, de longa duração, da sociedade portuguesa); estratégias de emigração (emigração de curto ou longo prazo, emigração individual ou familiar); natureza dos contatos com Portugal (retorno, viagens ao país de origem, contatos familiares, dupla residência, dupla atividade, remessas, investimentos); e planos futuros (retorno, transnacionalismo ou integração total no destino). A duração dos fluxos (movimentos temporários ou permanentes), bem como os laços estabelecidos com Portugal, podem ajudar a esclarecer se os novos emigrantes são extensões temporárias do país para fora das suas fronteiras ou marcas de uma profunda mudança social.

Os emigrantes foram estudados na sua globalidade, incluindo os vários níveis de qualificação. Foram levados em conta, em particular, dois grandes grupos: os profissionais altamente qualificados (titulares de um diploma de nível superior) e os trabalhadores pouco qualificados. Estes dois grupos de emigrantes foram escolhidos por representarem formas exemplares das saídas recentes. Os emigrantes altamente qualificados, muitos deles jovens, são uma forma emergente e preocupante de mobilidade, resultante do aumento generalizado da escolarização da população portuguesa e da falta de emprego compatível com as suas expectativas, o que resulta numa das maiores taxas de desemprego dos jovens qualificados na Europa. Os dados comparativos recolhidos pela OCDE confirmam que Portugal tem uma das maiores taxas de *brain drain* na Europa: em 2010-2011, a média da taxa de emigração de altamente qualificados nos países europeus membros desta organização era de 5,3%, sendo o valor em Portugal de 12,9% (OCDE-DIOC, 2010/11).² Os trabalhadores pouco qualificados, por seu lado, são um traço persistente e estrutural da mobilidade portuguesa há muitos anos.

O projeto apresentou, assim, um propósito duplo. Por um lado, visou analisar as tendências da atual emigração portuguesa, para conhecer o seu volume, características principais e fatores causais. Tendo em conta as dificuldades metodológicas que existem para medir e comparar a migração internacional, algumas variáveis foram examinadas com mais pormenor: o volume das saídas recentes; as características individuais dos emigrantes (incluindo variáveis sociodemográficas, como sexo, idade, educação e profissão); as modalidades de saída (particularmente emigração de curto, médio e

2 Este é um fenómeno que tem vindo a evoluir no tempo, uma vez que para o decénio anterior, com dados de 2000-2001, Portugal era classificado como um país de reduzido *brain drain* (abaixo de 10%). Dados apurados pela equipa do projeto para os países de destino membros da UE (Malheiros, Oliveira & Albrecht, 2015) mostram a diversidade dos destinos deste *brain drain*, muito mais representado nos países escandinavos e nos países do sul da Europa e com peso reduzido nos países da Europa central e ocidental.

longo prazo, bem como a importância do retorno); os principais países de destino; os principais motivos de partida; os impactos demográficos da emigração.

Por outro lado, o projeto teve como objetivo discutir uma questão teórica específica: as relações dos emigrantes com Portugal. O objetivo foi tentar reconhecer as modalidades e a intensidade dos contatos realizados com o país de origem, principalmente no plano demográfico e social (circulação, dupla residência, famílias divididas, retorno) e no nível económico (remessas, investimentos, dupla atividade, comércio étnico).

A realização de uma pesquisa envolvendo, por um lado, uma população tão dispersa geograficamente e, por outro lado, a observação aprofundada de seis países situados em três continentes, só foi possível recorrendo a numerosos apoios. Estes envolveram parceiros locais, institucionais e individuais, nos países escolhidos como estudos de caso, para realização da pesquisa; colaborações diversas, em Portugal e no estrangeiro, para a difusão do inquérito, realização de entrevistas e cedência de informação; e interação com várias redes académicas, incluindo equipas envolvidas em outros projetos de investigação sobre emigração e especialistas sobre os países escolhidos como estudos de caso. As principais pessoas e entidades envolvidas estão indicadas no livro que resultou desta pesquisa (Peixoto *et al.*, 2016).

Metodologia

Dada a ambição dos seus objetivos, o projeto assentou numa metodologia mista de investigação, baseada em várias etapas. Estas são indicadas nas subsecções seguintes.

Revisão bibliográfica e análise documental

Foi elaborado um estado da arte exaustivo sobre a emigração portuguesa recente, com base na bibliografia disponível, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foram coletadas e tratadas 890 referências bibliográficas. Essas referências foram inseridas num *software* de gestão bibliográfica (EndNote) e publicadas em formato de documento de trabalho (Candeias, Góis, Marques, & Peixoto, 2014). Uma análise extensiva desta bibliografia foi posteriormente publicada numa revista científica (Candeias, Ferreira, & Peixoto, 2014).

Outro resultado importante, embora menos sistemático, foi uma revisão da imprensa, com base em alguns jornais selecionados (Candeias, Azevedo, Ferreira, & Madeira, 2014).

Análise de dados estatísticos em Portugal

Na fase inicial do projeto, a recolha de dados sobre saídas recentes foi baseada em estatísticas oficiais em Portugal e nos países de destino. Esta etapa teve como objetivo proporcionar um panorama completo da emigração recente. Em Portugal, a atenção foi focada nas estatísticas anuais de emigração, bem como numa análise detalhada do censo de 2011, o que permitiu uma boa visão geral dos impactos da emigração e do retorno durante a última década.

O primeiro conjunto de resultados consistiu numa visão geral das saídas, dada pelas estatísticas anuais de emigração do INE, Instituto Nacional de Estatística. Dadas as limitações desta fonte, estes dados foram sempre acompanhados de estatísticas sobre imigração nos países de destino.

O segundo conjunto reuniu dados sobre o retorno. Neste aspeto, o recenseamento de 2011 foi observado com particular cuidado, levando em consideração a informação disponível sobre o retorno durante várias décadas, mas focando em especial os regressos verificados entre 2001 e 2011. Este material deu origem a um artigo publicado numa revista científica (Oliveira, Candeias *et al.*, 2016).

Um terceiro conjunto de resultados referiu-se a projeções demográficas para a população residente, levando em consideração vários cenários de saldo migratório, que foram apresentados no V Congresso Português de Demografia (Oliveira, Peixoto *et al.*, 2016).

Análise de dados estatísticos nos países de destino

Nos países de destino selecionados como estudo de caso, as estatísticas disponibilizadas pelas fontes oficiais destes países, bem como por agências internacionais como a OCDE e o Eurostat, constituíram a principal fonte de informação. Neste caso, foram recolhidos dados sobre os indivíduos nascidos em Portugal ou com cidadania portuguesa. Dependendo da informação disponível, estes dados apresentam o volume e as características sociodemográficas mais relevantes.

Trabalho de campo e pesquisa online

As etapas seguintes do projeto foram dedicadas a um estudo aprofundado da emigração recente nos seis países escolhidos como estudos de caso — Reino Unido, França, Luxemburgo, Angola, Moçambique e Brasil. Para além dos dados estatísticos acima enunciados, a informação sobre estes emigrantes foi recolhida com o recurso a diferentes técnicas de pesquisa.

Um primeiro conjunto de resultados decorreu de um questionário *online*, aberto a respostas de todos os emigrantes portugueses do mundo, mas

particularmente divulgado nos seis países estudos de caso (maio de 2014 a maio de 2015). Um segundo conjunto de resultados advém da pesquisa local efetuada nos seis países referidos (meados de 2014 a finais de 2015). Esta incluiu um questionário em papel, com as mesmas perguntas do questionário *online*, visando cerca de 400 emigrantes em cada país. Além dos questionários, realizaram-se também entrevistas em profundidade com especialistas locais e atores institucionais.³

O questionário de pesquisa foi assim aplicado, em linhas semelhantes, por duas vias: os formatos *online* e em papel. A recolha *online* atingiu as 4.428 respostas, enquanto a recolha em papel recebeu 1.658 respostas. O modo *online* registou respostas de cerca de 100 países, mas com maior incidência nos seis países planeados como estudos de caso: Reino Unido, França, Luxemburgo, Angola, Moçambique e Brasil. O formato em papel foi apenas aplicado nestes últimos. Além disso, em cada um dos seis países foram realizadas entre 5 a 10 entrevistas exploratórias e aprofundadas com vários tipos de atores sócio-institucionais.

Em todos os estudos de caso, o trabalho de campo foi realizado em estreita colaboração com parceiros locais, incluindo académicos locais que trabalham nesta área ou investigadores individuais que já colaboravam com a equipa de pesquisa.

Deve referir-se que não existiam informações para preparar uma amostra representativa dos emigrantes nos países considerados como estudos de caso. No entanto, a informação estatística recolhida a nível nacional permitiu a definição de alguns agregados relevantes (por sexo, idade, educação e profissão), que foram utilizados para a análise dos questionários obtidos em cada país. Dada a impossibilidade de se obter uma amostra representativa, o trabalho de campo não foi realizado em todas as regiões dos seis países em questão, mas apenas em algumas cidades e locais específicos.

Um dos principais motivos para complementar a pesquisa *online* com a local foi, precisamente, o fato de a pesquisa *online* enviesar fortemente os resultados no sentido dos emigrantes altamente qualificados. Apenas uma observação direta a nível local poderia recuperar os emigrantes com menor qualificação, necessários para equilibrar a amostra — uma vez que a análise estatística global confirmou que a maior parte da emigração portuguesa ainda é composta por emigrantes menos qualificados (Lemaître, 2015; Observatório da Emigração, 2014; Pires *et al.*, 2016 p.29).

Durante a fase inicial do projeto foi ainda criada uma página da internet — www.remigr.pt. Esta página teve diversos objetivos: (a) apresentar o projeto e a equipa de pesquisa; (b) divulgar os resultados de pesquisa mais relevantes; e (c) alojar o questionário *online* que foi usado na pesquisa.

3 Dada a ambição geográfica do projeto e as exigências do trabalho de campo, não foi possível realizar entrevistas em profundidade com diversos tipos de emigrantes, ao contrário da intenção inicial.

Análise dos dados recolhidos

Um primeiro passo para realizar a análise dos questionários aos emigrantes foi a construção da base de dados, condensando as respostas dos questionários *online* e em papel.⁴ Esta base de dados é comum para ambos os formatos, mas tem uma variável específica que permitiu a sua distinção e tratamento diferenciado dos questionários *online* e em papel, quando isso é desejado.

Conferência final

Foi organizada uma conferência final do projeto, que teve lugar em 23 de outubro de 2015 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Participaram os membros da equipa e os consultores internacionais, bem como outros académicos e especialistas na área de migração internacional. Para além da apresentação dos principais resultados alcançados, o objetivo foi reunir informação que permitisse melhorar o livro então em preparação. Este último (Peixoto *et al.*, 2016) condensou os principais resultados ao nível geral e para cada um dos seis estudos de caso nacionais. Com base nos dados do inquérito por questionário também foram produzidos uma série de trabalhos de menor dimensão, como uma análise comparativa dos respondentes emigrados em países europeus e fora da Europa (Candeias & Peixoto, 2017) e uma comparação entre os emigrantes mais e menos qualificados (Peixoto *et al.*, 2015).

Quem são, o que fazem e o que pensam os emigrantes

Esta secção tem como objetivo analisar os principais resultados do inquérito realizado no âmbito do projeto, apresentando os valores agregados segundo o país de destino.⁵ A análise será comparativa, indicando os seis países que constituíram estudos de caso, tomando como referência o total das respostas obtidas. A interpretação é complementada pelas entrevistas aprofundadas realizadas naqueles países. O texto apresenta-se dividido em quatro subsecções: inicia-se com uma breve caracterização sociodemográfica da amostra; descreve depois alguns indicadores referentes à trajetória migratória; segue-se a análise comparativa de alguns indicadores de integração; e observam-se as relações que os portugueses estabelecem com o país de origem.

4 A base de dados encontra-se disponível *online*, no site do Observatório da Emigração. Pode ser consultada, como base para novas pesquisas, em <http://observatorioemigracao.pt/np4/5916.html>

5 Esta secção reproduz um excerto de um dos capítulos do livro *Regresso Ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (Peixoto *et al.*, 2016).

Caracterização sociodemográfica

As respostas ao inquérito estão concentradas nos países que foram definidos como estudos de caso (Reino Unido, França, Luxemburgo, Brasil, Angola e Moçambique) (quadro 2.1 e figura 2.1). Nestes países, para além do inquérito *online*, foi efetuado também trabalho de terreno, com recolha de inquéritos em papel. Destaca-se muito claramente o grande peso do Reino Unido (que está associado a um elevadíssimo número de respostas *online*) e, mais surpreendentemente, o caso dos emigrantes na Alemanha (que não fazia parte dos estudos de caso, mas que deu origem a muitas respostas *online*).

A caracterização sociodemográfica que se segue é baseada em três indicadores: sexo, idade e nível de escolaridade.

Em primeiro lugar, no que respeita à distribuição por sexo (quadro 2.2 figura 2.2), os três países europeus apresentam-se como mais equilibrados, com uma proporção ligeiramente superior de mulheres (percentagem de mulheres entre os 51% e os 56%). Já nos países localizados fora da Europa, a tendência é inversa, com percentagens de homens a rondar os 63% e os 65%.

Alguns fatores podem explicar esta clivagem entre as duas realidades. Por um lado, os destinos europeus possuem um historial de emigração mais longo — no que respeita aos fluxos ocorridos nas últimas décadas do século XX —, o que faz com que o número de reagrupamentos familiares seja mais elevado. Deverá existir nestes países também um maior número de migrações apenas de mulheres ou em família, uma vez que se trata de destinos consolidados, em que as redes de suporte permitem mais frequentemente uma migração deste tipo. Por outro lado, nos países fora da Europa, a inserção profissional em setores de atividade tendencialmente mais masculinizados, como é o caso da construção civil e obras públicas, a precariedade de infraestruturas e de serviços públicos e o clima de insegurança podem ser menos favoráveis às migrações no feminino.

Quando é comparado o perfil etário dos respondentes (quadro 2.3 e figura 2.3) observa-se um perfil mais jovem nos países europeus, com médias de idades entre os 33 e os 35 anos. Nos países fora da Europa, o perfil é um pouco mais envelhecido, com valores médios entre os 36 e os 42 anos. É nos dois países africanos que os valores são mais elevados. Já no Brasil o perfil parece ser mais heterogéneo, conjugando tanto profissionais mais adultos como jovens em início de carreira.

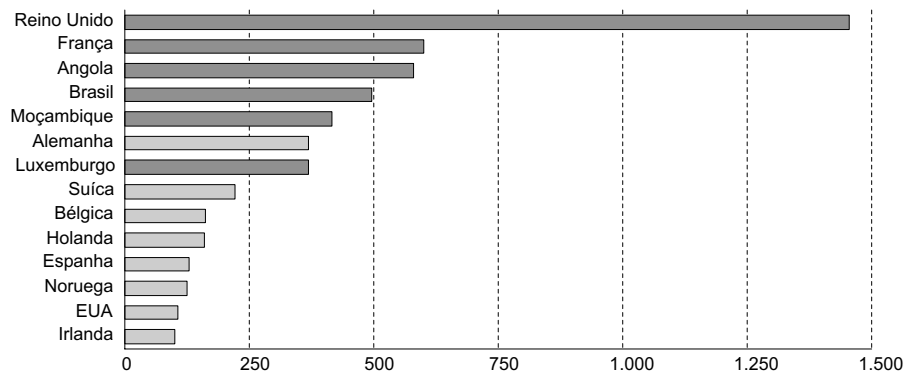
Nos países europeus, o perfil encontra-se em parte associado a uma migração de jovens recém-formados (no ensino superior ou secundário), bem como de estudantes, especialmente no caso do Reino Unido.⁶ A emigração para fora da

6 Sobre a emigração portuguesa altamente qualificada recente, ver Lopes (2014), Gomes, Lopes, Vaz, Cerdeira, Peixoto *et al.* (2015) e Gomes, Lopes, Vaz, Cerdeira, Cabrito *et al.* (2015).

Quadro 2.1 Número de inquiridos nos países com mais de 100 respostas

País	Respostas
Reino Unido	1454
França	600
Angola	579
Brasil	496
Moçambique	415
Alemanha	369
Luxemburgo	368
Suíça	222
Bélgica	161
Holanda	159
Espanha	129
Noruega	126
EUA	107
Irlanda	100
Outros países	801
Total países	6086

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.1** Número de inquiridos nos países com mais de 100 respostas

Nota: os países com colunas mais escuras são os estudos de caso deste projeto.

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

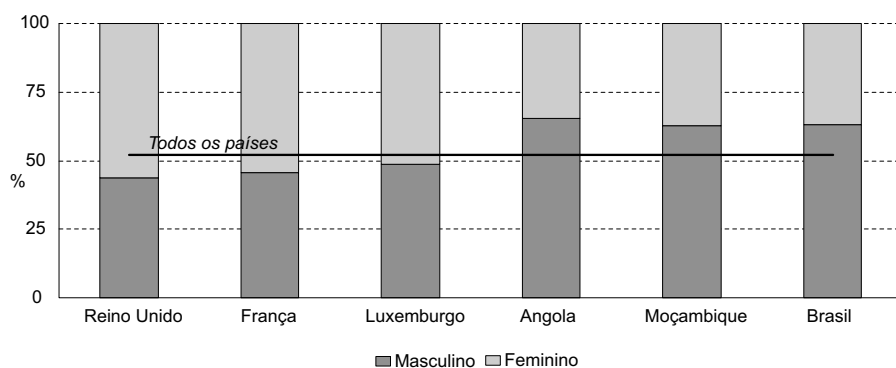
Europa, particularmente para os países africanos, remete muitas vezes para situações de destacamento por parte de empresas portuguesas,⁷ envolvendo, portanto, pessoas mais velhas e já inseridas no mercado de trabalho.

A análise à escolaridade dos inquiridos (quadro 2.4 e figura 2.4) revela um dos principais enviesamentos da amostra: o elevado peso dos inquiridos

Quadro 2.2 Distribuição dos inquiridos segundo o sexo

País	(em percentagem)	
	Masculino	Feminino
Reino Unido	43,9	56,1
França	45,5	54,5
Luxemburgo	48,5	51,5
Angola	65,2	34,8
Moçambique	62,7	37,3
Brasil	63,3	36,7
Total países	52,1	47,9

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.2** Distribuição dos inquiridos segundo o sexo

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

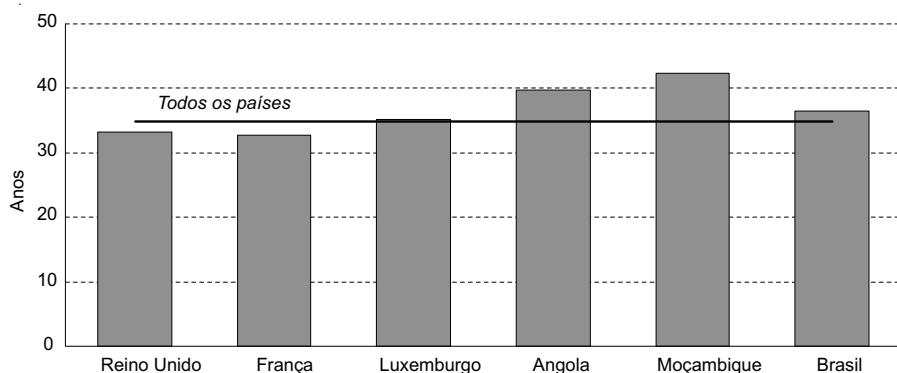
com habilitações superiores — realidade que se sabe não corresponder à maioria da nova emigração portuguesa (Lemaître, 2015; Observatório da Emigração, 2014; Pires *et al.*, 2016). Apesar desse problema, os dados permitem distinguir realidades diversas. Eles agregam, antes de mais, países onde predominam os graus académicos mais baixos, sendo os diplomas de ensino superior uma minoria — como sucede em França e no Luxemburgo. Estes são também os países que, nas últimas décadas, parecem ter uma emigração de perfil mais “clássico”. Provavelmente, nestes países, a manutenção de ofertas

7 Tanto em Angola como em Moçambique pouco mais de 1/5 dos respondentes obtiveram o emprego atual via destacamento de empresa portuguesa; nos países europeus este valor não chega a 5%.

Quadro 2.3 Média da idade dos inquiridos

País	Idade média
Reino Unido	33,3
França	32,7
Luxemburgo	35,2
Angola	39,7
Moçambique	42,3
Brasil	36,4
Total países	34,9

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.3** Média da idade dos inquiridos

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

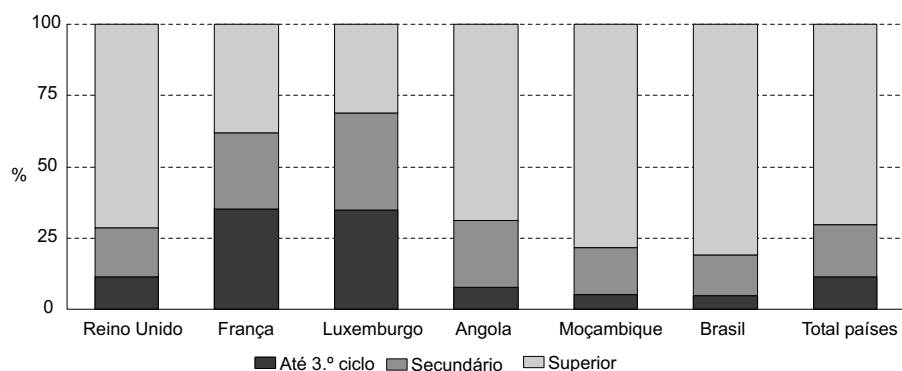
de trabalho do mesmo tipo contribui para que continuem a acolher a emigração portuguesa menos qualificada. A existência de alguns estereótipos positivos associados à imagem do migrante português pode ainda contribuir para que estes ocupem parte substancial de alguns nichos no mercado de trabalho. O mais claro exemplo será França (p.e.: Cordeiro, 1999). Embora se comece a observar uma nova tendência para a dualidade associada a uma maior escolarização nestes países, predomina ainda uma emigração tradicional.

Em outros países europeus, como no Reino Unido, a emigração é mais qualificada, sendo mais comuns os graus académicos superiores. Esta tendência associa-se ao facto de o fluxo para estes países se ter iniciado mais tarde, não apresentando globalmente níveis de escolaridade tão baixos como no passado histórico da emigração, e pela oferta de trabalho ser mais variada. Ainda assim, a realidade britânica revela uma emigração menos qualificada

Quadro 2.4 Níveis de escolaridade

País	(em percentagem)		
	Até 3.º ciclo	Secundário	Superior
Reino Unido	11,2	17,3	71,5
França	35,2	26,8	38,0
Luxemburgo	34,7	34,2	31,1
Angola	7,6	23,6	68,8
Moçambique	5,1	16,7	78,3
Brasil	4,6	14,3	81,0
Total países	11,3	18,5	70,2

Nota: o 3.º ciclo inclui o ensino básico até ao 9.º ano.

**Figura 2.4** Níveis de escolaridade

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

do que os dados do atual inquérito sugerem: assim, por exemplo, nos censos de 2011 a importância relativa das escolaridades baixas entre os portugueses não era despreciada⁸ (cf. Peixoto *et al.*, 2016).

A emigração para Angola, Moçambique e Brasil é também, em geral, qualificada. As oportunidades para os trabalhadores menos qualificados são limitadas. Por um lado, a elevada quantidade de mão-de-obra menos qualificada disponível entre a população autóctone nestes países contribui para a pouca importância relativa dos emigrantes portugueses pouco qualificados.

8 Segundo o Censo de 2011, 48% dos residentes neste país com nacionalidade portuguesa, com mais de 16 anos, tinham escolaridade até nível 3; se forem tidos em conta os nascidos em Portugal, os valores são de 49%.

Por outro lado, a atribuição de vistos obriga à justificação da relevância do trabalhador que requer o visto para o desenvolvimento do país, exigência que se torna mais difícil para os menos qualificados.

Trajatória migratória

Os indicadores sobre a trajetória migratória que serão analisados nesta secção são o ano de chegada, os principais motivos atribuídos para a saída de Portugal e a situação perante o trabalho dos emigrantes quando ainda se encontravam em Portugal.

No que diz respeito ao ano de chegada ao país de destino, os países fora da Europa apresentam-se como os de chegada mais tardia. Nos países europeus, a hierarquia parece seguir a das vagas históricas da emigração portuguesa: primeiro a França, depois o Luxemburgo e mais recentemente o Reino Unido. Se a análise for efetuada a partir de medidas como os quartis (figura 2.5), destacam-se França e Luxemburgo pela maior dispersão dos anos de chegada (que é ligeiramente menor no caso do Reino Unido). No polo oposto, Moçambique é o país com os anos de chegada mais concentrados no período recente. Este parece integrar, juntamente com o Brasil e Angola, uma segunda vaga de migrações com destino aos países do Sul, designadamente lusófonos, que num passado mais longínquo (caso do Brasil) ou mais recente foram colónias portuguesas. Este fenómeno foi inicialmente protagonizado pelas migrações para Angola (que é o que apresenta uma maior dispersão nas datas de saída), mas posteriormente estendeu-se a outros países.

Os três principais motivos apontados para a saída de Portugal foram: a falta de perspectiva de carreira, a procura de novas experiências e a falta de futuro em Portugal (quadro 2.5 e figura 2.6).⁹ Estes motivos apresentam uma importância relativa diferente de acordo com os países de destino. A procura por “novas experiências” é predominante em Angola, no Brasil e também em Moçambique. Já nos países europeus a ideia mais referida é “não ver futuro no país”. É ainda de referir que o Reino Unido é o destino onde o argumento da falta de “oportunidades de carreira” em Portugal foi mais relevante. Aqui, como se verá adiante, existe uma elevada proporção de jovens desempregados ou recém-formados, que viram neste país uma possível solução para a sua situação profissional.

No que respeita às condições perante o trabalho e tipos de contrato dos empregados por conta de outrem mais frequentes no momento prévio à emigração (quadro 2.6 e figura 2.7), pode observar-se que a situação mais

9 A lista de possibilidades de resposta contemplava nove itens e uma resposta aberta (“outro, qual?”).

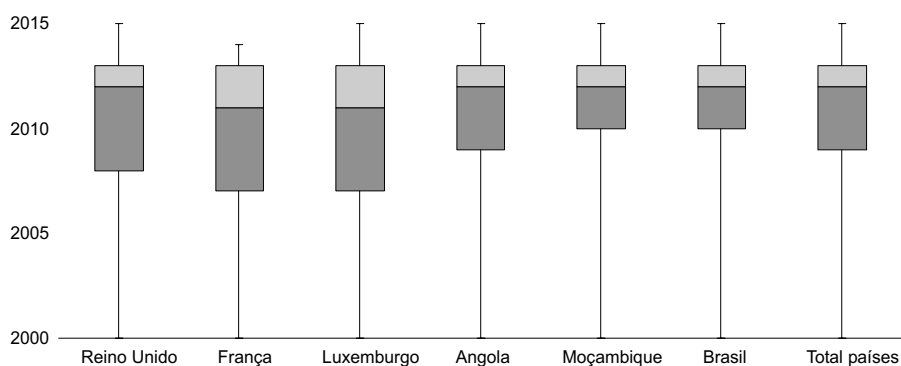


Figura 2.5 Anos de chegada (mínimo, quartis e máximos observados)

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

Quadro 2.5 Principais motivos para a saída de Portugal

País	(em percentagem)		
	Não tinha oportunidade de carreira	Não via futuro no país	Realizar novas experiências
Reino Unido	37,8	41,5	32,3
França	24,8	37,2	25,3
Luxemburgo	19,8	45,7	24,2
Angola	24,4	25,9	40,6
Moçambique	21,9	27,0	35,4
Brasil	24,8	26,8	40,3
Total países	30,7	38,0	35,2

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

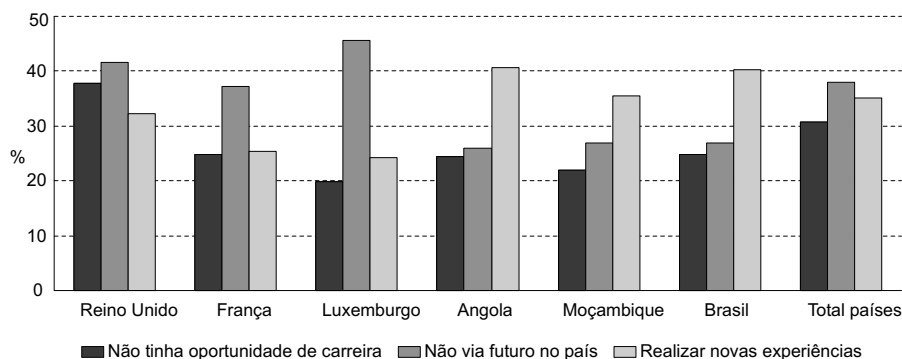


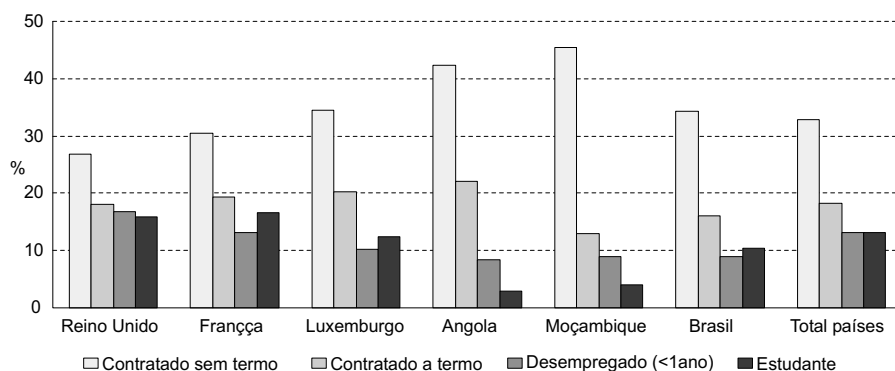
Figura 2.6 Principais motivos para a saída de Portugal

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

Quadro 2.6 Principais condições perante o trabalho em Portugal, antes de emigrar

País	(em percentagem)			
	Contratado sem termo	Contratado a termo	Desempregado (<1ano)	Estudante
Reino Unido	26,8	18,1	16,7	16,0
França	30,4	19,4	13,1	16,5
Luxemburgo	34,5	20,3	10,1	12,5
Angola	42,4	22,2	8,3	2,8
Moçambique	45,5	13,0	9,0	4,0
Brasil	34,2	16,0	8,9	10,4
Total países	32,9	18,3	13,2	13,1

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.7** Principais condições perante o trabalho, antes de emigrar

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

comum era a dos empregados por conta de outrem com um contrato sem termo. Não se trata, portanto, de uma população maioritariamente com vínculo de trabalho precário, embora possam existir nesta categoria situações de tipo híbrido, como a de contratos a termo incerto. Reforça-se assim a ideia de que, existindo sempre custos na migração, são os que estão em melhor posição para mobilizar os recursos necessários que saem.

Os empregados com contrato sem termo destacam-se na emigração com destino às ex-colónias africanas. No polo oposto, a proporção de sujeitos que se encontravam desempregados antes de emigrar é mais elevada nos emigrantes que foram para o Reino Unido, França e Luxemburgo — nestes últimos casos, países com elevada proporção de inquiridos com menores qualificações escolares. É relevante também o peso elevado de deslocações que ocorreram após o término dos estudos, especialmente no Reino Unido e na França.

Integração

Nos próximos parágrafos são analisados, como indicadores da integração no país de destino, a situação na profissão e tipo de contrato, a categoria socio-profissional em comparação com a de Portugal, a comparação salarial, a satisfação profissional e as dificuldades de integração experienciadas.

A proporção de contratados sem termo aumenta, no global, em comparação com a situação vivida em Portugal (figura 2.8). Esta melhoria verifica-se na maioria dos países em estudo, indicando que o vínculo laboral se tornou mais estável. Mas existem duas exceções: Angola e Moçambique. Nestes países observa-se um decréscimo dos contratados sem termo e um incremento dos contratos a termo. Tal pode estar associado a projetos muito específicos de curta duração.

Igualmente de realçar é o facto de, na maioria dos países, a proporção de trabalhadores por conta própria ser reduzida (5% do total da amostra). Porém, em países como Moçambique ou Brasil, assume proporções mais elevadas (na ordem dos 11% e 12%, respetivamente). No primeiro caso, Moçambique, são conhecidos nichos como o da restauração em que parte dos portugueses se encontra inserido. No segundo país, o Brasil, o empreendedorismo e o investimento estão associados a algumas regiões do país. Mas é necessário aprofundar estes resultados e perceber se estes trabalhadores por conta própria são pequenos empresários ou trabalhadores técnicos em regime de *freelance*.

De modo a analisar os processos de mobilidade socioprofissional dos inquiridos, foi criado um indicador que compara a categoria profissional em que os sujeitos se encontravam inseridos em Portugal com aquela onde se encontram na atualidade.¹⁰ Assim, é classificada de *estacionária* a trajetória daqueles sujeitos que se mantêm no mesmo grupo profissional (exemplo: Arquiteto em Portugal — Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas; atualmente é Designer de Interiores — profissão classificada no mesmo grupo). Classificam-se como *descendentes* as situações em que, no destino, o sujeito desempenha profissões classificadas em escalões inferiores (exemplo: Arquiteto em Portugal que passa a Caixeiro de supermercado — Pessoal dos serviços e vendedores). Como *ascendentes* são classificadas as situações inversas.

Observando os resultados deste indicador comparativo, conclui-se que há uma forte tendência para os inquiridos se manterem no mesmo grupo profissional (quadro 2.7 e figura 2.9). Esta situação é ainda mais comum nos três países não europeus. Os inquiridos nestes países desempenham muitas vezes profissões com algum estatuto socioeconómico, que mantêm com a

10 São considerados, para este efeito, os nove grandes grupos da Classificação Nacional de Profissões (CNP).

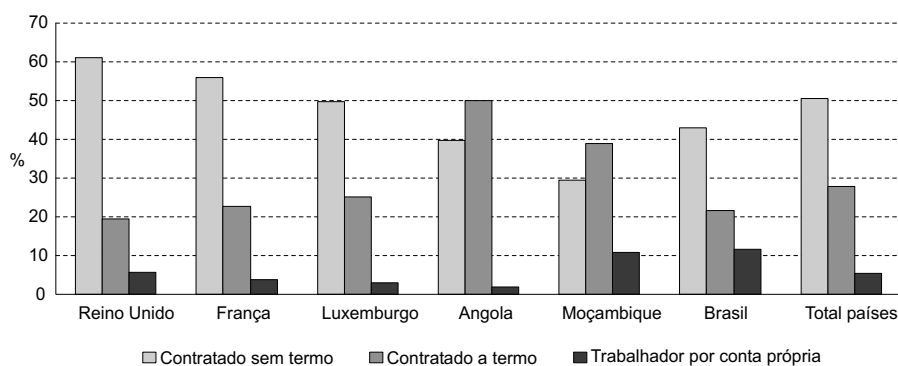


Figura 2.8 Principais situações na profissão e tipos de contrato dos empregados por conta de outrem, atualmente no destino

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

migração. É também em Angola e Moçambique que os processos ascendentes são mais frequentes. O único país em que predominam os processos descendentes é o Luxemburgo. Este fenómeno poderá estar associado às especificidades do mercado de trabalho deste país, ao constrangimento da língua e aos baixos níveis de escolaridade dos inquiridos. Mas os percursos descendentes também são importantes no Reino Unido e em França, embora nestes casos não sejam maioritários.

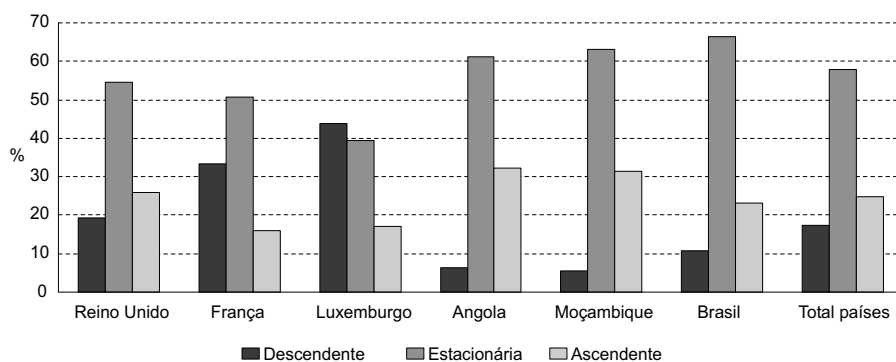
Em termos financeiros a emigração parece ser compensatória, quando são comparadas as médias dos rendimentos mensais brutos auferidos entre os dois momentos no tempo (quadro 2.8 e figura 2.10). Em qualquer dos casos, a emigração implica um incremento de mais de 1.000 euros no rendimento. A diferença é mais acentuada em Angola, cujo aumento médio é de 2.259 euros. De salientar que Angola, Moçambique e Brasil são os países para onde os inquiridos já partiam com a fasquia mais elevada, com salários mensais médios entre os 1.497 euros e 1.837 euros. Já a população que reside atualmente em França auferia, quando em Portugal, salários médios na ordem dos 661 euros. Não obstante os valores apresentados, é necessário interpretar estes dados quantitativos com as devidas precauções, tendo em conta fatores como os custos associados à migração, o custo de vida no país de destino, ou ainda o número de salários anuais (12 em alguns países, 14 em outros).

A satisfação com a profissão foi medida numa escala de 1 a 5 (em que 1 representa o menor nível de satisfação e 5 o maior). Quando analisada a satisfação profissional em termos longitudinais (quadro 2.9 e figura 2.11), a emigração parece ser acompanhada por aumento da satisfação. Tanto no global como nos

Quadro 2.7 Mobilidade socioprofissional

País	(em percentagem)		
	Descendente	Estacionária	Ascendente
Reino Unido	19,3	54,7	26,0
França	33,2	50,8	16,0
Luxemburgo	43,8	39,3	17,0
Angola	6,3	61,3	32,3
Moçambique	5,4	63,1	31,5
Brasil	10,7	66,3	23,0
Total países	17,3	58,0	24,7

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.9** Mobilidade socioprofissional

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

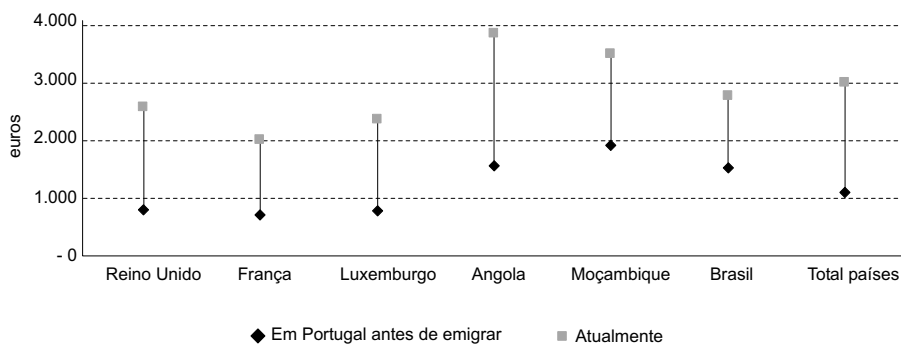
estudos de caso, os valores médios de satisfação profissional são superiores após a emigração. Na maioria dos países analisados, os valores médios da satisfação em Portugal estão posicionados abaixo do ponto médio de referência (3), indicando que os inquiridos tendencialmente não consideravam satisfatória a situação em Portugal. Em Angola e Moçambique os valores eram os mais elevados. Em termos comparativos, as diferenças mais relevantes são observadas no Reino Unido e em França. Parece ser nestes países que a melhoria é mais expressiva.

Por fim, analisa-se um indicador composto das dificuldades de integração experienciadas pelos inquiridos (quadro 2.10 e figura 2.12).¹¹ Se for tomada como referência a média do total dos países (que é afetada pelo enorme peso das respostas oriundas do Reino Unido), observam-se valores mais elevados do índice de dificuldades de integração nos países fora da Europa (Angola, Moçambique e Brasil). Os valores para o Luxemburgo situam-se um

Quadro 2.8 Rendimentos médios brutos antes e depois da emigração

(Euros)		
País	Em Portugal antes de emigrar	Atualmente
Reino Unido	742,4	2.509,2
França	661,2	1.946,7
Luxemburgo	721,8	2.290,5
Angola	1.497,6	3.756,4
Moçambique	1.837,1	3.416,9
Brasil	1.456,9	2.696,0
Total países	1.039,8	2.921,2

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.10** Rendimentos médios brutos antes e depois da emigração

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

pouco acima do ponto médio, sendo no Reino Unido que as dificuldades parecem ser menos sentidas.

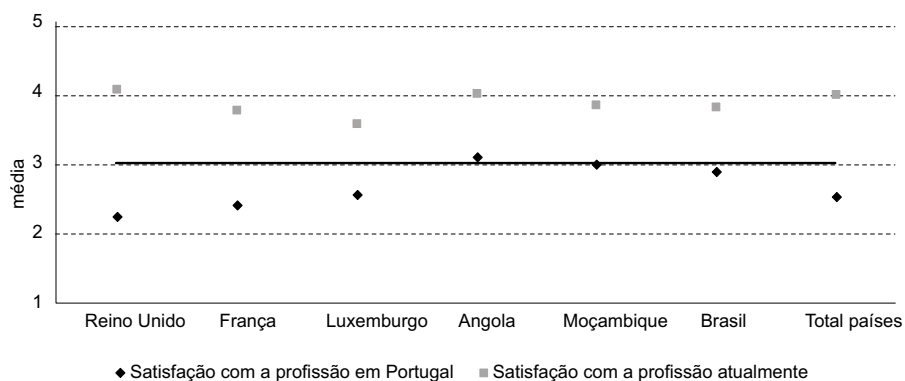
- 11 Este indicador foi criado a partir de um conjunto de 11 itens em escala de tipo *Likert* (1= nada difícil, 5= muito difícil). Os itens eram: 1. clima, 2. língua/ problemas com o idioma, 3. discriminação/racismo, 4. dificuldades em encontrar emprego, 5. obtenção de apoios sociais (subsídio de desemprego, outro), 6. poucos amigos ou solidão, 7. dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, 8. burocracias (regularização/legalização, reconhecimento de diplomas), 9. integração dos filhos na escola, 10. dificuldade para alugar uma casa/apartamento, 11. custo de vida. Foi efetuada uma Análise de Componentes Principais exploratória (ACP) que agregou, numa primeira componente, os itens 3 a 11, e, numa segunda componente, os itens 1 e 2. Os nove itens agregados na primeira componente apresentam boas medidas de consistência interna (Alfa de Cronbach de 0,816; se analisados por países, os valores da consistência variam entre 0,780 e 0,914, o que legitima a agregação destes itens).

Quadro 2.9 Satisfação com a profissão

País	(média)	
	Satisfação com a profissão em Portugal	Satisfação com a profissão atualmente
Reino Unido	2,2	4,0
França	2,4	3,7
Luxemburgo	2,5	3,5
Angola	3,0	4,0
Moçambique	3,0	3,8
Brasil	2,8	3,8
Total países	2,5	3,9

(1 = menor nível, 5 = maior nível).

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.11** Satisfação com a profissão

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

Nos países fora da Europa, as diferenças culturais, as dificuldades quotidianas, a escassez de serviços públicos de saúde, bem como as questões referentes aos vistos podem ser fatores que influenciam os valores mais elevados do índice. Nos países europeus analisados, a hierarquia Reino Unido / França / Luxemburgo pode ser, em parte, resultado dos níveis de escolaridade dos indivíduos que aí residem.¹²

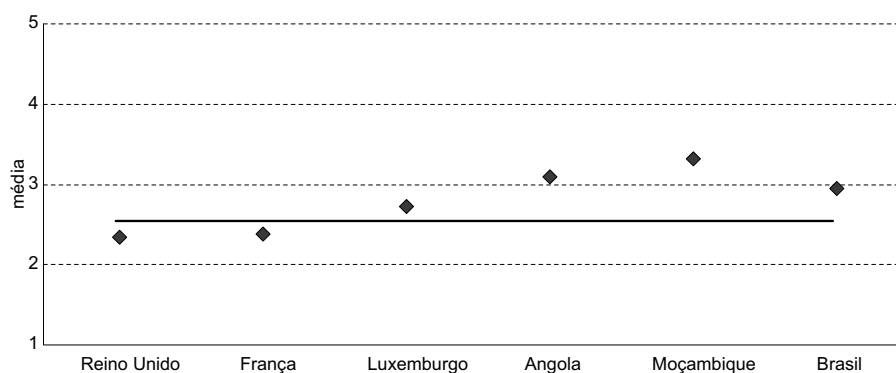
12 Um outro fator que poderia ser relevante seria a duração da estadia no país de destino. Porém, como foi visto, são os sujeitos em França e Luxemburgo que apresentam um ano médio de chegada menos recente, o que refuta a hipótese.

Quadro 2.10 Indicador de dificuldades de integração

País	Média
Reino Unido	2,3
França	2,3
Luxemburgo	2,7
Angola	3,1
Moçambique	3,3
Brasil	2,9
Total países	2,6

(1= nada difícil, 5= muito difícil).

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.12** Indicador de dificuldades de integração

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

Relações com Portugal

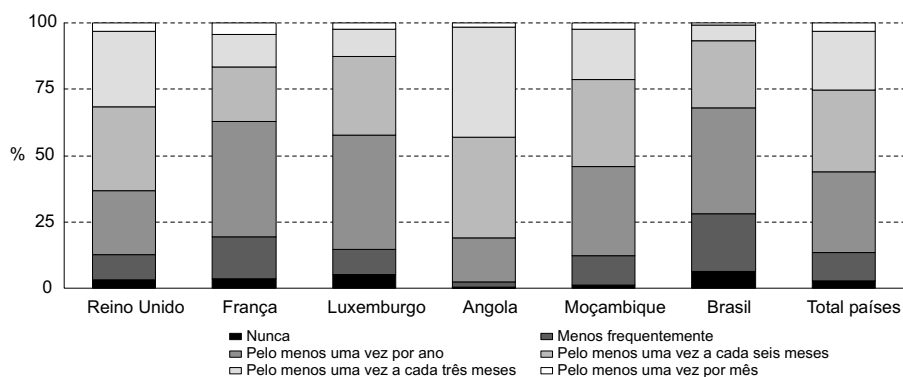
Nesta secção, referente às relações com Portugal — o que também podemos designar como transnacionalismo migrante —, analisam-se indicadores referentes às visitas a casa, ao envio de remessas e aos planos para o futuro.

O primeiro indicador de práticas transnacionais a ser analisado diz respeito às visitas a Portugal (quadro 2.11 e figura 2.13). Ao contrário de grande parte dos indicadores previamente apresentados, os países em estudo parecem não se agrupar nas categorias Europa/fora da Europa, nem tampouco a proximidade geográfica parece ser o critério dominante. Angola, um país mais distante do que os destinos europeus, é aquele de onde as visitas são

Quadro 2.11 Freqüência das visitas a casa

País	(em percentagem)					
	Nunca	Menos frequentemente	Pelo menos uma vez por ano	Pelo menos uma vez a cada 6 meses	Pelo menos uma vez a cada 3 meses	Pelo menos uma vez por mês
Reino Unido	3,0	9,5	24,4	31,6	28,2	3,3
França	3,7	15,8	43,2	20,6	12,5	4,2
Luxemburgo	5,1	9,6	43,1	29,6	10,2	2,4
Angola	0,6	1,7	16,9	37,8	41,6	1,5
Moçambique	1,1	11,1	33,9	32,8	18,8	2,4
Brasil	6,3	21,8	40,0	25,4	5,7	0,8
Total países	2,8	10,4	30,8	30,6	22,1	3,3

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.13** Freqüência das visitas a casa

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

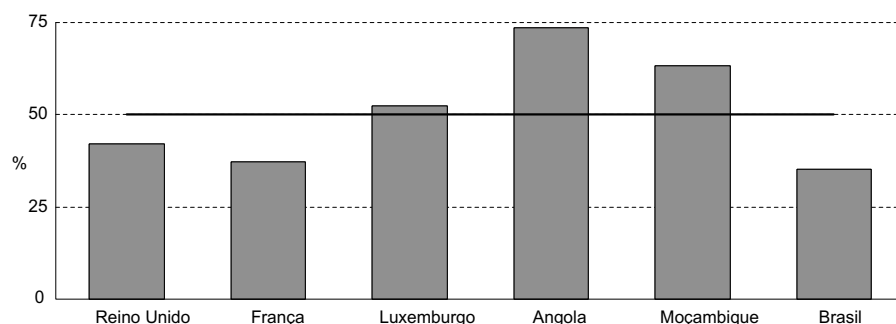
mais frequentes. Em segundo lugar posiciona-se o Reino Unido. Podem estar em jogo diversos fatores. Em primeiro lugar, Angola pode tratar-se de um caso isolado, em que importa a existência de acordos de trabalho que contemplam visitas a casa suportadas pela entidade empregadora. No caso europeu, os valores mais elevados no Reino Unido podem ser explicados por se tratar de uma emigração mais qualificada, e menos orientada para a poupança, ao contrário da França e do Luxemburgo.

Um segundo indicador de práticas transnacionais que interessa explorar é o envio de remessas. A proporção de inquiridos que envia regularmente remessas é de cerca de metade na amostra total (quadro 2.12 e figura 2.14). Entre os países estudados de caso, os que mais se destacam pelos seus valores elevados

Quadro 2.12 Proporção de inquiridos que envia remessas

(em percentagem)	
País	Envio de remessas
Reino Unido	42,1
França	37,3
Luxemburgo	52,3
Angola	73,7
Moçambique	63,2
Brasil	35,3
Total países	50,2

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.14** Proporção de inquiridos que envia remessas

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

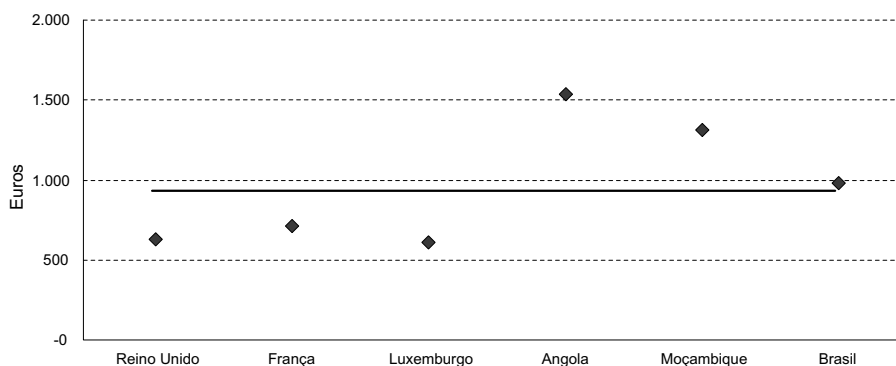
são Angola, Moçambique e Luxemburgo, o que pode significar uma maior frequência de projetos temporários (caso dos países africanos) ou uma maior dependência das famílias que ficaram na origem (caso do Luxemburgo) — uma emigração mais próxima do tradicional.

No que diz respeito ao montante mensal médio das remessas enviadas (quadro 2.13 e figura 2.15), os países de destino podem ser de novo agrupados num perfil europeu, associado a valores reduzidos de remessas, provavelmente resultado de uma migração mais jovem, por vezes sem familiares dependentes no país de origem, mais orientada para o consumo no destino ou com rendimentos do trabalho mais baixos. No grupo dos países não europeus, Angola é o destino de onde provêm os volumes superiores de remessas, seguido de Moçambique. No primeiro caso, o facto de algumas empresas remunerarem os seus trabalhadores em contas portuguesas pode ajudar a

Quadro 2.13 Montante mensal médio das remessas enviadas

País	Euros
Reino Unido	609,5
França	692,3
Luxemburgo	586,0
Angola	1.516,9
Moçambique	1.288,2
Brasil	960,7
Total países	930,9

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.15** Montante mensal médio das remessas enviadas

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

alcançar estes valores. O peso mais baixo das remessas enviadas do Brasil pode ser justificado pelo elevado custo de vida em determinadas cidades (Rosales & Machado, 2015).

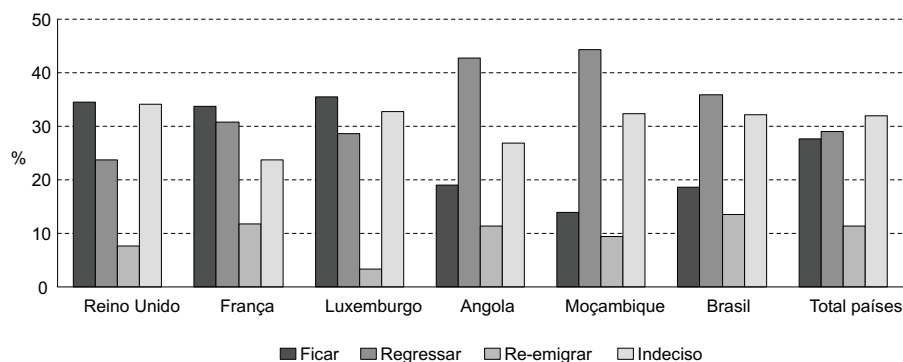
Segundo dados de 2013 (Vidigal & Pires, 2014), os principais países de origem das remessas de emigrantes para Portugal eram, por esta ordem, França, Suíça e Angola, sendo os valores de França perto do triplo dos enviados de Angola.¹³ Contudo, é necessário ter em conta que, na contabilidade das remessas nas contas oficiais, se considera o volume enviado por toda a comunidade, não se isolando os emigrantes chegados após 2000, naturalmente

13 Segundo os censos de 2010/11, foi para França e Suíça que mais portugueses foram durante a última década. É natural que o volume global de remessas seja afetado pelo número de emigrantes, incluindo os mais recentes.

Quadro 2.14 Planos para o futuro

(em percentagem)				
País	Ficar	Regressar	Reemigrar	Indeciso
Reino Unido	34,6	23,8	7,6	34,1
França	33,8	30,8	11,7	23,7
Luxemburgo	35,4	28,6	3,3	32,7
Angola	19,0	42,7	11,5	26,8
Moçambique	13,9	44,2	9,4	32,4
Brasil	18,6	35,8	13,4	32,2
Total países	27,7	29,1	11,3	31,9

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

**Figura 2.16** Planos para o futuro

Fonte: Inquérito aos Portugueses no Estrangeiro. Projeto REMIGR.

menos numerosos e, em muitos casos, com uma situação económica menos consolidada, o que tenderá a reduzir o seu contributo para as remessas totais.

Por fim, são analisados os planos que os inquiridos esperam cumprir no seu processo migratório (quadro 2.14 e figura 2.16). A primeira hipótese analisada, a migração definitiva, é a resposta mais frequente nos três países europeus. Pode pesar neste item a proximidade geográfica com Portugal, que permite viagens relativamente regulares, a proximidade cultural, com baixos contrastes relativos com a cultura portuguesa (o que também se pode invocar para os países lusófonos), e a estabilidade económica e social nesses países. Ainda assim, esta opção não chega a reunir metade dos inquiridos nos países europeus, sendo suplantada pelo conjunto dos que pretendem regressar e dos que estão indecisos.

A segunda opção, a intenção de retorno, é a opção mais selecionada nos países não europeus, especialmente Angola e Moçambique, onde as

respostas são superiores a 40%. Talvez aqui sejam relevantes as motivações que levaram os sujeitos a emigrar para estes países (figura 2.16), uma vez que as motivações justificadas por uma “nova experiência” foram especialmente relevantes, bem como os contextos de instabilidade nesses países.

Os planos de reemigração — ou *onward migration* — são, em qualquer dos grupos estudados, uma minoria na base total, recolhendo pouco mais de um décimo das respostas. O país onde foi detetada a proporção mais elevada foi o Brasil. Este talvez seja o país onde pode existir uma proporção mais elevada de novos emigrantes que podem ser classificados como cosmopolitas, com uma lógica de cidadãos globais, com múltiplas afiliações que muitas vezes vão para além das fronteiras dos estados-nação (Vertovec & Cohen, 2002). É também aí que talvez predominem as migrações baseadas no estilo de vida (Rosales & Machado, 2015).

Muito importantes, agrupando quase 1/3 da amostra total, são as indecisões. Embora elas não sejam o item predominante em nenhum dos países, no Reino Unido têm praticamente o mesmo peso que a opção de fixação. Este número revela a grande fragilidade dos percursos migratórios recentes, ainda muito dependentes dos fatores de integração inicial e da evolução dos contextos, tanto no país de origem como no de destino.

Conclusão

Os dados apresentados neste capítulo confirmam o grande volume da emigração portuguesa recente, mas também a sua variedade e complexidade. Na verdade, a alusão ao grande aumento das saídas nos últimos anos pouco nos diz, se não for acompanhada pelo exame das suas características, muito variáveis de país para país, e pela consideração da multiplicidade dos movimentos, revelando temporalidades diversas, trajetórias incertas e regressos frequentes.

A grande variedade da nova emigração é bem ilustrada pelos dados captados no inquérito que esteve na base deste projeto. Um primeiro eixo de diferenciação separa os destinos europeus dos que se situam fora da Europa. Os primeiros distinguem-se, antes de mais, pela possibilidade de livre circulação. Tudo leva a supor que os percursos são mais flexíveis quando existe liberdade de procura de novas oportunidades (de trabalho e outras) no contexto da UE. Os emigrantes para países da Europa são, em geral, mais feminizados, mais jovens e menos escolarizados do que os que se dirigem para fora da Europa. O motivo da saída de Portugal é com maior frequência a descrença e a falta de oportunidades de carreira no país. A sua inserção profissional nos países de destino é boa, as dificuldades de integração são reduzidas e os planos para fixação mais frequentes. Ainda assim, existe uma grande heterogeneidade entre os destinos europeus. Países de emigração mais recente, como o Reino Unido,

revelam padrões de mobilidade diferentes dos de emigração tradicional, como a França e o Luxemburgo, onde a continuidade com o passado é mais clara.

Os destinos não europeus são dominados pelos percursos pós-coloniais ou, noutra perspetiva, pela inserção de Portugal no sistema migratório lusófono (Marques & Góis, 2011). Angola, Moçambique e Brasil estão entre os principais destinos. Nestes casos, a emigração recente é mais masculinizada, menos jovem e mais qualificada. As razões de saída de Portugal ligam-se mais frequentemente à procura de novas experiências ou a deslocações no âmbito de empresas. A inserção profissional no destino é boa, mas os indicadores de integração revelam dificuldades e os planos para fixação são escassos. Também neste caso, as heterogeneidades são claras, separando agora sobretudo os destinos africanos do brasileiro.

A nova emigração portuguesa é abundante, variada e com percursos incertos. Não é possível generalizar as suas características, pois quase tudo separa os trajetos e os motivos que levam a saídas muito diversas. Pouco se pode dizer com segurança sobre o futuro destes movimentos. Quase 1/3 dos inquiridos afirmaram estar indecisos sobre os planos futuros. A volatilidade do mundo contemporâneo, bem exemplificada pelos ciclos económicos de curta duração que afetaram vários países durante a realização deste estudo, garante a renovada incerteza dos percursos.¹⁴ Mas quase todos os inquiridos revelaram forte ligação com Portugal — que os levou mesmo a responder voluntariamente a este inquérito. As únicas certezas que se recolhem são a abundância prolongada de razões para sair do país, que mantêm incertas as suas perspetivas de sustentabilidade futura, e o contínuo vínculo dos emigrantes à origem, que pode continuar a traduzir-se em regressos e novos percursos de vida em Portugal.

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria I. (2009), "The lusophone migratory system: patterns and trends", *International Migration*, 47 (3), pp. 5-20.
- Candeias, Pedro, J. Azevedo, B. Ferreira, e P. M. Madeira (2014), *A Participação Política da Emigração Portuguesa na Perspetiva de Cientistas e Jornalistas*, comunicação apresentada no VII Congresso da APC, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (14/04/2014-16/04/2014).
- Candeias, Pedro, B. Ferreira, e Peixoto, J. (2014), "Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber. Uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013", *Porto, População e Sociedade*, (22), pp. 11-32.

14 Quando este estudo se iniciou, Portugal vivia uma crise económica grave, da qual está lentamente a recuperar. Nessa altura, Angola e Brasil viviam uma época de grande otimismo e expansão, que entretanto esmoreceu.

- Candeias, Pedro, P. Góis, J.C. Marques, e J. Peixoto (2014), “Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)”, *SOCIUS Working Papers N.º1/2014*.
- Candeias, Pedro, e J. Peixoto (2017), “Europe at their feet? Free circulation, economic crisis and exit strategies of recent Portuguese emigrants to the European Union”, Lisboa, *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, Sociologia Online* (10), pp.11-31.
- Cordeiro, Albano (1999), “Dans quinze ans, qu’advientra-t-il de l’identité des Portugais de France?”, *Latitudes* (5), pp. 3-6.
- Gomes, Rui M., J.T. Lopes, H.Vaz, L. Cerdeira, B. Cabrito, M.L. Machado, e P. Peixoto (2015), *Fuga de Cérebros. Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*, Lisboa, Bertrand.
- Gomes, Rui M., J.T. Lopes, H.Vaz, L. Cerdeira, P. Peixoto, R. Ganga, e B. Cabrito (2015), *Entre a Periferia e o Centro*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lemaître, Georges (2015), *Current Portuguese Emigration Trends in the European Context*, comunicação apresentada na Conferência Internacional “Retorno ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, João T. (2014), *Geração Europa? Um Estudo Sobre a Jovem Emigração Qualificada para França*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Malheiros, Jorge, I.T. Oliveira, e R. Albrecht (2015), “Portugal: did the crisis aggravate brain drain?”, in A. Schellinger (ed.), *Brain Gain. European Labour Markets in Times of Crisis*, Friedrich-Ebert-Stiftung, pp. 72-85.
- Marques, José C., e P. Góis (2011), “A evolução do sistema migratório lusófono: uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa”, Lisboa, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, (24), pp. 213-231.
- Marques, José C., e P. Góis (2013), “Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas”, in M. L. Fonseca, P. Góis, J. C. Marques, e J. Peixoto (eds.), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Coimbra, Almedina, pp. 185-203.
- OCDE-DIOC (2010/11), <http://www.oecd.org/els/mig/dioc.htm>
- Observatório da Emigração (2014), *Portuguese Emigration Factbook 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, <http://observatorioemigracao.pt/np4/4093.html>
- Oliveira, Isabel T., P. Candeias, J. Peixoto, J. Azevedo, e J.M. Malheiros (2016), “Retorno e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI”, Lisboa, *Sociologia, Problemas e Práticas* (81), pp. 11-35, <https://journals.openedition.org/spp/2287>.
- Oliveira, Isabel T., J. Peixoto, J.C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, P.M. Madeira, e E. Santana (2016), *O Impacto da Emigração e da Imigração na População. Projeções até 2050*, comunicação apresentada no V Congresso Português de Demografia, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Peixoto, João, P. Candeias, I.T.Oliveira, J. Azevedo, A. Ferro, J.C. Marques, e E. Santana (2015), *A Nova Emigração e a Relação Com a Sociedade Portuguesa*.

- Perfis e Estratégias dos Emigrantes Mais e Menos Qualificados*, comunicação apresentada na Conferência Internacional Fuga de Cérebros: A mobilidade académica e a emigração portuguesa qualificada, Universidade do Porto.
- Peixoto, João, I.T. Oliveira, J. Azevedo, J.C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P.M. Madeira (orgs.) (2016), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pires, Rui P., C. Pereira, J. Azevedo, I.E. Santo, e I. Vidigal (2016), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-Iscte, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, <http://observatorioemigracao.pt/np4/5751.html>
- Rosales, Marta V., e V.P. Machado (2015), *Travessias do Atlântico. Aspirações, Projetos e Avaliações de Portugueses no Brasil*, comunicação apresentada no Seminário Aberto: a Emigração Portuguesa no Século XXI, Lisboa, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.
- Vertovec, Steve, e R. Cohen (2002), "Introduction: conceiving cosmopolitanism", in S. Vertovec, e R. Cohen (eds.), *Conceiving Cosmopolitanism. Theory, Context and Practice*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-22.
- Vidigal, Inês, e R.P. Pires (2014), "Remessas 2013", *OEm Fact Sheets*, 2, DOI: 10.15847/CIESOEMFS022014, <http://observatorioemigracao.pt/np4/4006.html>.

Capítulo 3

Êxodo de competências e mobilidade académica de Portugal para a Europa

Rui Gomes, João Teixeira Lopes, Henrique Vaz, Luísa Cerdeira, Sílvia Silva, José Pedro Silva, Rui Brites, Paulo Peixoto, Rafaela Ganga, Maria Lourdes Machado-Taylor, Belmiro Cabrito, Tomás Patrocínio, Dulce Magalhães

Resumo A necessidade de um conhecimento mais profundo acerca das complexidades do fenómeno da “fuga de cérebros” e o seu crescente aumento no país levaram ao desenvolvimento desta pesquisa. De forma a captar esta complexa realidade foi utilizada uma metodologia mista, multilateral, recorrendo a técnicas quantitativas e qualitativas de recolha de informação com vista à caracterização dos fatores de atração e repulsão na decisão de migrar, permitindo identificar trajetórias de mobilidade social ascendente e descendente, analisando os projetos de vida, as socializações diferenciadas e estratégias contrastantes de rentabilização do capital escolar.

Palavras-chave: Emigração qualificada, fuga de cérebros, mobilidade, motivações, Portugal.

Abstract The need for a deeper knowledge of the complexities of this phenomenon, the brain drain, and its increasing in Portugal were the big spur for the development this research. In order to capture this complex reality a mixed and multilateral methodology was used with quantitative and qualitative techniques for the characterization of push and pull factors. This study allowed us to identify trajectories of upward and downward social mobility based on the analysis of life projects, the differentiated socialization and the contrasting strategies of improving the educational capital.

Keywords: Highly-skilled emigration, brain drain, mobility, motivations, Portugal.

O ponto de partida: enquadramento e objetivos

O presente texto apresenta o projeto de investigação BRADRAMO — Brain Drain And Academic Mobility From Portugal to Europe, relevando os seus objetivos e interrogações iniciais, a estratégia metodológica escolhida, os resultados obtidos e as principais conclusões a que a pesquisa conduziu.

Importa dizer que este projeto, financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE — Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC), envolveu uma equipa multidisciplinar de 13 investigadores com formação em diversas áreas das ciências sociais (sociologia, ciências da educação e economia), tendo estado ativo entre janeiro de 2013 e setembro de 2015. A pesquisa desenvolvida incidiu sobre a emigração portuguesa qualificada¹ para o espaço Europeu.

O ponto de partida para a realização desta investigação foi a constatação da intensificação dos fluxos emigratórios portugueses nos anos imediatamente anteriores ao seu início, com destaque para o ano de 2011. Olhando apenas para o volume das saídas, a vaga emigratória que se seguiu à crise financeira de 2008 e, em especial, à imposição de um programa de reajustamento estrutural iniciado em 2011 sob a égide da chamada “Troika” constituída pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, só é comparável com o cenário que se registava nos últimos anos do Estado Novo: entre 2010 e 2015, o número de pessoas que saiu de Portugal foi sempre superior a 100.000, atingindo os 134.624 em 2014.²

Por outro lado, o peso, nas saídas, dos trabalhadores qualificados aumentou significativamente. Assim, entre 2001-2002 e 2010-2011, a emigração de portugueses qualificados registou um aumento de 87,5%. Nesse período, o peso dos trabalhadores qualificados no conjunto de todos os emigrantes subiu de 6,2% para 9,9%, atingindo os 11% em 2015 (Gomes *et al.*, 2015). É certo que a informação disponível sobre a emigração portuguesa qualificada contém lacunas importantes. Ainda assim, estes números evidenciam uma tendência importante de aumento das saídas de trabalhadores qualificados do país em anos recentes, podendo ainda estar subavaliados, como nos mostram as estatísticas de alguns dos países que mais emigrantes portugueses recebem. Por exemplo, de acordo com estatísticas oficiais do Reino Unido, 21,5% dos emigrantes portugueses com mais de 16 anos possuíam, em 2011, qualificações de nível superior.

1 Para efeitos da investigação desenvolvida, definimos emigração qualificada como a emigração de indivíduos detentores de um diploma do ensino superior ou de experiência profissional equivalente.

2 Dados disponibilizados pelo Observatório da Emigração e disponíveis em <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/> (consultado a 27 de Junho de 2017).

As implicações futuras desta saída em grande escala de capital humano do país não são ainda totalmente claras. Existem várias teses que procuram explicar as consequências desse fenómeno, porém, estas indicam frequentemente caminhos diferentes, não sendo fácil a sua conciliação.

O primeiro destes modelos teóricos em confronto é o do *brain drain*: uma vez que o capital humano não é aproveitado na sociedade ou país onde foi gerado, perde-se, no médio e no longo prazo, o investimento realizado na sua criação e as externalidades dele resultantes. Investigações prévias apontam para efeitos negativos no crescimento económico e na formação de capital humano no país de origem (Miyagiwa, 1991; Haque e Kim, 1995). Assim, o retorno do investimento na educação pode-se perder devido ao efeito da emigração de recursos humanos, medido através das perdas de retorno de capital ou de potenciação de desenvolvimento (Rosenbaum *et al.*, 1990).

A segunda tese é a do *brain drain* benéfico: uma vez que a emigração de indivíduos qualificados resulta em rendimentos individuais mais elevados, o número de pessoas capazes de investir na sua educação e na educação dos seus filhos aumentará, o que terá um efeito positivo na taxa de educação dos países em desenvolvimento (Mountford, 1997). No entanto, os resultados deste tipo de abordagem não são conclusivos. Se alguns estudos a confirmam (Beine *et al.*, 2003; 2008; Docquier *et al.* 2008), outros sugerem que os ganhos obtidos não compensam o efeito de *brain drain* (Heuer, 2011).

De acordo com a tese da fertilização cruzada a partir da mobilidade das elites, os movimentos circulares e frequentemente transitórios de profissionais altamente qualificados são benéficos para os países de origem e de destino, uma vez que potenciam a troca de conhecimento e de competências e os projetos temporários.

O modelo da circulação de “cérebros” através da criação de redes defende que o aumento da circulação de pessoas e conhecimento é inevitável num contexto de globalização, independentemente do nível de desenvolvimento dos países. Isto articula-se com as redes de transferência de tecnologia e conhecimento do país de destino para o país de origem e que são resultado da crescente transnacionalização das esferas científica e empresarial. Segundo esta abordagem, estas redes são vantajosas para o desenvolvimento dos países de origem.

Finalmente, o modelo do *brain drain* latente, articulado com a mobilidade formativa, postula que as saídas do país relacionadas com a formação e educação, previsivelmente temporárias, podem-se tornar permanentes com a inserção no mercado de trabalho de países mais desenvolvidos ou menos afetados pelo desemprego jovem (Pizarro, 2005). No entanto, outras investigações sugerem que um período de estudo fora seguido de uma experiência de trabalho no país de destino poder produzir um benefício a médio prazo, no momento de regresso ao país de origem (Johnson e Regets, 1998).

Perante a multiplicidade de abordagens e concepções, a investigação desenvolvida teve como propósito colocar à prova cada um dos modelos teóricos sobre a emigração qualificada acima apresentados, procurando alguma inovação em termos teóricos e metodológicos: primeiro, ao recusar os pressupostos globalizantes sobre a teoria do capital humano e ao analisar o conjunto de fatores que geram a repulsão e a atração, antevendo-se assim que a emigração pode ser gerada por outros fatores para além da diferença entre as remunerações; e segundo, uma vez que se admite que o sistema de emprego internacional depende não só do efeito independente do jogo da oferta e procura, tornando-se também necessário analisar as trajetórias biográficas, no sentido de compreender as razões e os destinos da emigração.

Com estes propósitos em mente, e tendo ainda em conta as já referidas limitações da informação estatística disponível sobre emigração portuguesa qualificada, partiu-se para a pesquisa com as seguintes questões fundamentais:

- 1) Quais são as modalidades, causas e características do *brain drain* português na última década?
- 2) Qual foi a evolução do *stock* e dos fluxos?
- 3) Quais são as formas de articulação entre as diferentes modalidades do êxodo de profissionais portugueses qualificados e os processos de migração internacional?
- 4) Quais são as formas de articulação entre o *brain drain* e os fluxos crescentes de mobilidade académica?
- 5) Quais são as consequências para o sistema científico e o ensino superior portugueses?
- 6) Qual é o impacto para a emergência ou redução de redes científicas que incluam cientistas portugueses?

Estratégia metodológica

Uma vez que o *brain drain* é um fenómeno multifacetado, o desenho metodológico segue a natureza relacional do objeto social, articulando várias dimensões de análise. Realizou-se um estudo comparativo de quatro casos, representando diferentes tipos de emigração qualificada: a) migração para um país europeu para o exercício de profissões nos sistemas científico ou de ensino superior; b) migração de longo prazo para um país europeu para trabalhar nos segmentos primário ou secundário do sistema de emprego; c) mobilidade estudantil europeia do 1.^o, 2.^o ou 3.^o ciclo do ensino superior conducente à inserção no segmento primário ou secundário do mercado de trabalho; d) mobilidade e circulação transitória ou pendular através de redes europeias de ciência, produção, serviços ou cultura.

Procurou-se compreender cada um destes casos e, ao mesmo tempo, encontrar fatores e processos de comparação, translação e transferência, permitindo fazer generalizações que não se baseiam na probabilidade estatística e na representatividade, mas antes na profundidade, intensidade e densidade da análise.

Assim, a partir de cada caso e dentro de cada caso, combinou-se procedimentos de natureza qualitativa e quantitativa, explicação e compreensão, dedução e indução, enquanto nos movemos num diálogo constante entre teoria e prática.

O recurso a uma panóplia relativamente alargada de técnicas de recolha de informação permitiu a operacionalização dos propósitos antes assumidos, bem como a comparação das práticas vividas, experienciadas, narradas e declaradas dos atores envolvidos nestes fluxos migratórios, possibilitando a triangulação da informação.

A seleção dos quatro casos seguiu a interseção dos seguintes princípios estruturantes basilares: 1) características temporais da mobilidade: permanente ou temporária, de longo prazo ou transitória; 2) posição social no sistema de emprego: segmento primário ou secundário do mercado de trabalho; 3) perfil funcional do sistema de emprego: académicos e cientistas, outras profissões altamente qualificadas; e 4) tipo de mobilidade: direta (depois da entrada no sistema de emprego do país de origem), indireta ou latente (depois de um período de estudos no país de destino).

Em cada um destes casos, a abordagem iniciou-se com uma pesquisa exploratória baseada na análise de fontes secundárias, tanto documentais ou estatísticas, articuladas com conversas informais com informadores privilegiados das organizações que lidam com estes fluxos e atores.

Assumindo-se uma estratégia mista e multilateral, articulando a pesquisa extensiva com uma análise em profundidade, intensiva, recorreu-se a técnicas quantitativas e qualitativas de recolha de informação: entrevistas com grupos focais, inquéritos por questionário e histórias de vida, traduzidas nos retratos sociológicos.

A primeira fase foi a realização de grupos focais para cada um dos diferentes casos em análise (Barbour e Kitinger, 1999). Devido à sua natureza intersubjetiva e partilhada (Krueger, 1998), o recurso a esta técnica foi particularmente útil para, antes da administração do inquérito por questionário, identificar fatores de *push* e *pull*, bem como fatores de *reskilling* e *deskilling*. Isto revelou-se especialmente valioso, uma vez que a revisão do estado de arte apontou para fatores muito gerais. Deste modo, foi possível construir indicadores e dimensões mais precisas para o inquérito.

As entrevistas foram feitas por videoconferência, usando o software de chamadas Skype, ultrapassando, desta forma, as fronteiras geográficas que estão inerentes ao universo de estudo do projeto, bem como as dificuldades de reunião dos entrevistados num mesmo espaço físico, próprias da técnica utilizada.

A seleção dos entrevistados foi realizada com base na técnica de amostragem bola-de-neve, iniciada com um apelo através de um formulário de intenção de participação que foi divulgado pelos contactos pessoais dos investigadores e por contactos institucionais com ligação a portugueses em mobilidade. Esta lista inicial de possíveis entrevistados foi, de resto, o ponto de partida para os contactos posteriores de participação.

A escassez de estudos sistemáticos sobre fluxos migratórios associados à mobilidade académica torna especialmente relevante, de um ponto de vista metodológico, uma abordagem inicial transversal, mais adequada para um esforço de mapeamento da representatividade do fenómeno. Foi precisamente essa escassez que determinou, para o questionário, a definição de uma amostra não-probabilística intencional (Almeida & Pinto, 1996), que, articulada com outros instrumentos de pesquisa, contribui, gradualmente, não só para a compreensão da extensão do fenómeno, mas também das suas características intrínsecas.

Deste modo, o questionário escolhe deliberadamente um público dominante — dotado de elevadas competências académicas — ao mesmo tempo que contém as diversas situações expressas nos estudos de caso desenvolvidos que, de certo modo, determinam uma categorização prévia que garante a comparabilidade com o instrumento do inquérito. Esta comparabilidade permite-nos discriminar os traços determinantes na identificação do fenómeno. Do mesmo modo, a estrutura do questionário, para além de incluir as variáveis independentes que caracterizam a população-alvo, procura elencar um conjunto de escalas que abordam os seguintes tópicos: 1) Fatores *push* e *pull*; 2) Fatores percebidos como cruciais para a decisão de migrar; 3) *Deskilling* e *reskilling*; 4) *Brain gain* e *brain waste*; e 5) Mobilidade social e cultural, sendo importante compreender até que ponto a decisão de migrar baseada, na sua fase inicial, em razões relacionadas com a formação e o emprego, se transforma (ou não) em mobilidade social e cultural.

Dos resultados provisórios oriundos da análise dos dados recolhidos através do inquérito por questionário, bem como das suas limitações e das pistas por eles fornecidas, emergiram as linhas orientadoras que enquadraram a preparação dos guiões para a realização dos retratos sociológicos (Lahire, 2002), focando a explicação das contradições que se revelam na intersecção da administração do inquérito por questionário, a análise exploratória e os resultados dos *focus group*.

Procedeu-se ainda a uma análise estatística multivariada dos dados obtidos através do inquérito por questionário, o que permitiu a construção de perfis-tipo dos emigrantes, cada um deles definindo um tipo de relação particular com o fenómeno em estudo. A partir daqui foram selecionados os indivíduos e grupos para a construção dos retratos sociológicos. A preparação do guião foi acompanhada pela preocupação em compreender como é que os atores envolvidos nos fluxos migratórios analisados estruturam, através das

suas vidas, disposições favoráveis à migração e em perceber a tensão entre disposições e situações múltiplas em que os principais contextos desencadeiam o desejo de mobilidade.

Os retratos sociológicos assumem a existência de indivíduos multi-socializados, agentes plurais que, através das suas trajetórias, adquiriram uma multiplicidade de disposições, muitas vezes contrastantes e até contraditórias, que, de certo modo, refletem a complexidade das sociedades contemporâneas e a natureza multidimensional dos projetos e constrangimentos associados a estes fluxos migratórios.

A triangulação final permitiu confrontar práticas e discursos ou, noutros termos, o vivido com o experienciado (a memória do passado), o narrado (especialmente visível nos retratos), o compartilhado (destacado nos grupos focais) e o declarado (mostrado no inquérito).

Principais resultados

Resultados dos focus groups

Como referido, os *focus groups* permitiram por um lado, enquadrar e preparar a recolha de informação quantitativa através da aplicação de inquéritos e, por outro lado, identificar especificidades relacionadas com cada um dos quatro estudos de caso a desenvolver no âmbito do projeto.³

De uma forma geral, os *focus groups* possibilitaram caracterizar projetos de vida; mapear e tipificar trajetórias de vida (familiar, formação, emprego); identificar estratégias de rentabilização do capital escolar nos projetos de vida; e dar conta dos mecanismos de naturalização (ato pensado, repentino, fatores desencadeadores, enquadramento familiar/social) que possam ser vistos como efeitos socializadores da decisão de emigrar.

Selecionados e agrupados tendo em conta o estudo de caso a que mais se adequavam, considerando, igualmente, a diversidade de sexo, idade, país e profissão, foram feitos sete *focus group*, a um total de 27 pessoas. Adicionalmente, e por impossibilidade de reunir as pessoas, foram feitas 5 entrevistas individuais, 2 *online* e 3 presenciais, com o mesmo guião de entrevista. As entrevistas foram transcritas integralmente e posteriormente analisadas recorrendo ao *software* de análise qualitativa MaxQda, tendo sido feita a análise de conteúdo e, por outro lado, a quantificação dos indicadores resultantes da mesma análise.

Através dos quadros seguintes é possível uma primeira análise, em extensão, das dimensões das entrevistas: i) fatores de “deskilling” e de “reskilling” nos países de destino; ii) fatores de atração e de repulsão em Portugal e

3 Para mais informações, incluindo as principais conclusões, consultar www.bradramo.pt

Quadro 3.1 Fatores de *deskilling* e de *reskilling* nos países de destino

Fatores de <i>deskilling</i> e de <i>reskilling</i>			N	%
Emigrou por <i>deskilling</i> , <i>reskilling</i> ou <i>upskilling</i>	<i>Upskilling</i>	Não	16	59,3
		Sim	11	40,7
		Total	27	100,0
	<i>Reskilling</i>	Não	24	88,9
		Sim	3	11,1
		Total	27	100,0
<i>Deskilling</i>	Não	26	96,3	
	Sim	1	3,7	
	Total	27	100,0	
Perspetiva de carreira	Continuidade	Não	24	88,9
		Sim	3	11,1
		Total	27	100,0
	Progressão	Não	21	77,8
		Sim	6	22,2
		Total	27	100,0
Inserção ou não na área de formação de origem	Trabalho fora da área de formação	Não	22	81,5
		Sim	5	18,5
		Total	27	100,0

no país de destino; iii) formas de integração no país de destino; iv) relações com Portugal; e v) tipo de inclusão no sistema de emprego do país de destino.

Através do quadro 3.1 é possível constatar a maior percentagem de entrevistados que sofreram *upskilling* no seu processo migratório (40,7%), significando uma melhoria das qualificações obtidas. De notar também a compatibilidade entre a formação académica e o trabalho exercido. Apesar de as perspetivas de carreira não apontarem, à partida, para uma situação de continuidade e progressão (embora mais progressão do que continuidade), como foi possível constatar numa análise mais detalhada das entrevistas, tal não significa um descontentamento ou insatisfação com a situação profissional. Pelo contrário. Mesmo em situações em que os entrevistados se encontram a realizar tarefas abaixo das suas qualificações, a perceção do reconhecimento profissional é algo patente.

No que concerne aos fatores *push* e *pull* (quadro 3.2) é de notar que não foram enunciados quaisquer fatores de repulsão no país de destino. Os fatores profissionais (remuneração, carreira ou progressão) são os mais referidos (63%), seguindo-se as oportunidades de emprego e os fatores pessoais e familiares (44,4%, respetivamente).

Relativamente a Portugal são os fatores pessoais e familiares que se destacam no domínio da atração. Estes são, de resto, dos maiores motivos que concorrem com as opções de mobilidade tomadas, exercendo um grande peso na possibilidade de regresso. Contudo, as oportunidades de emprego

Quadro 3.2 Fatores de atração e de repulsão em Portugal e no país de destino

Fatores de atração e de repulsão			N	%
Fatores de Repulsão em Portugal	Fatores profissionais	Não	19	70,4
		Sim	8	29,6
		Total	27	100,0
	Oportunidades de emprego	Não	10	37,0
	Sim	17	63,0	
	Total	27	100,0	
Fatores de Atração em Portugal	Ensino	Não	24	88,9
		Sim	3	11,1
		Total	27	100,0
	Fatores pessoais/familiares	Não	17	63,0
	Sim	10	37,0	
	Total	27	100,0	
Fatores de Atração no país de destino	Económicos	Não	21	77,8
		Sim	6	22,2
		Total	27	100,0
	Ensino e serviços	Não	24	88,9
		Sim	3	11,1
		Total	27	100,0
	Oportunidades de emprego	Não	15	55,6
		Sim	12	44,4
		Total	27	100,0
	Fatores profissionais	Não	10	37,0
Sim		17	63,0	
Total		27	100,0	
Fatores pessoais/familiares	Não	15	55,6	
	Sim	12	44,4	
	Total	27	100,0	

(63%) e os fatores profissionais (29,6%) em Portugal são dimensões que exercem grande repulsão do país.

Desta forma, a duração da emigração destaca-se como permanente ou de longo prazo (44%), coincidente com os dados que obtivemos posteriormente no inquérito por questionário, assim como nos retratos sociológicos. A dimensão transitória (33%) da emigração é também de ser salientada.

Na dimensão respeitante às relações com Portugal (quadro 3.3) é avaliado o lugar de Portugal no quotidiano no país de destino (redes de amigos, colegas de trabalho, contactos com família em Portugal), como também os indicadores de pertença e a ação como facilitadores ou não da emigração de outros.

No que concerne à rede de amigos, é visível tanto a presença de amigos de origem portuguesa (66,7%), como de outros países (63%). Quanto à identidade, resiste a identidade de português (74,1%) mais do que a identidade de emigrante (14,8%). Como foi confirmado depois, o autorreconhecimento como cidadão europeu, ou cidadão do mundo, vivendo numa “bolha

Quadro 3.3 Relações com Portugal

Relações com Portugal		N	%
Influencia à emigração de outros	Não	17	63,0
	Sim	10	37,0
	Total	27	100,0
Atividades realizadas em Portugal	Não	17	63,0
	Sim	10	37,0
	Total	27	100,0
Viagens esporádicas a Portugal (menos de 2 vezes por ano)	Não	24	88,9
	Sim	3	11,1
	Total	27	100,0
Viagens frequentes a Portugal (2 ou mais vezes por ano)	Não	9	33,3
	Sim	18	66,7
	Total	27	100,0
Identidade emigrante	Não	23	85,2
	Sim	4	14,8
	Total	27	100,0
Identidade portuguesa	Não	7	25,9
	Sim	20	74,1
	Total	27	100,0
Amigos de outros países	Não	10	37,0
	Sim	17	63,0
	Total	27	100,0
Amigos portugueses	Não	9	33,3
	Sim	18	66,7
	Total	27	100,0

internacional” é algo mais proeminente do que a identificação como emigrante. A saudade das pessoas, da comida, dos costumes, do clima leva a que Portugal esteja presente no imaginário destes emigrantes qualificados. Por conseguinte, as viagens a Portugal são, na maioria, frequentes (66,7%), sendo, muitas vezes aproveitadas para diversos consumos e procura de serviços (cabeleireiro, médico, etc. — 37%).

Resultados do inquérito

Este é um projeto que conta histórias de percursos individuais de mulheres e homens portugueses que decidiram prosseguir as suas vidas fora de Portugal.⁴ Mas as histórias singulares têm um quadro social mais geral em que decorrem. Os percursos individuais realizam-se em condições que não foram escolhidas, antes constituíram dados de partida para as opções de cada um.

4 Resultados publicados no livro “Fuga de cérebros: retratos da emigração portuguesa qualificada” (2015).

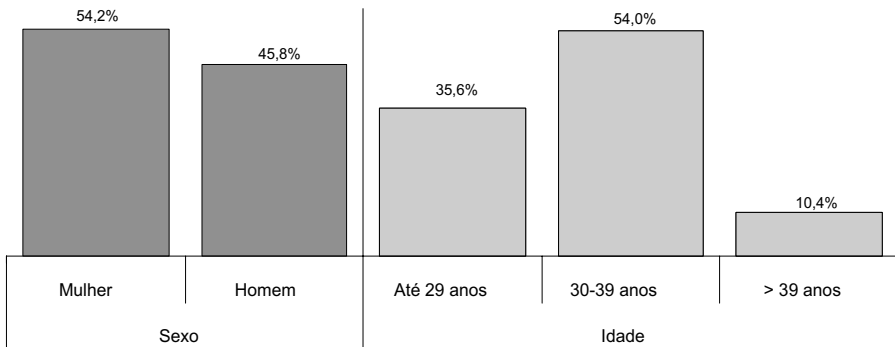


Figura 3.1 Caracterização sociográfica dos respondentes: sexo e idade

Na verdade, a decisão de emigrar tem características estruturais que constituem a exterioridade do fenómeno e que limitam ou ampliam os efeitos das decisões individuais.

Essas condições estruturais foram caracterizadas através de um questionário *on-line* administrado entre maio e outubro de 2014, junto de uma amostra intencional, não aleatória, de cidadãos portugueses que estavam ou tivessem estado em mobilidade ou emigrados num país europeu nos últimos 6 anos, com habilitações académicas do ensino superior, ou que tivessem exercido uma atividade profissional correspondente a esse nível académico. É com base nas respostas a este questionário que se caracterizou o perfil estrutural da emigração qualificada portuguesa.

Considerando a amostra de 1011 respondentes, verificamos que ela é ligeiramente feminizada (54,2%), o que, desde logo, se apresenta como novidade nos perfis emigratórios portugueses, tradicionalmente masculinizados, refletindo decerto a crescente presença maioritária das mulheres no ensino superior e, por consequência, nas profissões qualificadas.

Por outro lado, em termos etários, destaca-se a juvenilidade da amostra (apenas 10,4% tem mais de 39 anos), traduzindo não só o prolongamento das transições e da moratória juvenil forçada — para a vida adulta, para um emprego estável, para uma família de destino, para uma habitação própria — como as particulares dificuldades de encontrar no mercado de trabalho português uma saída para as suas qualificações (cerca de 65% têm pelo menos o mestrado, em particular nas áreas das ciências matemáticas e informática, seguido das engenharias e ciências sociais), a par de uma inserção facilitada em redes transnacionais de mobilidade.

A composição interna das qualificações da amostra revela que uma maioria de inquiridos (74,5%) têm cursos pós-graduados — 43% têm um

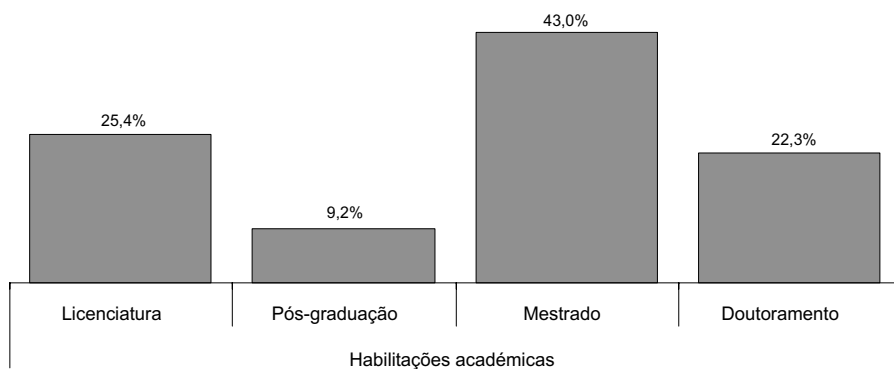


Figura 3.2 Qualificação académica dos respondentes

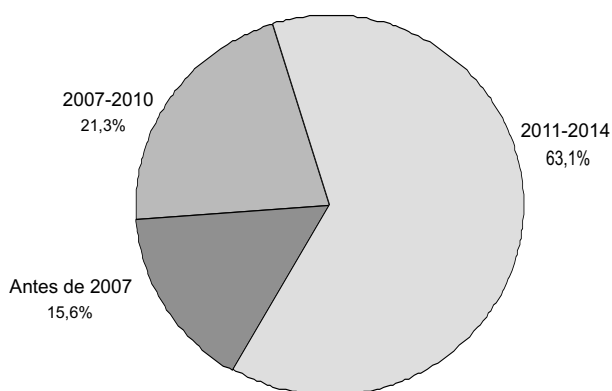


Figura 3.3 Ano da última saída de Portugal

mestrado, 22,3% são doutorados e 9,2% concluíram uma pós-graduação — possuindo os restantes 25,4% da amostra apenas o grau de licenciado.

A amostra revela uma clara sobrerrepresentação dos sujeitos com mestrado e doutoramento, visto que na população residente em Portugal, até aos 44 anos, os valores são bastante inferiores: 1,7% concluíram um doutoramento, 11,4% o mestrado e 86,9% a licenciatura. A tendência detetada nesta amostra parece refletir que a emigração qualificada dos últimos anos acentuou a saída dos titulares de graus académicos mais elevados e especializados.

Em 2014, apenas 16,5% da população portuguesa com 15 anos ou mais possuía pelo menos um curso superior. No grupo etário entre os 25 e os 34

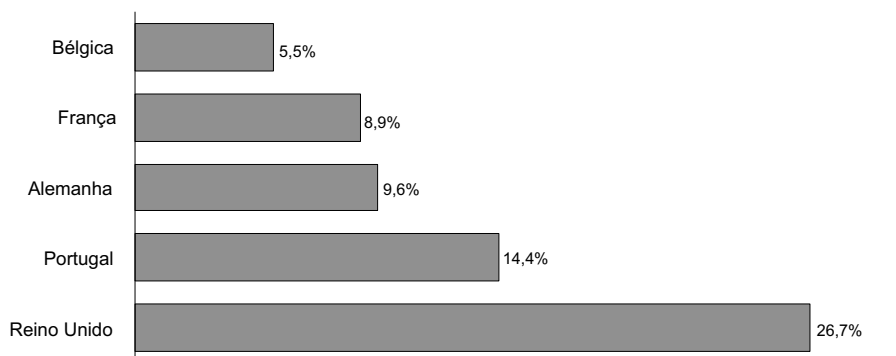


Figura 3.4 País de residência atual

anos, onde se enquadra boa parte da nossa amostra, tal percentagem subia para 28%, de acordo com dados da OCDE para 2012.

Estamos, portanto, na presença de contingentes de jovens e jovens adultos que usufruíram plenamente dos tardios processos de democratização escolar em Portugal e da implementação sistemática de um sistema público de I&D.

Cerca de 4/5 da nossa amostra saiu de Portugal no deflagrar da crise ou mesmo depois da sua eclosão, uma vez que apenas 15,6% abandonou o país antes de 2007. Sabemos que a incorporação dos impactos de uma conjuntura tão intensa não é imediata, mas os números das saídas mostram bem como 2008 é o grande detonador: mais de 20 mil emigrantes, contra apenas 7 890 no ano anterior (Pordata).

Se observarmos o atual país de residência, percebemos a importância do Reino Unido (26,7%) e de outros países do centro europeu (Alemanha, França e Bélgica), mas também a circunstância de uma fatia não negligenciável viver em Portugal no momento de administração do questionário, o que se relacionará ou com um regresso potencialmente bem-sucedido (depois de acumularem credenciais, experiências e capital social no estrangeiro) ou com uma mera transição para outros destinos.

Constata-se, de igual modo, que a saída tem um efeito notório no emprego: apenas 3,8% estão desempregados no destino, quando em Portugal tal percentagem superava os 36%, grosso modo análogo às taxas de desemprego nestes escalões etários.

O rendimento mensal líquido também apresenta valores bastante contrastantes: antes da saída mais de 70% auferia menos de 1 000 euros, no destino mais de 50% recebe um montante superior a 2 000 euros e 26,5% recebem acima de 3 000 euros.

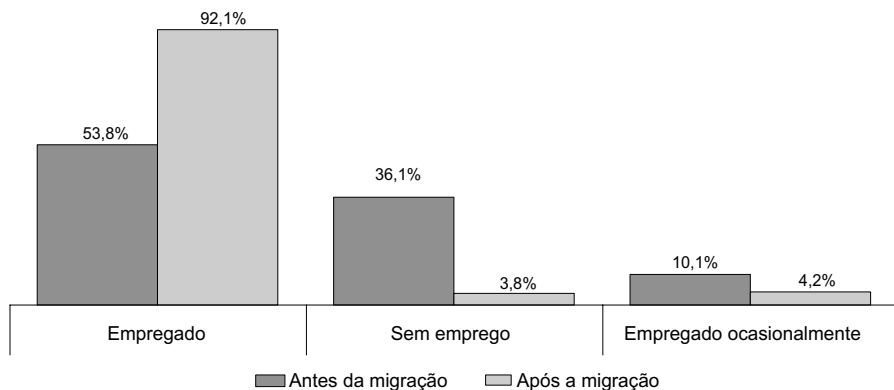


Figura 3.5 Situação perante o trabalho antes e após a migração

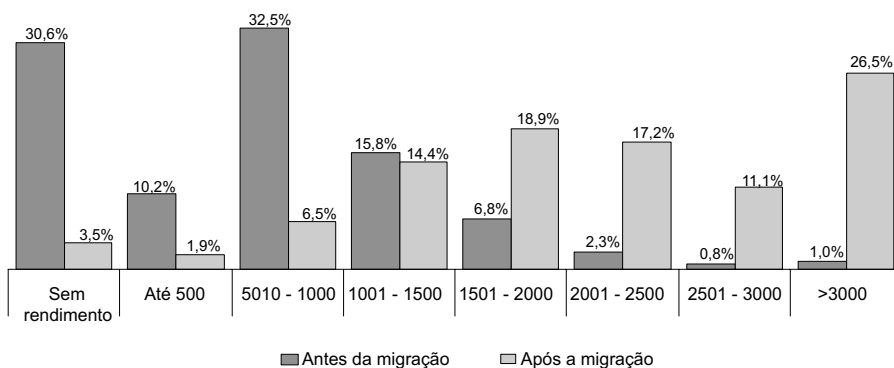


Figura 3.6 Rendimento mensal líquido antes e após a migração

Os inquiridos mostram uma forte coerência entre a área de formação inicial e a formação mais elevada, concentrando-se nas ciências, matemáticas e informática (cerca de 1/3), seguido das ciências sociais, comércio e direito e, com números próximos, engenharia, indústrias transformadoras e construção. Não existem, por isso, processos de reconversão académica, antes uma lógica de fileira, com o aprofundamento da formação inicial.

Considerando que a maior parte dos respondentes exercia funções profissionais compatíveis com a sua formação académica, mesmo antes de emigrarem, facilmente se constata que em Portugal esse reconhecimento formal de competências e de recursos organizacionais não encontrava uma clara

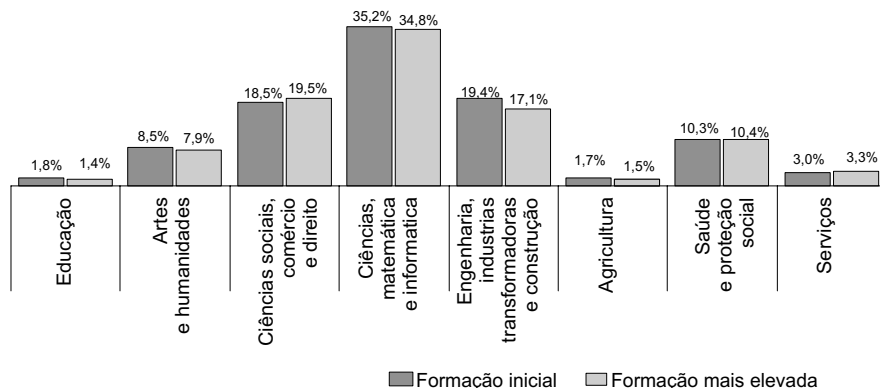


Figura 3.7 Área científica de formação inicial e da mais elevada

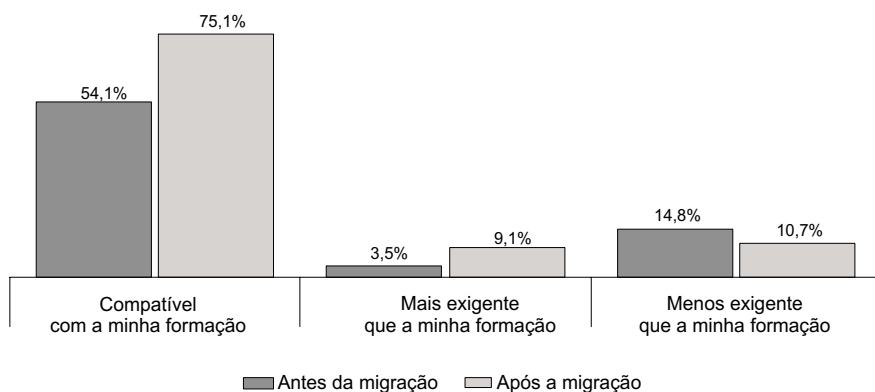


Figura 3.8 Correspondência entre o trabalho exercido e a formação académica antes e após a migração

correspondência nos níveis de remuneração, nem tampouco nas possibilidades de carreira.

Também cresce o número dos que declaram que o trabalho no país de destino é mais exigente do que a formação académica recebida e diminui a percepção de trabalhar em funções abaixo das qualificações, o que se ligará, porventura, a acrescidas oportunidades de carreira e de formação.

A decisão de emigrar tem nas razões profissionais e económicas o seu principal impulso: prosseguir uma carreira em que se sintam realizados profissionalmente surge para 95,4% dos inquiridos como a razão principal

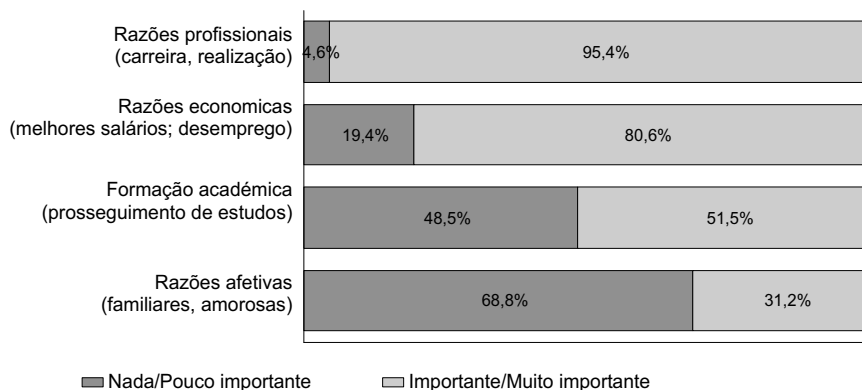


Figura 3.9 Razões para a emigração

que os leva a emigrar. Porém, as razões salariais e a situação de desemprego ou de subemprego também revelam um peso muito importante na decisão de emigrar (80,6%). Bastará observar que o desemprego e o subemprego atingiam 46,2% da amostra para se perceber o peso relativo desta razão. Embora as razões afetivas assumam alguma importância, quer a reunificação familiar quer a presença de redes amicais nos países de destino são claramente secundárias na hierarquia de motivos que originam a emigração.

Quando aprofundamos as razões profissionais que conduzem à decisão de emigrar verificamos que a valorização das qualificações académicas no país de destino constitui o principal fator de atração (90% de concordância), acompanhado pelo reconhecimento de que a realização profissional não tem condições para se concretizar em Portugal (51%).

Por outro lado, a discriminação de alguns indicadores económicos revela-nos o impacto relativo na decisão de emigrar: em primeiro lugar a crise económica como fator de repulsão (88%), depois a desadequação remuneratória no país de origem (65%), seguida de muito perto pela insatisfação com o estatuto socioeconómico em Portugal (63%) e a perceção de insegurança e instabilidade que o decréscimo de rendimentos provoca. Simetricamente regista-se a perceção de adequação salarial (78%) e a maior disponibilidade de empregos nos países de destino como os principais indicadores económicos que levaram à emigração.

As experiências de mobilidade académica noutros países surgem como o fator de impulso mais importante entre as razões académicas (77%), bem como o reconhecimento da valorização da área de estudos no país de destino (66%). Estes indicadores revelam bem como a mobilidade académica e o cálculo custo-benefício realizado pelos estudantes

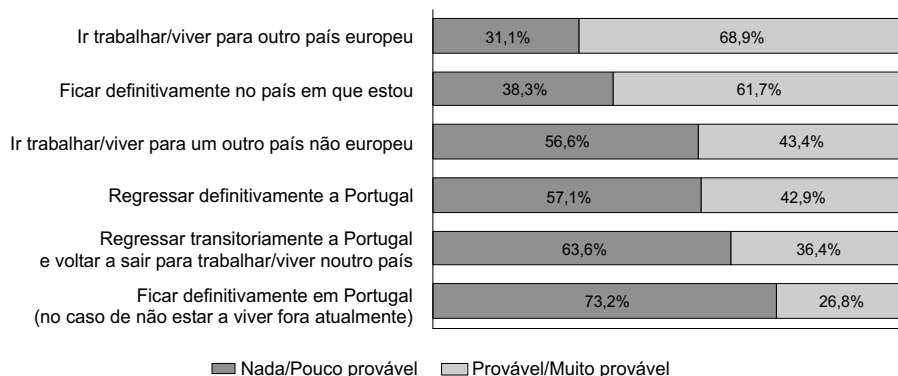


Figura 3.10 Expectativas em relação ao futuro

durante os programas de mobilidade contribuem para transformar o *brain drain* latente numa decisão mais firme de emigração para países europeus do centro.

Também de destacar, e ao contrário dos processos de emigração tradicionais, os emigrantes qualificados não têm nas redes familiares, de amizade ou afetivas um impulso muito importante para a decisão de emigrar. Menos de 30% dos inquiridos afirmam terem optado por um país onde já estavam inseridos familiares ou amigos.

Por último, na escolha dos países de destino não é indiferente a natureza do pacto social que neles vigora, sendo escolhidos países em que o estado social e a participação cívica se encontram plenamente consolidados (61%). Em sentido inverso, reconhecem os inquiridos (69%) que as políticas de restrição ao estado social não são temporárias em Portugal e que não têm repercussões tão graves e evidentes nos países em que se encontram atualmente (49%).

Um dos aspetos que pode determinar a perda de capital humano no país de origem é a duração do período de emigração. A maioria dos inquiridos refere que a mobilidade foi inicialmente projetada como solução transitória, mas a experiência entretanto vivida mudou os planos para uma perspetiva de emigração de médio (30,4%) ou de longo prazo (62,9%).⁵

A maioria dos inquiridos projeta-se numa emigração para “toda a vida” no atual país de residência ou em outros países europeus (61,7% e 68,9% respetivamente), embora a perceção de uma crise prolongada

5 No âmbito deste estudo considera-se que a “emigração de médio prazo” inclui a expectativa de residência fora de Portugal por um período entre 2 a 5 anos e a “emigração de longo prazo” inclui a expectativa de residência fora de Portugal por 6 ou mais anos.

esteja também associada à decisão de ficar mais anos a trabalhar fora de Portugal e à expectativa de regressar depois de consolidado o percurso profissional (42,9%).

Resultados das entrevistas: retratos sociológicos

Os retratos sociológicos surgem como dispositivo metodológico capaz de resgatar uma dupla pluralidade nas trajetórias individuais: por um lado, a pluralidade das disposições internas, tendo em conta a sua génese, a sua desigual “força” e sistematicidade; por outro lado, a pluralidade contextual, externa, associada à multiplicidade de processos, agências e contextos de socialização ou modos da vida, percebendo os detalhes das variações intraindividuais, como cada indivíduo se desdobra em compromissos e metamorfoses múltiplas pelos diferentes domínios de ação.⁶ É neste âmbito que Lahire (2002) propõe os retratos sociológicos como um dispositivo metodológico.

Pretendeu-se, pois, alcançar três grandes objetivos: i) apreender o património plural de disposições que forma o *habitus* (Bourdieu, 1983) destes sujeitos; ii) relacionar sistemas de desigualdades de origem com desigualdades de percurso; iii) fomentar a reflexividade biográfica.

Saliente-se, contudo, que, nesta pesquisa, os retratos foram sempre orientados para a(s) experiência(s) migratória(s). Não se trata de uma mera história de vida, antes do delinear de um percurso que desemboca na emigração.

Antecipando um número que permitisse dar conta da diversidade dos percursos biográficos, mas ao mesmo tempo revelador de uma certa unidade em aspetos decisivos e marcantes para o percurso migratório; e tendo em consideração as limitações (tempo e dinheiro) do projeto, o objetivo passou por se entrevistarem 12 indivíduos por cada um dos quatro perfis-tipo estabelecidos desde o início do projeto.

No total foram entrevistadas 53 pessoas, resultando em 53 retratos sociológicos de portugueses qualificados que emigraram para outros países europeus.

Ao selecionar os entrevistados dos contactos obtidos, além da diversidade em relação ao sexo e idade, dentro de cada perfil-tipo, procurou-se também ter em conta a diversidade do país de acolhimento e da área profissional. Ainda assim, existe a predominância de alguns países em detrimento de outros, reflexo dos contactos reunidos, mas também do maior peso de emigrantes qualificados em determinados países, de acordo com as estimativas oficiais.

6 Resultados publicados no livro “Fuga de cérebros: retratos da emigração portuguesa qualificada” (2015).

De forma a dar conta da grande diversidade de percursos migratórios, que refletem os diferentes projetos de vida dos seus protagonistas; dos múltiplos pontos de partida e de chegada sociais e geográficos, com pontos de passagem intermédios igualmente diversificados; dos diferentes níveis de sucesso ou insucesso, e vários graus de satisfação ou insatisfação com a situação pessoal e profissional vivida durante a mobilidade apresenta-se de seguida uma breve síntese da análise feita aos retratos em cada perfil-tipo.

Perfil-tipo: migração para um país europeu para o exercício de profissões nos sistemas científico ou de ensino superior

Os retratos neste grupo registam os percursos de jovens investigadores portugueses que escolheram trabalhar no sistema científico de vários países europeus.

A maior parte dos retratados emigraram para prosseguir estudos avançados de doutoramento e pós-graduação, sendo as oportunidades de mobilidade potenciadas por processos formais de recrutamento das instituições de investigação e ensino superior europeias. As trajetórias são frequentemente de mobilidade múltipla, com durações muito variáveis, o que dificulta a distinção analítica entre mobilidade e migração.

A mobilidade académica não é entendida pela maioria como uma fatalidade ou uma consequência direta da crise económica, mas antes como uma estratégia de carreira, num país da semiperiferia científica, económica e cultural europeia. Embora alguns declarem que existe o desafio aliciante de transformar a capacidade das diásporas científicas em transferir conhecimento e tecnologias, reconhecem também que as instituições nacionais e europeias fazem muito pouco para o concretizar.

Passando por “transições profissionais” e “transições experimentais” (Guerreiro & Abrantes, 2007) até à vida adulta, estes jovens, que ocupam funções de prestígio, bem remuneradas e altamente competitivas, e têm progressões rápidas na carreira, vivenciam o trabalho académico como um *continuum*, numa “cultura de horário prolongado”. Neste contexto, a conciliação entre trabalho profissional e vida pessoal torna-se difícil, acabando essas duas esferas da vida por se imbricarem.

As experiências de trabalho decorrentes do processo migratório são perspectivadas de um modo diferente, porque os investigadores têm em regra um contrato de trabalho, efetuam descontos e sentem-se inseridos no mercado laboral enquanto fazem o doutoramento ou o pós-doutoramento.

A questão profissional é a que parece mais determinante para sair ou simplesmente para ficar no país em que se teve uma experiência de mobilidade. Em alguns casos, devido à especificidade das especializações que se querem aprofundar e para as quais não haverá resposta suficiente em Portugal; noutras, é a precariedade das opções oferecidas no mercado português que leva as pessoas a procurarem percursos fora do território nacional.

As orientações das políticas públicas para a ciência, traduzidas no subfinanciamento da prática científica, afastaram definitivamente a crença na possibilidade de optar por um percurso que passe pelo país de origem, quer no curto quer no longo prazo, porque se admite que a recuperação das condições anteriores apenas seja possível dentro de uma a duas décadas.

Ainda que se admita estar perante um mercado global, no qual o investimento numa carreira no exterior pode ter reflexos positivos no país — porque o conhecimento e a tecnologia tendem a circular —, impera a percepção generalizada de que Portugal fica sempre a perder, desde logo porque não rentabiliza o investimento efetuado na formação dos quadros que emigram.

Perfil-tipo: migração de longo prazo para um país europeu para trabalhar nos segmentos primário ou secundário do sistema de emprego

Os retratos deste grupo têm como pano de fundo a experiência laboral e a inserção profissional, quer antes quer depois da experiência migratória.

Sobressai neste grupo de retratos uma percepção negativa sobre a evolução da situação socioeconómica do país e uma crítica revoltada aos governos que não sabem aproveitar a sua maior riqueza, a mão-de-obra altamente qualificada e, pelo contrário, incentivam a sua exportação para outros países, revelando-se incapazes de criar estímulos ao retorno. As alternativas e os apoios aos jovens que saem do ensino superior são consideradas ausentes mas necessárias. A criação de condições para a retoma da atividade económica, o tratamento justo dos cidadãos e a criação de condições que apoiem a maternidade são medidas apresentadas por jovens que pertencem a uma geração que se sentiu impelida a sair de um país que não os soube aproveitar.

Há, por isso, nestes retratos, um murmúrio de revolta. Para este grupo, a emigração surge menos como opção do que uma necessidade.

Regressar ou não regressar? Para uns, o regresso é pensado de modo temporário ou distante — de férias ou na reforma; para outros, o regresso está circunscrito ao campo dos desejos e depende das condições necessárias para que a realização profissional possa ser alcançada em Portugal.

Por outro lado, as questões familiares assumem um papel importante. O enraizamento profissional e a integração dos filhos no país de acolhimento tornam cada vez mais distante o regresso. Com o passar dos anos, a ideia de não voltar para um país onde se tem cada vez menos ligações familiares, e de ficar onde estão os filhos e onde estarão os netos, está muito presente nesta nova emigração.

A emigração assume-se, assim, como um fenómeno estrutural e não mais conjuntural. E a decisão de regressar é continuamente adiada. O regresso apenas é pensado a longo prazo, não sendo equacionado, por exemplo, construir casa em Portugal ou enviar remessas.

Mesmo em situações de menor sucesso no país de acolhimento — contrariando as expectativas de ascensão social — esta é uma situação considerada passageira e encarada como algo que poderá rapidamente ser ultrapassado, uma expectativa que se funda na contraposição da situação atual com a situação que teria de ser enfrentada se a emigração não tivesse ocorrido. Mas também se funda na crença na formação académica como fator de sucesso. É por isso relevante constatar o desejo transversal de investir na aprendizagem da língua do país de acolhimento e em fazer cursos de formação, no sentido de aumentar as oportunidades de uma melhor inserção profissional.

No geral, a identidade nacional, o “ser português”, torna-se muitas vezes exaltada. As saudades dos familiares e dos amigos que se deixaram, mas também do país em si — as pessoas, a cultura, a hospitalidade, a comida, o sol, a praia — são elementos que se recordam com nostalgia e que representam, de alguma forma, o que de bom tem o país e que o distingue dos outros.

É também através dos consumos que a identidade nacional é fortemente atualizada: a procura de produtos portugueses de consumo diário; a compra de produtos alimentares (bacalhau, café, etc.), fazem com que as referências visuais e emocionais estejam mais presentes.

Perfil-tipo: mobilidade estudantil europeia que conduz à inserção nos segmentos primário ou secundário do sistema de emprego

Uma das primeiras dimensões a salientar neste perfil-tipo prende-se com a constatação de uma disseminação nas instituições de ensino superior da oferta de incentivos à mobilidade estudantil. Estas oportunidades formativas permitem-lhes uma comparação entre os sistemas científicos do país de destino e o português, mas também o conhecimento de pessoas (professores, colegas, amigos) que se revelariam de crucial importância na decisão de emigrar.

A maior parte dos entrevistados considera que a sua formação de base, em Portugal, os preparou cientificamente para as mais elevadas exigências, mas são unânimes em reconhecer o défice nas concretizações.

Importa igualmente realçar que uma parte destes sujeitos teve experiências profissionais em Portugal durante a sua formação superior, o que, se em parte contribuiu para acentuar disposições favoráveis à conciliação entre esferas de vida (trabalho, estudo, família), desvendou por outro lado as dificuldades de progressão profissional no nosso país.

Ao contrário do que se poderia supor, nem todos usufruem de estatutos profissionais estáveis. Alguns experimentam situações de indefinição contratual e precariedade. Ainda assim, tanto pelos rendimentos auferidos, claramente superiores aos expectáveis para idênticas funções em Portugal, como pela satisfação que revelam nas ocupações exercidas, tal questão não se mostra, por enquanto, limitadora do potencial de otimismo. É certo que pertencem a uma “geração adaptável”, socializada no pressuposto de que já não

há carreiras fixas e previamente asseguradas, ideias tão propagadas pelos mais variados aparelhos ideológicos. Daí que, desde que a valorização intrínseca do trabalho (“gostar do que se faz”) e um certo padrão de consumo e de qualidade de vida estejam assegurados, não se levantem problemas existenciais.

É claro que o tempo jogará os seus dados e produzirá os seus efeitos. Estamos em presença de entrevistados que deixaram Portugal há relativamente pouco tempo. Mas muitos admitem prosseguir trajetórias de inserção profissional noutros países e nenhum encara um regresso rápido a Portugal. Esta é, aliás, uma das pistas interpretativas mais marcantes deste conjunto de retratos. Apesar de desejarem em termos abstratos o regresso a Portugal, nenhum coloca essa opção no futuro próximo e todos condicionam tal decisão a muitos fatores: encontrar um emprego estável em Portugal; regressar apenas para o ambiente cosmopolita de grandes cidades, nunca para pequenas urbes; voltar só depois de os filhos serem crescidos; ou, apenas, se o/a namorado/a também conseguir uma colocação.

Em geral, estes sujeitos olham com ceticismo para Portugal; desconfiam da qualidade das suas elites e em particular dos políticos; desprezam o imediatismo das decisões e a ausência de apostas estratégicas na qualificação, na inovação, no desenvolvimento sustentável, na diversificação produtiva, no investimento em sistemas sólidos de I&D. Por acharem que nada vai mudar a curto e médio prazo, mais facilmente se veem a prosseguir viagem, particularmente nos casos em que a situação profissional é precária, do que a voltarem para o sombrio futuro português.

Perfil-tipo: mobilidade e circulação transitória ou pendular através de redes europeias de ciência, produção, serviços ou cultura

Os retratos deste perfil-tipo revelam vidas em trânsito, quer pela sua constante mobilidade espacial, quer porque expressam projetos de vida em transição. É esta condição dúplice que lhes dá a ambiguidade própria de uma experiência “amarga como muitas, mas, como poucas, libertadora”, nas palavras de Eduardo Lourenço, que conhece bem a vivência de longos anos no estrangeiro.

As experiências de vida que captamos nestes retratos são construídas a partir de um novo tipo de nomadismo que as sociedades contemporâneas facilitaram por força da compressão do espaço-tempo do mundo. São histórias de pessoas que já passaram por várias experiências de emigração, incluindo breves períodos de regresso a Portugal, embora quase nunca se revejam na figura do emigrante. Desde logo, porque encontram no espaço europeu uma casa comum, mas também porque têm a experiência de uma emigração transitória. A transitoriedade não significa porém o desejo de regresso próximo a Portugal nem um nomadismo de exclusão; pelo contrário, assumem a busca constante da inclusão através de novos itinerários, novas formas de ver o trabalho, diferentes ritmos de vida e formas inusuais de superar obstáculos.

Neste universo em que impera a flexibilidade imposta ou procurada, há os que ganham, os que perdem e os que resistem. Entre os que ganham, predominam as narrativas de vida que põem em primeiro plano a vocação e a realização profissional como forma de obter a realização pessoal. Entre os que perdem, o trabalho é apresentado como uma forma instrumental de garantir os meios de subsistência necessários à construção de um projeto de vida. Entre os que resistem, a vida é descentrada do trabalho, surgindo as dimensões expressivas e reflexivas da vida como um valor maior para a realização pessoal.

A dificuldade maior ou menor em criar uma linha condutora para a vida verifica-se em todos os casos. A mudança pendular de emprego e até de funções dificulta muitas vezes a integração evidente em qualquer tipo de carreira. Embora a relação salarial obtida no estrangeiro seja mais atrativa do que em Portugal, a sua continuidade não é sempre um dado seguro.

A flexibilidade espacial põe muitas vezes os emigrantes transitórios e pendulares numa encruzilhada em que não se trata apenas de mudar de emprego, de cidade ou de país, mas de pôr toda a vida em mobilidade. Ir e vir, estar hoje numa cidade portuguesa e amanhã numa cidade estrangeira, obriga a uma constante mediação cultural e não apenas de lugar. O multilocalismo é certamente um enriquecimento para quem o vive, mas cria também dificuldades de identidade com as pessoas e os locais. O conceito de local propriamente dito passa a ser polivalente.

As noções de pertença e identidade deixam de estar vinculadas a um território concreto e a processos locais. A ideia de cultura própria deixa de fazer sentido para quem tem experiências alargadas de aprendizagem e de trabalho translocal. O sentido plural das culturas é facilmente assumido, embora o modo de gerir a pluralidade passe na maior parte dos casos pela multiplicação de localismos.

As condições comparativamente mais compensadoras de Estado social nos países de acolhimento sobrelevam quaisquer considerações nostálgicas de pertença nacional. Neste contexto, o regresso a Portugal é visto como uma impossibilidade ou como uma decisão para a reforma.

Referências bibliográficas

- Almeida, João F., e J.M. Pinto (1996), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença.
- Barbour, Rosaline, e J. Kitzinger (1999), *Developing Focus Group Research. Politics, Theory and practice*, London, Sage Publications.
- Beine, Michel, F. Docquier, e H. Rapoport (2003), "Brain drain and LDC's growth: winners and losers", *Discussion Paper n.º 819*, Bonn.
- Beine, Michel, F. Docquier, e H. Rapoport (2008), "Brain drain and human capital formation in developing countries: winners and losers", *The Economic Journal*, 118(528), pp. 631-652.

- Bourdieu, Pierre (1983), *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Docquier, Frederic, O. Faye, e P. Pestieau (2008), "Is migration a good substitute for education subsidies?", *Journal of Development Economics*, 86 (2), pp. 263-276.
- Gomes, Rui (coord.), et al. (2015), *Fuga de Cérebros. Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*, Lisboa, Bertrand.
- Guerreiro, Maria D., e P. Abrantes (2007), *Transições Incertas. Os jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Haque, Nadeem, e S. Kim (1995), "Human capital flight: impact of migration on income and growth", *Imf Staff paper*, 42 (3), pp. 577-607.
- Heuer, Nina (2011), *The Effect of Occupation-Specific Brain Drain on Human Capital*, Working Papers in Economic and Finance n.º 7, Tubingen, University of Tubingen.
- Johnson, Jean, e M. Regets (1998), "International mobility of scientists and engineers to the USBrain Drain or Brain Circulation?", *NSF Issue Brief*, pp. 98-316.
- Krueger, Richard (1998), *Developing Questions for Focus Groups*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Lahire, Bernard (2002), *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
- Miyagiwa, Kaz (1991), "Scale economies in education and the brain drain problem", *International Economic Review*, 32, pp. 743-759.
- Mountford, Andrew (1997), "Can a Brain Drain be good for growth in the source economy?", *Journal of Development Economics*, 53 (2), pp. 287-303.
- Pizarro, Jorge (2005), *Globalizados, Pero Restringidos. Una Visión Latinoamericana del Mercado Global de Recursos Humanos Calificados*, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano y Caribeno de Demografía.
- Rosenbaum, James, T. Kariya, R. Settersten, e T. Maier (1990), "Market and network theories of the transition from high-school to work: their application to industrial societies", *Annual Review of Sociology*, 16, pp. 263-299.

Capítulo 4

Travessias do Atlântico **Materialidade, movimentos contemporâneos e políticas de pertença**

Marta Vilar Rosales e Vânia Pereira Machado

Resumo O projeto *Travessias do Atlântico: materialidade, movimentos contemporâneos e políticas de pertença*, estudou durante três anos os fluxos migratórios entre quatro grandes cidades: Lisboa, Porto, São Paulo e Rio de Janeiro. Este capítulo tem como objectivo disponibilizar um conjunto de dados descritivos sobre as travessias realizadas por portugueses para as duas cidades brasileiras em estudo. Assume-se como um contributo para a caracterização sociográfica deste grupo específico de emigrantes recentes e procura posicioná-lo face à numerosa e significativa população de origem portuguesa que integrou vagas migratórias anteriores e se fixou naquelas duas grandes metrópoles.

Palavras-chave: Materialidade, movimentos migratórios, políticas de pertença, Brasil, Portugal.

Abstract The project *Crossings of the Atlantic: materiality, contemporary movements and politics of belonging*, studied for three years the migratory flows between four major cities: Lisbon, Porto, São Paulo and Rio de Janeiro. This chapter aims to provide a set of descriptive data on the crossings made by Portuguese to the two Brazilian cities under study. It is assumed as a contribution to the sociographic characterization of this specific group of recent emigrants and seeks to position it in the light of the large and significant population of Portuguese origin that integrated previous migratory waves and settled in those two major metropolises.

Keywords: Materiality, migratory movements, politics of belonging, Brazil, Portugal.

Introdução

O projeto *Travessias do Atlântico: materialidade, movimentos contemporâneos e políticas de pertença*, financiado pela FCT (PTDC/CS-ANT/119803/2010), decorreu entre 2012 e 2015 no CRIA, *Centro em Rede de Investigação em Antropologia* e no ICS, *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Integraram a equipa do projeto as investigadoras Marta Vilar Rosales (PI), Susana Salvaterra Trovão e Emília Margarida Marques e os bolseiros de mestrado e doutoramento Inês David, Vânia Pereira Machado, Ana Rita Machado, Diana Tomás, Daniela Rodrigues e João Coimbra Oliveira.

O projeto teve como objetivo principal estudar os movimentos de pessoas e coisas, e as suas intersecções, entre quatro grandes cidades separadas pelo Atlântico: Lisboa, Porto, Rio de Janeiro e São Paulo. Conceptualmente, o projeto promoveu a observação e a análise integradas de duas áreas de estudo centrais da antropologia contemporânea: as mobilidades internacionais e a cultura material. Assim sendo, e tendo em conta o âmbito da publicação que integra, este texto apresenta apenas uma parte dos resultados empíricos apurados: os que dizem respeito às migrações portuguesas recentes (2009/13 para as duas cidades brasileiras em análise).

Os movimentos migratórios que integram este estudo enquadram-se num contexto social marcado por uma forte crise económica internacional. O contexto nacional mostrou ser particularmente vulnerável a esta conjuntura negativa, cujos efeitos atingiram todas as esferas da vida do país. Em linha com tendência para a desaceleração da emigração que se vinha fazendo sentir em Portugal nos últimos anos, o país assistiu a um aumento significativo (em dimensão e intensidade) do número de saídas de pessoas (nacionais e estrangeiras) em idade ativa, pertencentes a grupos profissionais e com qualificações muito diversas. Neste texto, apresenta-se uma caracterização daquelas que, contrariando a tendência geral migratória para destinos europeus, escolheram São Paulo e o Rio de Janeiro como destinos.

A população portuguesa no Brasil

Apresenta-se em seguida um retrato breve sobre a população portuguesa a residir no Brasil. Este retrato assenta exclusivamente em dados produzidos e recolhidos junto de instituições brasileiras várias, entre as quais se destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

O IBGE realiza, a cada dez anos, um censo demográfico. O censo utiliza dois instrumentos de recolha de informação: um inquérito por questionário extenso, que é aplicado a uma amostra de domicílios (e cada um de seus moradores) e um segundo inquérito por questionário, de menor dimensão, que é aplicado a todos os domicílios (e cada um de seus moradores) que não foram

selecionados para integrar a amostra do primeiro. Esse modelo permite atingir todo o universo populacional e recolher dados sobre um conjunto de variáveis que é comum aos dois questionários. Adicionalmente, os dados recolhidos através do primeiro questionário junto da amostra selecionada permitem realizar uma série de estimativas para o conjunto da população.

Neste capítulo foram consideradas ambas as fontes, isto é, os *resultados do universo* e os *resultados da amostra* (ponderados pelo peso da amostra). Os questionários encontram-se divididos em quatro blocos temáticos, divisão que se mantém ao nível das bases de dados: *Domicílios*, *Emigração*, *Mortalidade* e *Pessoas*. Para o presente capítulo foi considerado o bloco *Pessoas*, do qual constam as informações mais relevantes para o projeto *Travessias do Atlântico*. Para uma leitura mais fácil, procedeu-se à agregação dos dados dos dois questionários a partir do seguinte filtro — *residentes nascidos em Portugal*.

Evolução e distribuição da população natural de Portugal no território brasileiro

O retrato da população natural de Portugal a residir no Brasil inicia-se com a análise da sua evolução e distribuição recentes no território brasileiro (1991-2010). Discute-se em seguida o peso da população natural de Portugal face ao universo da população estrangeira a residir no Brasil e as suas estratégias de implementação no território.

O quadro 4.1 permite acompanhar a evolução populacional no Brasil com base nos últimos três censos demográficos. Verifica-se que em 2010 o número da população residente nascida em Portugal diminuiu para quase metade do valor que apresentava em 1991. Quanto à proporção de naturalizados brasileiros face total de nascidos em Portugal, verifica-se um aumento ao longo do tempo. Em 1991, a proporção era de 14,7% e em 2010 de 19,2%. Por oposição, a proporção de cidadãos estrangeiros entre os naturais de Portugal diminuiu, assim como o peso relativo dos nascidos em Portugal no conjunto dos residentes no Brasil que nasceram no estrangeiro.

Os dados do quadro 4.2 revelam que o número de imigrantes internacionais aumentou 87% entre 2000 e 2010. Desses imigrantes internacionais, cerca de 61%, em 2000, e de 65%, em 2010 correspondem a situações de retorno (pessoas com mais de cinco anos a residir no estrangeiro nos 5 anos anteriores à data do censo com naturalidade brasileira). De notar que o número de retornados duplicou entre 2000 e 2010.

O quadro 4.3 permite verificar que em 2000 Portugal não aparece nos cinco países de procedência mais representados. Já em 2010, Portugal aparece em 4.^o lugar, constituindo o país de procedência de 8% dos migrantes internacionais.

O quadro 4.4 regista a percentagem de retornados para cada um dos cinco países de origem mais representativos. Para os indivíduos com idade igual ou superior a cinco anos que residiam em Portugal em 2005, e que à data do censo

Quadro 4.1 População residente no Brasil, 1991-2010

População residente no Brasil	1991	2000	2010
População total	146.815.803	169.872.856	190.755.799
Nascidos no estrangeiro (total)	767.781	683.830	592.570
Naturalizados brasileiros	161.152	173.763	161.250
Total de estrangeiros	606.629	510.067	431.320
Nascidos em Portugal	263.611	213.203	137.973
Naturalizados brasileiros	38.762	37.409	26.530
Estrangeiros	224.849	175.794	111.443
% no total de nascidos no estrangeiro	34,0	31,0	2,3

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.2 Imigrantes internacionais residentes no Brasil, 2000-2010

Imigrantes internacionais residentes no Brasil	2000	2010
População total	169.872.856	190.755.799
Imigrantes Internacionais ⁽¹⁾	143.644	268.486
Imigrantes internacionais nascidos no Brasil (retornados)	87.886	174.597
% do total de imigrantes internacionais	61,0	65,0

⁽¹⁾ Por imigrantes internacionais entendem-se os indivíduos que residiam no Brasil na data do censo, mas que residiam num país estrangeiro cinco antes da data do censo.

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.3 Imigrantes internacionais residentes no Brasil, por país de procedência 2000-2010

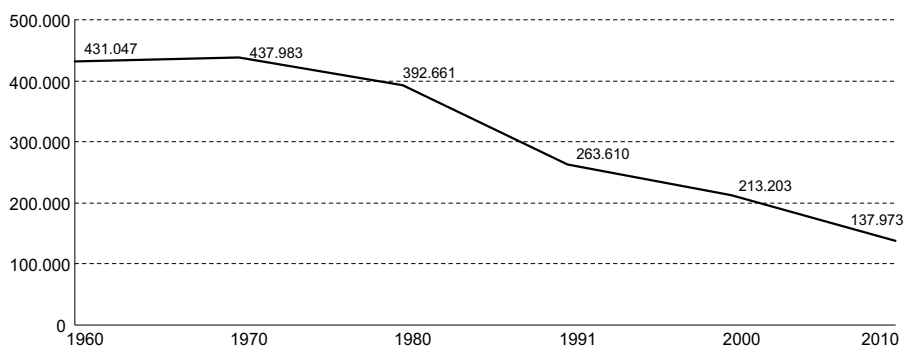
	2000		2010		
		%		%	
Total imigrantes	143.644		Total imigrantes	268.486	
Paraguai	35.446	24,7	EUA	51.933	19,3
Japão	19.692	13,7	Japão	41.417	15,4
EUA	16.695	11,6	Paraguai	24.666	9,2
Argentina	7.797	5,4	Portugal	21.673	8,0
Bolívia	6.021	4,2	Bolívia	15.753	5,9

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.4 Imigrantes internacionais retornados, residentes no Brasil, por país de procedência 2000-2010

País	Total Imigrantes (2010)	Imigrantes retornados(%)
EUA	51.933	84,0
Japão	41.417	89,0
Paraguai	24.666	56,0
Portugal	21.673	77,0
Bolívia	15.753	25,0

Fonte: IBGE, Censos 2010.

**Figura 4.1** População residente no Brasil, nascida em Portugal 1960-2010

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.5 População residente no Brasil e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, segundo a década de chegada

Década de chegada	Rio de Janeiro		São Paulo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Década 10	125	0,2	168	0,3	387	0,3
Década 20	993	2,0	1.188	1,8	2.595	1,9
Década 30	2.628	5,2	2.986	4,6	6.236	4,5
Década 40	6.394	12,6	7.561	11,8	15.294	11,1
Década 50	27.998	55,1	31.766	49,4	66.026	47,9
Década 60	7.739	15,2	11.392	17,7	22.157	16,1
Década 70	3.028	6,0	5.079	7,9	11.515	8,3
Década 80	527	1,0	1.137	1,8	2.427	1,8
Década 90	460	0,9	905	1,4	2.244	1,6
Década 00	931	1,8	2.057	3,2	9.091	6,6
Total	50.823	100,0	64.241	100,0	137.972	100,0

Fonte: IBGE, Censos 2010.

residiam no Brasil, 77% são naturais brasileiros, ou seja, integram um quadro migratório de retorno. Os restantes 23% correspondem, ou a migrações de portugueses ou de filhos de cidadãos brasileiros com naturalidade/nacionalidade portuguesa. Como esta série não contempla elementos como a naturalidade, nacionalidade exata, dupla nacionalidade, nacionalidade/naturalidade dos pais, não é possível averiguar o peso de cada uma destas variáveis ou categorias.

Em seguida, explorar-se-ão as características da população portuguesa residente no Brasil, considerando, em muitos casos, a sua distribuição pelas unidades da Federação. Para tal, o critério de seleção aplicado para fazer o recorte foi a variável *país estrangeiro onde nasceu: Portugal*.

A figura 4.1 reflete a evolução nos nascidos em Portugal recenseados no Brasil à data dos censos. Assiste-se a uma queda contínua dos números desde a década de setenta até ao último censo, em 2010.

Os períodos de chegada aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam um padrão semelhante ao das chegadas ao conjunto dos restantes estados brasileiros. A percentagem total de portugueses que chegaram ao Brasil nos últimos anos não ultrapassa os 7% do total deste universo. Para os estados do Rio e de São Paulo o valor é ainda menor, 2% e 3% respetivamente, o que poderá indicar uma maior dispersão da população chegada mais recentemente. Na década de 50 do século passado, chegou ao Brasil cerca de 50% da população residente atual. No caso do Rio de Janeiro, este valor atinge os 55%. No decorrer das décadas de 50 e 60, chegam ao Rio e a São Paulo, respetivamente 70 e 67% da totalidade dos residentes nascidos em Portugal.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os principais lugares de residência de naturais de Portugal, somando um total de 83,4%. Seguem-se os estados do Paraná, com 3,4%, e Minas Gerais, com 2,7%. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os únicos onde a proporção de mulheres é ligeiramente superior à dos homens, 93,1 e 98,4 respetivamente. Nos restantes estados, a proporção de homens é superior à de mulheres. Os estados de Roraima, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte são os que apresentam um rácio maior, com 462; 445,6; 423,7 e 411,9 homens para cada 100 mulheres, respetivamente.

A proporção de nascidos em Portugal que se naturalizaram brasileiros é semelhante em ambos os estados: entre 16 e 17% respetivamente, face aos 19,2% do conjunto do Brasil. Por naturalizado entende-se: *pessoa que nasceu em país estrangeiro e obteve a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira*.

A população residente há menos de 10 anos nascida em Portugal corresponde a 6,6% do total de portugueses residentes no Brasil à data do censo. Para o estado do Rio de Janeiro, esse valor corresponde a 1,8% e para São Paulo 3,2%. Este contingente reside em vários estados embora os valores mais significativos se encontrem em São Paulo (22,6%), Minas Gerais (11,8%) e no Rio de Janeiro (10,2%). Estes valores corroboram uma maior dispersão territorial dos portugueses chegados mais recentemente que a análise dos habitantes por período de

Quadro 4.6 População residente nascida em Portugal, segundo o sexo por estado de residência

Estado de residência	Sexo		Total		Relação de masculinidade (N homens para cada 100 mulheres)
	Masculino	Feminino	N	%	
São Paulo	30.967	33.273	64.241	46,6	93,1
Rio de Janeiro	25.201	25.622	50.823	36,8	98,4
Paraná	2.705	1.921	4.626	3,4	140,8
Minas Gerais	2.224	1.548	3.772	2,7	143,6
Bahia	1.120	875	1.994	1,4	128,0
Pernambuco	863	645	1.508	1,1	133,8
Rio Grande do Sul	806	576	1.382	1,0	139,9
Goiás	870	415	1.285	0,9	209,5
Santa Catarina	704	542	1.246	0,9	129,9
Espírito Santo	646	389	1.035	0,7	165,9
Pará	554	353	907	0,7	157,1
Distrito Federal	476	430	906	0,7	110,7
Ceará	470	362	832	0,6	130,1
Mato Grosso do Sul	422	350	772	0,6	120,6
Amazonas	333	148	481	0,3	225,5
Paraíba	323	131	453	0,3	246,6
Rio Grande do Norte	288	70	358	0,3	411,9
Maranhão	201	106	307	0,2	190,0
Mato Grosso	203	101	304	0,2	200,6
Rondônia	149	74	223	0,2	199,8
Tocantins	103	31	134	0,1	334,6
Sergipe	97	23	120	0,1	423,7
Alagoas	56	20	76	0,1	286,8
Piauí	60	13	74	0,1	445,6
Amapá	33	25	57	0,0	131,4
Roraima	39	9	48	0,0	462,0
Acre	6	3	9	0,0	190,3
Total	69.918	68.054	137.972	100,0	102,7

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.7 População residente, nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, segundo a nacionalidade

Estados	Naturalizado brasileiro		Estrangeiro		Total	
	N	%	N	%	N	%
São Paulo	10.827	40,8	53.414	47,9	64.241	46,6
Rio de Janeiro	8.427	31,8	42.396	38,0	50.823	36,8
Total Brasil	26.530	100,0	111.443	100,0	137.972	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.8 População residente há menos de 10 anos nas várias unidades federais, nascida em Portugal segundo a nacionalidade

Unidades federais	Naturalizado brasileiro		Estrangeiro		Total	
	N	%	N	%	N	%
São Paulo	381	15,5	1.677	25,3	2.057	22,6
Minas Gerais	375	15,3	694	10,5	1.069	11,8
Rio de Janeiro	299	12,2	633	9,5	931	10,2
Paraná	282	11,5	441	6,6	723	8,0
Goiás	174	7,1	480	7,2	654	7,2
Bahia	65	2,7	518	7,8	583	6,4
Espírito Santo	159	6,5	321	4,8	480	5,3
Santa Catarina	186	7,6	239	3,6	425	4,7
Ceará	80	3,3	255	3,8	335	3,7
Paraíba	42	1,7	233	3,5	275	3,0
Distrito Federal	0	0,0	216	3,3	216	2,4
Pernambuco	44	1,8	168	2,5	212	2,3
Mato Grosso do Sul	79	3,2	125	1,9	204	2,2
Amazonas	32	1,3	146	2,2	178	2,0
Rio Grande do Sul	12	0,5	133	2,0	145	1,6
Rondônia	91	3,7	48	0,7	139	1,5
Maranhão	31	1,3	70	1,1	102	1,1
Rio Grande do Norte	62	2,5	33	0,5	95	1,0
Tocantins	16	0,6	63	0,9	79	0,9
Mato Grosso	7	0,3	61	0,9	68	0,7
Piauí	7	0,3	44	0,7	51	0,6
Pará	22	0,9	18	0,3	40	0,4
Roraima	0	0,0	19	0,3	19	0,2
Alagoas	5	0,2	5	0,1	10	0,1
Total	2.452	100,0	6.639	100,0	9.091	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.9 Local morada anterior, população residente nascida em Portugal

Morada anterior	N	%	%
Noutro unidades federais/Município	9.703	7,0	50,3
Num país estrangeiro	9.580	6,9	49,7
Total	19.283	14,0	100,0
No mesmo município	118.689	86,0	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.10 País de residência anterior, população residente, nascida em Portugal

País de residência anterior	N	%
Portugal	8.393	87,6
Itália	212	2,2
Reino Unido	200	2,1
Estados Unidos	146	1,5
França	145	1,5
Panamá	82	0,9
Espanha	67	0,7
Cabo Verde	64	0,7
Tadjiquistão	41	0,4
Holanda	40	0,4
Não sabe país estrangeiro	39	0,4
Argentina	34	0,4
Canadá	28	0,3
Venezuela	18	0,2
Bélgica	15	0,2
Alemanha	14	0,1
Ignorado	14	0,1
Suíça	10	0,1
Tunísia	8	0,1
África do Sul	4	0,0
Angola	3	0,0
Japão	3	0,0
Total	9.580	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

chegada parecia indicar. No total de portugueses chegados há menos de 10 anos ao Brasil, 27% são naturalizados brasileiros, o que corresponde ao valor mais elevado no quadro do universo em estudo. No que respeita aos três estados mais escolhidos nos últimos 10 anos, a proporção de naturalizados é de 18,5% para São Paulo, de 35,1% para Minas Gerais e de 32,1% para o Rio de Janeiro. Do ponto de vista estatístico, e uma vez que não estão disponíveis variáveis que permitam uma análise mais fina, torna-se difícil discutir estes dados. Existem, no entanto, algumas pistas que poderão ser exploradas com vista à sua explicação, designadamente o facto de alguns dos estados que têm recebido mais naturais de Portugal nos últimos 10 anos serem coincidentes com os estados de maior proveniência de migrantes brasileiros que se fixaram em Portugal — Goiás, Paraná e, sobretudo, Minas Gerais. Desse modo, o aumento de naturalizados brasileiros entre os naturais de Portugal pode indiciar um movimento migratório de retorno de cidadãos brasileiros acompanhados, quer por cônjuges portugueses, quer por descendentes com naturalidade Portuguesa conhecidos no Brasil por *portuguesinhos*.

A grande maioria (86%) dos residentes no Brasil que declaram terem nascido em Portugal viveram durante os últimos dez anos no mesmo município. A minoria (14%) que declarou ter vivido noutra município nos últimos 10 anos

Quadro 4.11 Residência em julho de 2005, população residente nascida em Portugal

Residência em junho 2005	N	%	%
Noutro local			
Noutro UF/Município	7.528	5,5	58,9
Num país estrangeiro	5.260	3,8	41,1
Total	12.788	9,3	100,0
No mesmo município	125.184	90,7	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.12 País de residência em 31 de Julho de 2005, população residente nascida em Portugal

País de residência	N	%
Portugal	4.464	84,9
Reino Unido	143	2,7
Estados Unidos	115	2,2
França	84	1,6
Espanha	76	1,4
Alemanha	74	1,4
Cabo Verde	64	1,2
Holanda	55	1,0
Venezuela	37	0,7
Itália	25	0,5
México	24	0,5
Ignorado	20	0,4
Suíça	20	0,4
Austrália	14	0,3
Argentina	11	0,2
Canadá	10	0,2
Luxemburgo	9	0,2
Marrocos	8	0,1
Não Sabe País Estrangeiro	3	0,1
Japão	3	0,1
Total	5.260	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

comporta, quer indivíduos que residiram noutra localidade situada no Brasil (7%) quer indivíduos que declararam ter residido numa localidade situada num país estrangeiro (7%).

A população nascida em Portugal que declarou ter vivido fora do Brasil nos últimos 10 anos (6,9%) residiu sobretudo no mesmo território, ou seja, em Portugal (88%). Além disso, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e França foram os principais países de proveniência dos portugueses residentes no Brasil que declararam ter vivido num país estrangeiro nos últimos 10 anos.

Relativamente ao seu local de residência, à data de julho de 2005, apenas 9,3% dos inquiridos declararam não viver no município em que atualmente vivem. Destes, 59% viviam num outro município e 41% num outro país o qual, em 85% dos casos, corresponde a Portugal.

A maioria da população nascida em Portugal e que residia fora do Brasil em 2005 (3,8% do total) encontrava-se, nessa altura, a viver naquele país, o que sugere a existência sobretudo de fluxos migratórios diretos entre os dois países.

Distribuição por grupos etários e sexo

A pirâmide etária permite ver que a população portuguesa residente no Brasil se encontra bastante envelhecida. No total, cerca de 91% das pessoas têm mais de 45 anos e 60% têm mais de 65 anos. Na população mais idosa existe uma feminização acentuada. Quanto aos escalões mais jovens, sublinha-se que apenas 3,1% da população tem até 19 anos. No entanto, quando se analisa a pirâmide a partir dos critérios *naturalizados brasileiros* e *estrangeiros* verificam-se algumas diferenças face ao cenário anterior. Os *estrangeiros* têm uma população mais envelhecida, principalmente acima dos 65 anos, e menos crianças e jovens — 2,1%. Já os *naturalizados brasileiros* apresentam um número inferior de pessoas acima dos 65 anos — 51,1% contra 62%, e uma percentagem mais elevada de crianças e jovens — 7,5%.

No total da população em análise, 41% dos indivíduos têm até 19 anos e apenas 7,2% têm mais de 65 anos. Tal como na figura anterior, ao analisar a pirâmide a partir dos critérios *naturalizados brasileiros* e *estrangeiros*, observam-se algumas diferenças. Os *estrangeiros* acima dos 65 anos correspondem a 8,8%. E as crianças e jovens até aos 19 anos, a 30,7%. Já os *naturalizados* apresentam uma percentagem de crianças e jovens de 69% e apenas 3% de indivíduos com idade superior a 65 anos. Estes dados parecem ilustrar um quadro de retorno composto por pessoas sobretudo em idade ativa e de jovens famílias. Em ambas as categorias verifica-se uma feminização da população na infância/adolescência, que se inverte progressivamente na fase adulta, a partir dos 35 e até aos 70 anos. A partir dos 70 anos, verifica-se novamente uma feminização desse segmento da população. Esta tendência reflete, também, a realidade demográfica geral apresentada pelos os estados de SP e RJ.

O elevado número de homens face ao número de mulheres em fase adulta poderá estar relacionado com fenómenos de migração laboral masculinizada. Porém, se tivermos em consideração a análise do Instituto Nacional de Estatística (INE) Português no seu módulo especial relativo às migrações, a proporção de mulheres brasileiras em regime de casamento misto com homens portugueses é substancialmente superior à proporção de brasileiros com cônjuges portuguesas. Este cenário poderá traduzir essa realidade, dado o elevado número de situações de retorno presentes no universo em estudo.

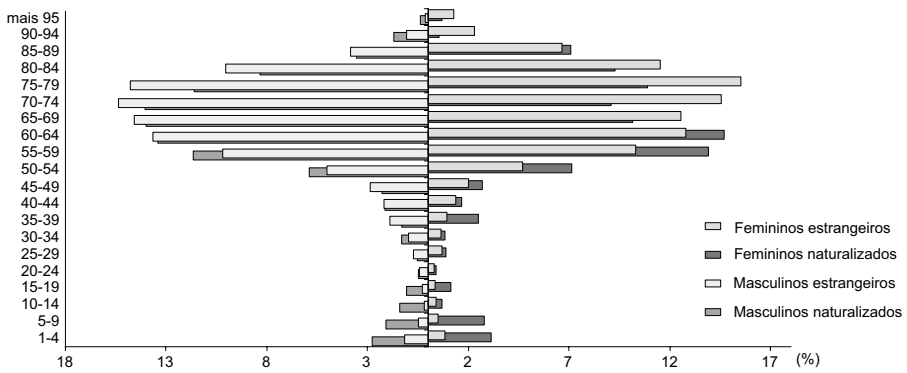


Figura 4.2 População residente nascida em Portugal, segundo sexo e nacionalidade, por grupos de idade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

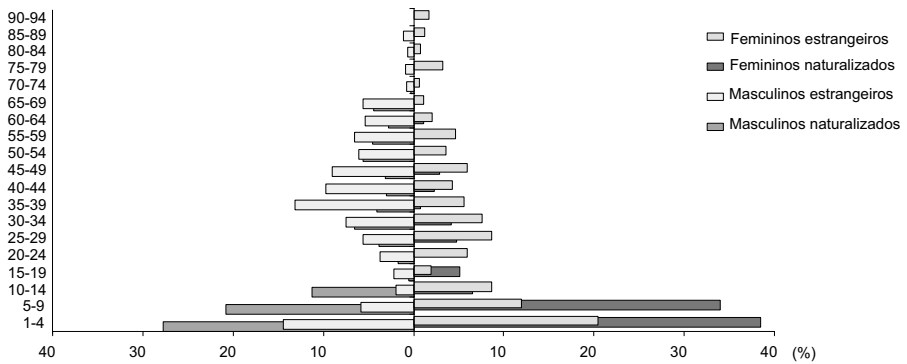


Figura 4.3 População residente há menos de 10 anos nascida em Portugal, segundo a nacionalidade, por grupos de idade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A análise das distribuições etárias por estados permite encontrar diferenças interessantes. A percentagem de crianças com idades até aos 9 anos, no total dos recém-chegados é, como vimos, de 33%. Nos estados do RJ e de SP os valores são, no entanto, mais baixos — 23% e 25%, respetivamente. Este quadro contrasta com os dados dos estados de Minas Gerais (57%), Goiás (48%) e Paraná (43%) onde as percentagens se encontram acima do valor geral para o grupo etário em questão. No que respeita ao grupo etário entre os 20 e 40 anos, a proporção geral de referência é de 25%.

Uma vez mais, e tendo em conta que os dados se referem ao período compreendido entre 2000 e 2010, é provável que muitos dos casos de nascidos em Portugal naturalizados brasileiros sejam filhos de brasileiros que entretanto retornaram — os *portuguesinhos*. Essa hipótese justificaria o elevado número de crianças e jovens que chegaram ao Brasil, bem como a dispersão pelos estados de residência demonstrada no quadro 4.9, para além das sobrerepresentações observadas em estados que se destacam enquanto origens da imigração brasileira para Portugal, como Minas Gerais ou Goiás. Para testar devidamente esta hipótese, precisaríamos de dados de naturalidade/nacionalidade dos progenitores, o que não é possível extrair da série de dados analisada.

Distribuição por estado civil e composição familiar

Dado que 91% da população que compõe o universo em estudo têm mais de 45 anos, o estado civil é uma variável que não suscita muitas questões: 59% da população maior de 10 anos é casada, 25% viúva e 8% solteira. Contudo, quando se analisam os dados referentes aos portugueses residentes há menos de dez anos no país, o peso dos solteiros é relativamente superior (31%) e o dos viúvos diminui significativamente (4%). Estes valores ilustram as diferenças existentes entre os contingentes que compõem o grupo migratório no que respeita à sua composição etária. Ainda de notar que, entre os recém-chegados, a percentagem de casados é ligeiramente mais baixa no Rio de Janeiro (45%) do que em São Paulo (61%). Estes valores corroboram uma maior atratividade da cidade do Rio de Janeiro para os mais jovens.

A análise dos dados relativos às unidades domésticas mostram que 85,9% dos inquiridos declaram viver com duas ou mais pessoas com as quais têm relações de parentesco e apenas 12,9% declaram viver numa unidade doméstica unipessoal. A unidade doméstica familiar nuclear é a principal configuração familiar (61,5%), seguida família estendida (22,3%). No caso dos *residentes há menos de 10 anos*, verifica-se uma diminuição da percentagem de unidades unipessoais, as quais correspondem apenas a 2,2% dos casos. A grande maioria dos indivíduos que integra a categoria (94,4%) vive com duas ou mais pessoas com quem possui relações de parentesco, e 1,8% com duas ou mais pessoas com quem não detém relações de parentesco. A unidade doméstica familiar nuclear é também neste grupo o principal modelo de configuração familiar (58,5%). Neste contingente, tanto a família estendida (31,2%) quanto composta (6,6%) apresentam valores superiores entre os naturais portugueses residentes no Brasil.

Em relação à composição familiar da população em análise, 37,2% das unidades é composta por um casal sem filhos coabitantes e 30,4% por um casal com filhos. A estas duas, que representam a maioria das respostas, seguem-se outras configurações: 8% declarou *outra composição*, 6,3% das famílias são compostas por casais com filhos e parentes e 5,7% por casais sem filhos com parentes. As unidades compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos correspondem a

Quadro 4.13 População residente, nascida em Portugal, por estado civil e unidade federal (Rio de Janeiro e São Paulo)

Estado civil	Rio de Janeiro				São Paulo				Total			
	Todos		>2000		Todos		>2000		Todos		>2000	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casado(a)	28.736	57,6	323	45,3	38.098	61,3	749	48,6	76.519	59,4	3.453	56,9
Separado(a)	635	1,3	0	0	1376	2,2	12	0,8	2.448	1,9	98	1,6
Divorciado(a)	2.718	5,4	67	9,4	2.947	4,7	102	6,6	7.187	5,6	381	6,3
Viúvo(a)	13.356	26,8	11	1,6	15.377	24,7	97	6,3	32.228	25	235	3,9
Solteiro(a)	4.446	8,9	312	43,7	4.386	7,1	581	37,7	10.499	8,1	1.901	31,3
Total	49.892	100	714	100	62.183	100	1.541	100	128.882	100	6.069	100

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.14 Tipo de unidade doméstica, população residente nascida em Portugal

Composição familiar				Unidade doméstica			
Tipo	N	%	% válida	Tipo	N	%	% válida
Unipessoal	17.865	12,9	13,0	Unipessoal	17.596	12,8	12,8
Duas pessoas ou mais sem parentesco	800	0,6	0,6	Nuclear	84.916	61,5	61,9
Duas pessoas ou mais com parentesco	118.554	85,9	86,4	Estendida	30.828	22,3	22,5
				composta	3.883	2,8	2,8
Total válido	137.219	99,5	100,0	Total	137.223	99,5	100,0
Valores em falta ^(*)	753	0,5		Missing	749	0,5	
Total	137.972	100,0			137.972	100,0	

(*) Pessoas residentes em domicílios coletivos e/ou em unidades domésticas localizadas em terras indígenas.

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.15 Tipo de unidade doméstica, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal

Composição familiar				Unidade doméstica			
Tipo	N	%	%válida	Tipo	N	%	% válida
Unipessoal	198	2,2	2,2	Unipessoal	188	2,1	2,1
Duas pessoas ou mais sem parentesco	161	1,8	1,8	Nuclear	5.315	58,5	59,4
Duas pessoas ou mais com parentesco	8.583	94,4	96,0	Estendida	2.838	31,2	31,7
				composta	602	6,6	6,7
Total válido	8.943	98,4	100,0	Total	8.943	98,4	100,0
Valores em falta ^(*)	147	1,6		Missing	147	1,6	
Total	9.091	100,0			9.091	100,0	

(*) Pessoas residentes em domicílios coletivos e/ou em unidades domésticas localizadas em terras indígenas.

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.16 Composição familiar, população residente nascida em Portugal

Composição familiar	N	%	% válida
Casal sem filhos	42.591	30,9	37,0
Casal sem filhos e com parentes	6.528	4,7	5,7
Casal com filhos	34.993	25,4	30,4
Casal com filhos e com parentes	7.305	5,3	6,3
Mulher sem cônjuge com filhos	7.502	5,4	6,5
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	4.213	3,1	3,7
Homem sem cônjuge com filhos	2.068	1,5	1,8
Homem sem cônjuge com filhos e com parentes	846	0,6	0,7
Outro	9.194	6,7	8,0
Total válido	115.238	83,5	100,0
Valores em falta ^(*)	22.734	16,5	
Total	137.972	100,0	

(*) Pessoas residentes em domicílios coletivos e/ou em unidades domésticas residentes em terras indígenas e domicílios coletivos, onde não se fez a identificação de famílias, além das pessoas não pertencentes a famílias únicas ou conviventes principais.

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.17 Composição familiar, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal

Composição familiar	N	%	% válida
Casal sem filhos	1.463	16,1	19,3
Casal sem filhos e com parentes	320	3,5	4,2
Casal com filhos	3.861	42,5	50,9
Casal com filhos e com parentes	548	6,0	7,2
Mulher sem cônjuge com filhos	363	4,0	4,8
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	460	5,1	6,1
Homem sem cônjuge com filhos	133	1,5	1,8
Homem sem cônjuge com filhos e com parentes	21	0,2	0,3
Outro	423	4,7	5,6
Total válido	7.592	83,5	100,0
Valores em falta	1.498	16,5	
Total	9.091	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

6,5%. A percentagem de mulheres sem cônjuge com filhos e familiares correspondem a 3,7% dos casos. Os homens apresentam um quadro semelhante com 1,8% e 0,7%, respetivamente para as categorias em questão. No caso dos *residentes há menos de 10 anos*, o número de famílias compostas por casais sem filhos coabitantes é menor (19,3%). Por oposição, e ainda relativamente a este grupo, o número de unidades compostas por casais com filhos é maior, cerca de 51%. Esta especificidade poderá estar relacionada com o facto dos recém-chegados serem mais novos, e por isso a probabilidade de terem filhos jovens ser maior.

Quadro 4.18 Número de pessoas que compõe a família, população residente nascida em Portugal

Pessoas que compõe a família	N	%	% válida
1	17.596	12,8	12,8
2	57.164	41,4	41,7
3	35.396	25,7	25,8
4	18.213	13,2	13,3
5	6.706	4,9	4,9
6	1.698	1,2	1,2
7	445	0,3	0,3
Total válido	137.219	99,5	100,0
Valores em falta	753	0,5	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.19 Número de pessoas que compõe a família, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal

Pessoas que compõe a família	N	%	% válida
1	188	2,1	2,1
2	2.448	26,9	27,4
3	3.018	33,2	33,7
4	1.896	20,9	21,2
5	911	10,0	10,2
6	357	3,9	4,0
7	125	1,4	1,4
Total válido	8.943	98,4	100,0
Valores em falta	147	1,6	
Total	9.091	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quando inquiridos sobre o número de pessoas que compõem a sua família, 42% dos indivíduos responderam duas, 26% responderam três, 13% quatro e 13% uma. Apenas 6,5% dos respondentes declaram pertencer a famílias com 5 ou mais elementos. Nos recém-chegados, apenas 2% dos casos são compostos por apenas 1 pessoa. Entre os recém casados, 34% declaram pertencer a um agregado familiar com 3 elementos, 37% a agregados compostos por 2 elementos e 21% por 4 elementos. Uma vez mais, estes dados corroboram o facto dos recém-chegados serem mais novos, e por isso a probabilidade de terem filhos em coabitação ser maior.

Número de filhos

No que respeita ao número de filhos, 36% das mulheres residentes com mais de 10 anos nascidas em Portugal declaram ter tido 2 filhos. Os residentes que

Quadro 4.20 Total de filhos nascidos vivos, mulheres residentes há mais de 10 anos nascidas em Portugal

Filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010	N	%	% válida
0	8.939	6,5	13,4
1	11.370	8,2	17,1
2	24.090	17,5	36,1
3	13.885	10,1	20,8
4	4.505	3,3	6,8
5	1.924	1,4	2,9
6	639	0,5	1,0
7	653	0,5	1,0
8	251	0,2	0,4
9	200	0,1	0,3
10	75	0,1	0,1
11	43	0,0	0,1
12	37	0,0	0,1
13	24	0,0	0,0
22	23	0,0	0,0
23	21	0,0	0,0
Total válido	66.678	48,3	100,0
Valores em falta	71.294	51,7	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.21 Total de filhos nascidos vivos, mulheres residentes há menos de 10 anos nascidas em Portugal

Filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010	N	%	% válida
0	861	9,5	48,7
1	327	3,6	18,5
2	335	3,7	19,0
3	120	1,3	6,8
4	83	0,9	4,7
5	35	0,4	2,0
6	4	0,0	0,2
7	2	0,0	0,1
Total válido	1.767	19,4	100,0
Valores em falta	7.324	80,6	
Total	9.091	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

tiveram 3 filhos correspondem a 20,8% da população, os que tiveram apenas um filho correspondem a 17,1 e 13,4% dos inquiridos declaram não ter tido nenhum filho. Este quadro altera-se quando se observa a população recém chegada (residentes há menos de 10 anos): 48,74% destes residentes não tem filhos, 19% tem 2 filhos e 18,5% declara ter um filho. Esta variável ilustra, mais uma vez, as

diferenças existentes em termos sociodemográficos entre os dois contingentes. O menor número de filhos do contingente mais recente encontra-se em linha com a tendência geral para a baixa da natalidade que se vem fazendo sentir em Portugal nas últimas décadas e que se acentuou no quadro da crise económica.

Níveis de escolaridade

Em relação aos níveis de escolaridade, e comparando a população residente nascida em Portugal com o total da população residente nascida no exterior, é de referir uma diferença considerável nos níveis *Sem instrução e fundamental incompleto* e *Superior completo*: 38% e 24%, respectivamente, para o total de estrangeiros, face aos valores de 50% e 14%, respectivamente, apresentados pelos nascidos em Portugal. Estes valores refletem o peso das intensas vagas migratórias que ocorreram nas décadas de 50 e 60 que, à semelhança da generalidade da população portuguesa, integraram indivíduos com níveis de escolaridade muito baixos, especialmente quando comparados com migrantes oriundos de outros países.

Olhando para as diferenças entre os nascidos em Portugal que se naturalizaram brasileiros e os que optaram por não se naturalizar, os primeiros apresentam uma percentagem superior (25%) de pessoas com o *superior completo*, por contraponto aos que optam por não se naturalizar (12%). Em linha com o referido anteriormente, e no que se refere a pessoas *Sem instrução e fundamental incompleto*, o número de casos entre os não naturalizados nesta categoria (52%) é considerável. Importa referir ainda que, embora mais baixa, a percentagem de pessoas naturalizadas nesta categoria é igualmente revelante (40%). Apesar da população nascida em Portugal apresentar, na generalidade, níveis de escolaridade muito baixos, estes valores demonstram que aqueles que se naturalizaram brasileiros conseguiram aceder a níveis de escolaridade superiores.

Quando se cruzam os níveis de escolaridade com o sexo verifica-se que, entre os maiores de 23, há um valor mais elevado de mulheres do que de homens *sem instrução e com o fundamental incompleto* (54,2%). Os homens apresentam valores mais elevados nos restantes níveis de escolaridade. Esta tendência verifica-se também nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Ao fazer o mesmo cruzamento com o recorte da população residente no Brasil há menos de 10 anos o cenário encontrado difere do anterior. A população apresenta níveis de qualificação mais elevados (37,7% *tem formação média ou superior incompleta* e 38,3 *superior completa*) e as diferenças entre sexos esbatem-se, verificando-se mesmo uma percentagem superior de mulheres com o ensino superior. Este cenário traduz o aumento dos níveis de escolaridade verificados em Portugal nos últimos 30 anos e da feminização do ensino superior no país.

A análise do mesmo cruzamento de variáveis nos estados de referência do projeto permite inferir que no Rio de Janeiro a população em causa tem qualificações mais elevadas do que a média nacional, sendo a fracção *sem instrução/*

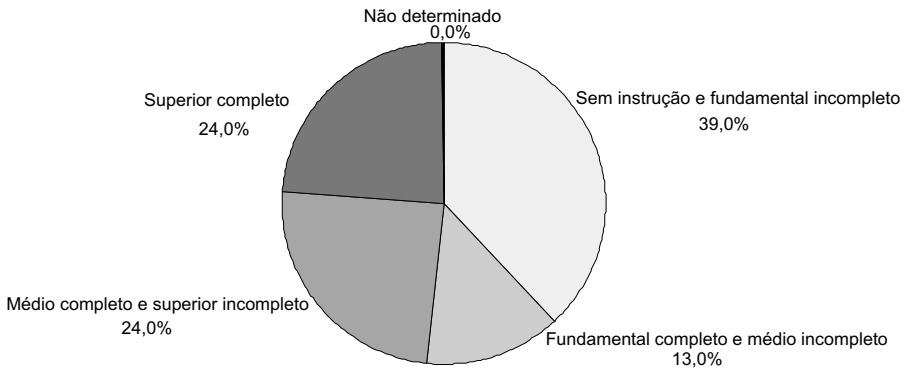


Figura 4.4 População residente nascida no exterior, por nível de escolaridade

Nota: no Brasil os níveis de escolaridade Fundamental e Médio correspondem, respetivamente, ao níveis Básico e Secundário em Portugal

Fonte: IBGE, Censo 2010.

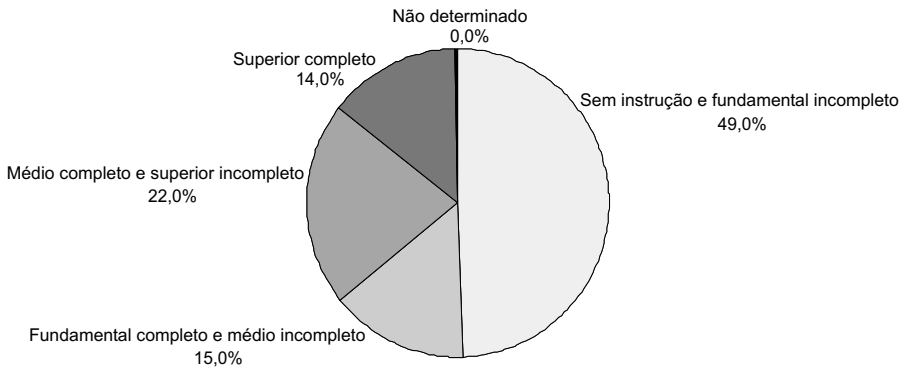


Figura 4.5 População residente nascida em Portugal, por nível de escolaridade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

fundamental incompleto muito pouco expressiva, para ambos os sexos. Neste estado, destaca-se o número de mulheres com *formação de nível médio* (44%), face ao valor da média nacional que é de 26%. No caso de São Paulo, a distribuição assemelha-se mais à distribuição nacional. Contudo, existem algumas diferenças no que respeita aos *níveis de escolaridade intermédios*: 8% dos homens e 21% das mulheres completaram o *ensino fundamental*, valor que é superior à média nacional

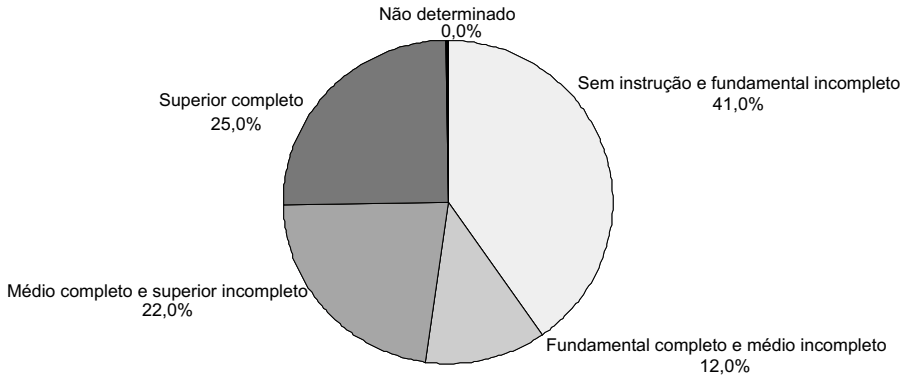


Figura 4.6 População residente nascida em Portugal, naturalizada brasileira, por nível de instrução

Fonte: IBGE, Censo 2010.



Figura 4.7 População residente nascida em Portugal, estrangeira, por nível de instrução

Fonte: IBGE, Censo 2010.

no caso das mulheres; 31% dos homens e 10% das mulheres possuem formação de *nível intermédio*, estando ambos os valores abaixo média nacional que é de 42% e 26%, respetivamente. Em compensação, 54% das mulheres e 46% dos homens completaram o *ensino superior*, estando ambos os valores acima da média nacional que é de, respetivamente, 44% e 36%.

A análise da variável *escolaridade* em diferentes grupos etários permite verificar que a idade é, para esta população, um fator de enorme relevância. Globalmente, a proporção de pessoas com ensino superior é de 14%. Contudo,

Quadro 4.22 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução e fundamental incompleto	28.953	43,0	35.744	54,2	64.697	48,5
Fundamental completo e médio incompleto	10.117	15,0	9.644	14,6	19.761	14,8
Médio completo e superior incompleto	16.816	25,0	12.366	18,8	29.182	21,9
Superior completo	11.308	16,8	8030	12,2	19.338	14,5
Não determinado	176	0,3	129	0,2	305	0,2
Total	67.369	100,0	65.913	100,0	133.283	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.23 População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução e fundamental incompleto	487	12,8	205	15,3	691	13,4
Fundamental completo e médio incompleto	355	9,3	192	14,3	547	10,6
Médio completo e superior incompleto	1.589	41,8	345	25,8	1.934	37,6
Superior completo	1.372	36,1	597	44,6	1.970	38,3
Total	3.802	100,0	1.339	100,0	5.142	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.24 População residente há menos de 10 anos, nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo

Estados		Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Rio de Janeiro	M	7	1,80	10	2,60	168	42,90	206	52,70
	F	11	5,60	0	0,00	87	43,80	100	50,60
	Total	18	3,10	10	1,70	255	43,20	307	52,00
São Paulo	M	138	15,50	68	7,60	277	31,10	408	45,80
	F	59	15,10	84	21,40	39	10,00	211	53,60
	Total	197	15,30	152	11,80	317	24,70	619	48,20

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.25 População residente nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e grupos de idade

(em percentagem)

Grupo de idade	Sem instrução e fundamental incompleto			Fundamental completo e médio incompleto			Médio completo e superior incompleto			Superior completo		
	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total
23-29	5,3	17,3	13,8	0,0	13,9	11,9	52,5	32,6	37,0	42,2	36,3	37,3
30-39	0,0	10,4	6,2	6,1	13,7	11,3	31,1	29,9	38,2	62,7	46,0	44,4
40-49	9,1	12,2	10,1	13,1	15,7	12,5	37,5	34,5	35,8	40,2	37,6	41,6
50-59	21,9	25,7	22,1	15,9	19,9	17,0	33,0	30,6	33,3	28,9	23,5	27,4
60-69	38,5	48,7	42,5	19,1	15,2	16,1	25,7	21,1	24,6	16,4	14,5	16,5
70-79	61,1	69,2	63,9	15,8	13,2	14,8	18,4	13,6	16,2	4,8	3,9	5,0
>80	68,5	79,4	72,5	13,9	10,6	12,2	12,8	7,0	10,8	4,2	2,7	4,1
Total	48,2	54,0	48,5	16,1	14,6	14,8	22,2	18,8	21,9	13,3	12,4	14,5

Nota: RJ = Rio de Janeiro; SP = São Paulo.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

existe um grande desvio relativamente a este valor, quer nos grupos etários mais jovens quer nos mais velhos. Nos grupos etários entre 23 e 49 anos, a percentagem de indivíduos com ensino superior ronda os 40%. Considerando ainda os estados de referência para o projeto, no grupo etário entre 30-39 anos, o Rio Janeiro apresenta uma percentagem de migrantes com ensino superior muito elevada (63%), face aos 44% que constituem o valor de referência total. De facto, o Rio apresenta percentagens de qualificações mais elevadas do que o estado de São Paulo em todos os grupos etários. A diferença mais acentuada entre os dois estados dá-se ao nível das qualificações mais baixas entre os grupos mais jovens (23 e 39 anos), com valores de 5% para o RJ e 17% para SP. O grupo etário entre os 50 e os 59 anos constitui uma *fronteira* entre dois blocos geracionais. Uma percentagem considerável da população com 60 a 69 anos (42%) afirmou não ter qualquer grau instrução formal ou apenas ter o grau *fundamental incompleto*. No RJ esse valor é de 38% e em SP de 49%, confirmando a tendência anteriormente descrita em relação a estes dois estados. Nos grupos etários seguintes o nível de escolaridade é ainda mais baixo — 70% dos sujeitos declara *não ter instrução e/ou fundamental incompleto*. Novamente, o valor neste grupo em São Paulo é um pouco maior que a média geral e no Rio de Janeiro um pouco inferior. Neste mesmo grupo etário, as qualificações mais elevadas apresentam valores semelhantes nos dois estados (5%).

Como já foi referido anteriormente, os indivíduos que chegaram há menos de 10 anos são sobretudo, ou crianças e adolescentes (que não constam neste cruzamento) ou adultos em idade ativa, pelo que população idosa não é tão expressiva nesta tabela quanto na tabela anterior.

Quadro 4.26 População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e grupos de idade

(em percentagem)

Grupo de idade	Sem instrução e fundamental incompleto			Fundamental completo e médio incompleto			Médio completo e superior incompleto			Superior completo		
	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total
23-29	0,0	35,1	18,1	0,0	16,2	13,7	74,9	0,0	30,1	25,1	48,7	38,1
30-39	0,0	3,5	6,8	3,9	7,7	9,1	25,6	24,1	40,7	70,5	64,7	43,4
40-49	11,7	1,9	7,6	0,0	8,9	5,8	47,9	30,5	37,0	40,4	58,7	49,6
50-59	0,0	15,0	10,1	0,0	12,2	17,9	72,5	38,8	47,1	27,5	34,0	24,9
60-69	0,0	6,3	19,3	0,0	15,4	8,3	61,4	46,6	37,3	38,6	31,7	35,2
70-79	0,0	66,3	49,3	0,0	17,5	14,9	0,0	0,0	6,8	100,0	16,2	29,0
>80	46,3	49,8	54,5	0,0	19,2	12,2	0,0	31,0	25,1	53,7	0,0	8,2
Total	3,1	15,3	13,4	1,7	11,8	10,6	43,2	24,7	37,6	52,0	48,2	38,3

Nota: RJ = Rio de Janeiro; SP = São Paulo.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

O grupo que tem qualificações ao nível do ensino *fundamental completo e médio incompleto* apresenta uma distribuição neste cruzamento semelhante à do quadro anterior, tanto no que se refere ao total da população residente, como para os grupos etários entre os 23 e 49 anos.

O grupo com qualificações ao nível do *ensino médio completo ou superior incompleto* tem um peso considerável (38%) no universo dos portugueses chegados há menos de 10 anos ao Brasil, o mesmo se passando com o grupo que declara ter completado o ensino superior (também 38%).

O grupo etário mais jovem (23-29 anos) a residir no Rio de Janeiro apresenta níveis médios de escolaridade mais elevados do que o grupo a residir em São Paulo. A situação inverte-se no que respeita aos níveis superiores de ensino, cuja percentagem é mais elevada em São Paulo (RJ: 25% e SP 49%). Os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e 59 anos apresentam níveis de escolaridade superiores à média nacional. No caso de indivíduos com 60 ou mais anos, a situação inverte-se progressivamente.

Em síntese, a população portuguesa no Brasil encontra-se envelhecida. É sobretudo composta por indivíduos que integraram as intensas vagas migratórias que ocorreram nas décadas de 50 e 60 do século XX. Verifica-se que a população idosa, com 60 ou mais anos, apresenta níveis de escolaridade muito baixos ou nulos. A análise mais fina dos dados relativos à escolaridade por grupos etários, permite ver que o inverso acontece no caso da população entre os 23 e 50 anos, a qual apresenta níveis de escolaridade bastante mais elevados. Para cada uma destas gerações, os valores nos grupos extremos, em termos de qualificações, são inversamente proporcionais.

Dos que concluíram o ensino superior (14,5%), 91% têm nível de licenciatura, 5,8% tem nível de mestrado e 3,2% doutoramento.

Quadro 4.27 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior, por tipo de grau

Grau de ensino	N	%
Licenciatura	17.598	91,0
Mestrado	1.128	5,8
Doutorado	612	3,2
Total	19.338	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.28 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior (licenciatura), por área de estudos

Área de estudos	N	%
Educação	2.136	12,1
Humanidades e artes	1.609	9,1
Ciências sociais, negócios e direito	8.327	47,3
Ciências, matemática e computação	866	4,9
Engenharia, produção e construção	2.613	14,8
Agricultura e veterinária	157	0,9
Saúde e bem estar social	1.607	9,1
Serviços	283	1,6
Total	17.598	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.29 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior (doutoramento), por área de estudos

Área de estudos	N	%
Educação	45	7,3
Humanidades e artes	91	14,8
Ciências sociais, negócios e direito	179	29,2
Ciências, matemática e computação	141	23,0
Engenharia, produção e construção	40	6,6
Saúde e bem estar social	116	19,0
Total	612	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

No que respeita às áreas de estudo da população que apresenta formação superior, as *ciências sociais, negócios e direito* lideram, com 46,5%, seguidas pelas formações em *engenharia, produção e construção*, com 14,4% e, em terceiro lugar, pela educação com 12,2%.

Ao nível do doutoramento, a área de *ciências sociais, negócios e direito* lidera com 32,1%, seguida pela área das *ciências, matemática e computação*, com 22,1%.

*Situação perante o trabalho***Quadro 4.30** Condição de atividade na semana de referência (maiores de 15 anos)

Condição de atividade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Economicamente ativas	32.332	47,6	14.762	22,3	47.094	35,1
Não economicamente ativas	35.563	52,4	51.537	77,7	87.100	64,9
Total	67.894	100,0	66.300	100,0	134.194	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.31 Condição de atividade na semana de referência (residentes há menos de dez anos, maiores de 15 anos)

Condição de atividade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Economicamente ativas	2.572	63,9	624	42,8	3.195	58,3
Não economicamente ativas	1.452	36,1	835	57,2	2.287	41,7
Total	4.024	100,0	1.459	100,0	5.482	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Os quadros anteriores permitem aferir a percentagem da população ativa entre os residentes mais recentes. Os naturais de português apresentam uma taxa de atividade de 35,1%. Quando se cruza esta variável com o sexo verifica-se que, entre os homens, a taxa de atividade é mais elevada (mais do dobro 47,6) do que a taxa de atividade das mulheres (22,3%). Entre os indivíduos que chegaram há menos de 10 anos a taxa de atividade é superior (58,3%). Embora mais discreta, continua a verificar-se uma diferença entre sexos neste grupo.

As figuras 4.8 e 4.9 mostram a distribuição da população ativa, segundo o sexo, por intervalos etários. As mulheres têm uma percentagem de atividade menor do que homens em ambos os universos. No caso da população total essa tendência reflete-se em todos os grupos etários, com exceção do mais jovem (15 aos 19 anos). No caso dos residentes há menos de 10 anos, a diferença entre sexos é mais acentuada para os grupos entre os 30-39 e 40-49 anos, especialmente quando comparada com o total de residentes. Curiosamente, e ainda neste grupo (residentes há menos de 10 anos), a taxa de atividade entre homens e mulheres é muito semelhante para os indivíduos com idades entre 60-69 anos, invertendo-se a tendência geral no escalão etário seguinte (70-79 anos).

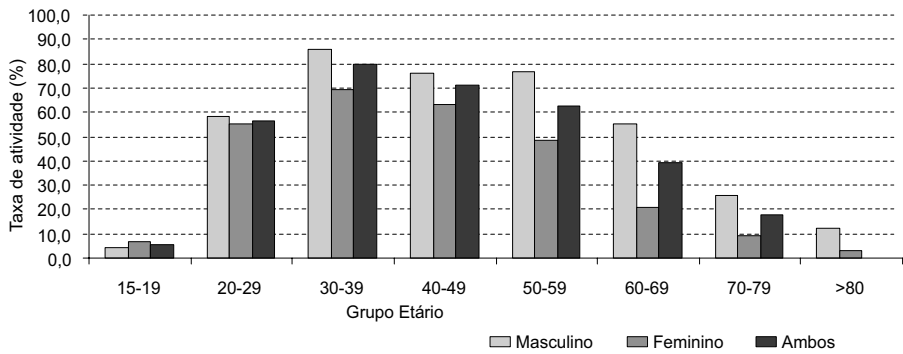


Figura 4.8 População residente em 2010, nascida em Portugal, segundo o sexo e a taxa de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

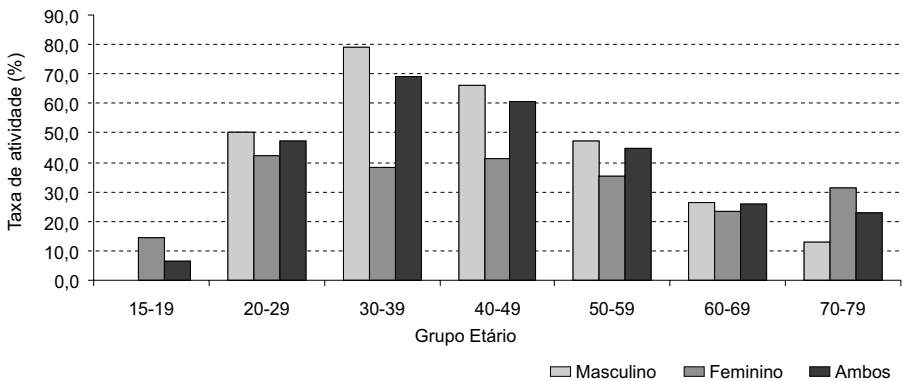


Figura 4.9 População residente em 2010, chegada há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o sexo e a taxa de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Horas de trabalho

A variável original foi recodificada de modo a possibilitar uma melhor leitura dos dados. Considerando a população residente total nascida em Portugal, 30,4% declarou trabalhar exatamente 40h/semanais e 34,6% declarou trabalhar entre 41 e 60 horas. Destes últimos, 38,1% são homens e 26,1% são mulheres. A percentagem de pessoas que trabalha entre 1 e 20 horas é de 14,9%, sendo que 23% das mulheres e 11% dos homens que

Quadro 4.32 População residente (maiores de 15 anos), nascida em Portugal, ativa, segundo horas de trabalho, segundo o sexo

Horas	Todos						Depois de 2000					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0-20	3.228	11,0	3.180	23,0	6.408	14,9	196	8,3	136	23,3	332	11,3
21-40	11.177	38,2	6.314	45,7	17.491	40,6	916	38,8	309	52,9	1.225	41,6
41-60	11.154	38,1	3.615	26,1	14.770	34,3	1.015	43,0	119	20,4	1.134	38,6
61-80	2.549	8,7	531	3,8	3.079	7,1	147	6,2	5	0,9	152	5,2
81-100	848	2,9	87	0,6	935	2,2	72	3,1	14	2,5	87	2,9
101	286	1,0	102	0,7	388	0,9	12	0,5	0	0,0	12	0,4

Fonte: IBGE, Censo 2010.

constituem o universo em estudo se encontram nesta categoria. De um modo geral, pode afirmar-se que os homens trabalham um maior número de horas do que as mulheres e que a percentagem de pessoas que declara trabalhar 40 ou mais horas por semana é bastante elevada.

No que respeita à situação perante o trabalho, 42% dos inquiridos declararam trabalhar por conta própria (categoria mais representativa). Do total de indivíduos que compõem o grupo, 75% é do masculino e 25% do sexo feminino, verificando-se que 53% desses indivíduos têm entre 45 e 64 anos e 38% mais de 65 anos. Destes, 40% chegaram ao Brasil na década de 50, 25% na década de 60% e 14% na década de 70. Quanto à atividade profissional do grupo em causa, 35% dos indivíduos dedica-se ao comércio e/ou reparação de veículos, 10% à indústria transformadora e 8,5% a atividades relacionadas com a restauração e o alojamento.

A categoria *empregados com carteira de trabalho assinada*, outro grupo bastante representado, é composta maioritariamente por homens (62%). Verifica-se que 59% desses indivíduos têm entre 45 e 64 anos, 21,5% entre 25 e 44 anos e 18,5% têm mais de 65 anos. Das pessoas que integram esta categoria, 33,5% chegaram ao Brasil na década de 50, 24% na década de 60, 18% na década de 70 e, 11,5% na última década. No que respeita à ocupação profissional do grupo em causa, 21% são *profissionais das ciências e intelectuais*, 15% *diretores e gerentes* e 13% dedicam-se ao comércio e serviços.

Relativamente aos residentes no Brasil há menos de 10 anos, 30% dos inquiridos declararam *trabalhar por conta própria*, 40% encontram-se *empregados com carteira de trabalho assinada*, 10% declarou-se *empregador*, 14% *empregado sem carteira de trabalho assinada* e 2% *funcionário público*.

Quadro 4.33 Situação perante o trabalho da população ativa residente (maiores de 15 anos), nascida em Portugal

Situação perante o trabalho	Rio de Janeiro				São Paulo				Total			
	Todos		Depois de 2000		Todos		Depois de 2000		Todos		Depois de 2000	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Empregado com carteira de trabalho assinada	4.323	27,3	171	41,3	4.680	23,6	440	62,2	10.579	24,8	1.167	40,0
Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros	29	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	45	0,1	19	0,6
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	740	4,7	0	0,0	441	2,2	0	0,0	1.643	3,9	57	1,9
Empregado sem carteira de trabalho assinada	1.538	9,7	71	17,1	2.194	11,1	48	6,7	4.424	10,4	411	14,1
Conta própria	6.253	39,5	89	21,4	8.809	44,4	157	22,3	18.030	42,3	876	30,0
Empregador	2.556	16,2	34	8,3	3.322	16,8	42	6,0	7.099	16,6	298	10,2
Não remunerado	381	2,4	49	11,9	382	1,9	20	2,8	846	2,0	94	3,2
Total	15.819	100,0	414	100,0	19.827	100,0	706	100,0	42.666	100,0	2.922	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Distribuição por grupo de ocupação

No que respeita à ocupação profissional, 35% dos residentes nascidos em Portugal indicaram ter ocupação. Destes, 21,5% trabalham nas áreas dos serviços e comércio e 18,8% são especialistas das profissões intelectuais e científicas, e correspondem aos indivíduos com qualificações mais elevadas. Conforme visto anteriormente na secção das qualificações, ser naturalizado brasileiro não só permite um maior acesso aos capitais escolares, como uma melhor integração no mercado de trabalho. Note-se que a proporção de especialistas das profissões intelectuais e científicas é superior entre os naturalizados brasileiros (25,9%) face aos estrangeiros (16,8%). Da mesma forma, a proporção de Pessoal dos serviços e vendedores é inferior entre os naturalizados brasileiros (16,9%) face aos estrangeiros (22,8%). Relativamente ao total da população estrangeira, os naturais portugueses apresentam uma percentagem inferior de especialistas das profissões intelectuais e científicas. Pelo contrário, a proporção de portugueses nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa e no Pessoal dos serviços e vendedores é superior ao conjunto da população estrangeira.

Em relação ao total da população portuguesa residente, os indivíduos que chegaram nos últimos 10 anos apresentam uma distribuição diferente no que respeita aos grupos profissionais: 22% são *diretores ou gerentes* (dos quais 10,8% naturalizados brasileiros e 25,5% estrangeiros), 19,6% desenvolvem *profissões intelectuais* (dos quais, 7,2% naturalizados brasileiros e 21,9% estrangeiros), 13,5% são *operários e artífices* com e 10,7% trabalha dos serviços e comércio. Estes dados permitem averiguar que os recém chegados têm-se posicionado melhor no mercado de trabalho comparativamente ao total da população. Curiosamente, a diferença entre os naturalizados brasileiros, que anteriormente mostravam alguma vantagem em relação aos estrangeiros, apresenta uma tendência inversa. Isto é, nas ocupações mais privilegiadas como os *quadros superiores* (24,5% e 10,8%) e *profissões intelectuais* (21,9% e 7,2%) a proporção de estrangeiros é superior ao de naturalizados, respetivamente. O inverso ocorre nas ocupações menos privilegiadas como *operários* (10,1% e 32,1%) e *trabalhadores não qualificados* (2,5% e 8,5%), onde a proporção de estrangeiros é inferior à de naturalizados. Este cenário poderá ilustrar um quadro de retorno, em que os homens portugueses casados com mulheres brasileiras tiveram acesso à naturalização, mas que, devido às suas qualificações mais baixas, se posicionam em ocupações menos privilegiadas do mercados de trabalho.

Relativamente ao total da população estrangeira recém chegada os naturais portugueses apresentam uma percentagem superior nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa. Pelo contrário, apresentam uma proporção menor de trabalhadores

Quadro 4.34 População residente (maiores de 15 anos), nascida no exterior (Portugal e total), por nacionalidade, segundo grupos de ocupação

(em percentagem)

Ocupação	Nascidos em Portugal			Estrangeiros		
	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total
Mal definida	10,3	13,1	12,4	10,4	10,6	10,6
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	16,1	16,6	16,5	11,8	12,8	12,5
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	25,9	16,8	18,8	26,2	22,4	23,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6,8	8,2	7,9	6,3	7,6	7,2
Pessoal administrativo e similares	5,1	3,1	3,6	3,8	2,9	3,1
Pessoal dos serviços e vendedores	16,9	22,8	21,5	14,4	17,8	16,9
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	3,4	1,6	2,0	4,4	2,7	3,2
Operários, artífices e trabalhadores similares	6,1	7,1	6,8	7,1	7,0	7,1
Operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5,1	5,7	5,6	6,6	9,5	8,7
Trabalhadores não qualificados	4,0	5,0	4,8	8,8	6,6	7,2
Forças Armadas	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Censo 2010.

não qualificados e de operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.

Os residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo há menos de 10 anos apresentam algumas originalidades, face à população total de origem portuguesa, no que respeita às suas ocupações. Os operários e artífices, que na população total apresentam 6,4%, correspondem a 13,5% nos recém-chegados ao país. Este aumento não se faz contudo sentir nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo onde o valor continua baixo (6%). O sector do comércio e serviços (22% da população total) absorve apenas 10% da população recém-chegada. O número de quadros superiores entre os recém-chegados é superior face ao peso da mesma categoria entre a população total, respectivamente 22% e 16%. Nos

Quadro 4.35 População residente há menos de 10 anos nascida no exterior (maiores de 15 anos) (Portugal e total), por nacionalidade, segundo grupos de ocupação

(em percentagem)

Ocupação	Nascidos em Portugal			Estrangeiros		
	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total
Mal definida	17,0	13,4	14,0	7,8	8,7	8,6
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	10,8	24,5	22,4	5,4	12,0	11,1
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	7,2	21,9	19,6	14,5	20,5	19,7
Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,5	11,5	10,9	4,0	6,6	6,2
Pessoal administrativo e similares	9,5	0,7	2,1	4,1	2,5	2,8
Pessoal dos serviços e vendedores	3,7	12,0	10,5	13,2	15,0	14,8
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	2,5	1,0	1,2	7,0	1,9	2,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	32,1	10,1	13,5	10,0	6,8	7,2
Operadores das instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1,2	0,8	0,9	18,3	17,6	17,7
Trabalhadores não qualificados	8,5	3,5	4,3	15,5	8,2	9,2
Forças Armadas	0,0	0,7	0,6	0,3	0,2	0,2

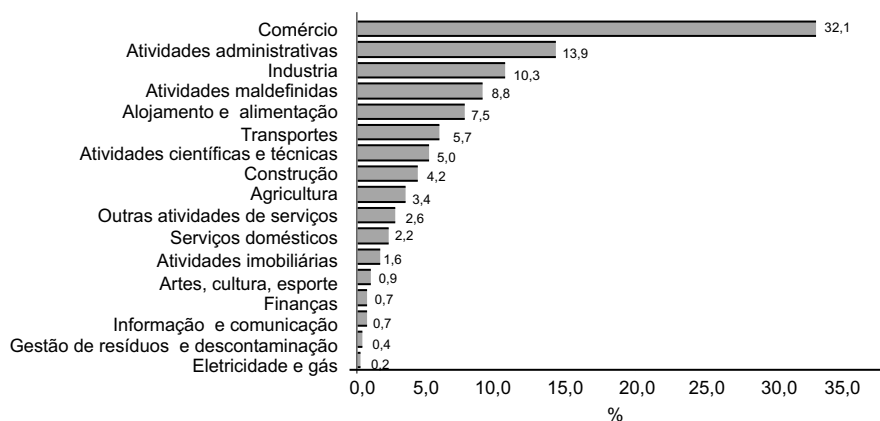
Fonte: IBGE, Censo 2010.

estados de referência o valor é especialmente significativo chegando aos 30%. As profissões intelectuais mantêm-se na ordem 19%, no total da população. No entanto, nos estados Rio de Janeiro e São Paulo este valor é 10% mais elevado.

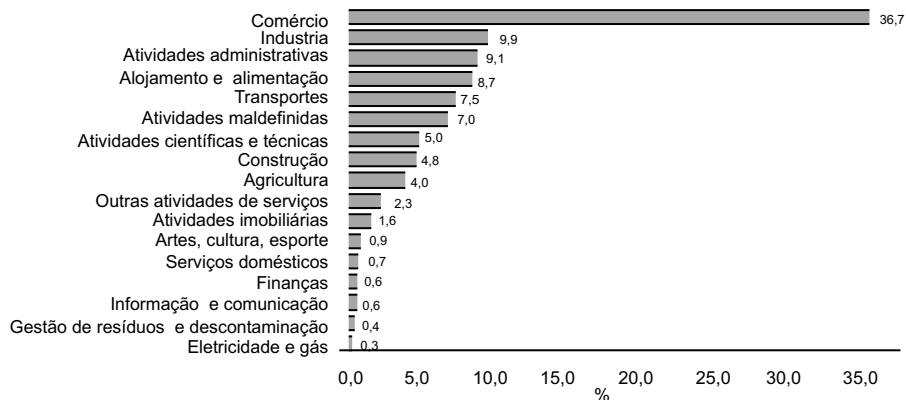
Quadro 4.36 População residente nascida em Portugal, por período de chegada e UF, segundo os grupos de ocupação

Ocupação	Rio de Janeiro			São Paulo			Total		
	>2000			>2000			>2000		
	Todos	N	%	Todos	N	%	Todos	N	%
Mal definida	1.899	54	12,0	2.562	80	12,8	5.315	413	12,3
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	2.250	124	14,2	3.421	217	17,1	6.913	658	16,0
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	2.834	117	17,9	3.574	184	17,9	8.079	577	18,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1.129	50	7,1	1.453	97	7,3	3.303	319	7,7
Pessoal administrativo e similares	666	7	4,2	617	0	3,1	1.583	61	3,7
Pessoal dos serviços e vendedores	4.014	10	25,3	4.591	55	23,0	9.575	308	22,2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	170	0	1,1	282	0	1,4	899	36	2,1
Operários, artífices e trabalhadores similares	1.036	27	6,5	1.347	44	6,7	2.750	399	6,4
Operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1.195	0	7,5	1.106	20	5,5	2.545	25	5,9
Trabalhadores não qualificados	650	24	4,1	1.006	9	5,0	2.064	126	4,8
Forças Armadas	29	0	0,2	0	0	0,0	45	19	0,1
Total	15.872	414	100,0	19.957	706	100,0	43.071	2.942	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Distribuição por ramos de atividade**Figura 4.10** População residente, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

**Figura 4.11** População masculina residente, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Estes quadros foram construídos com base nos dados referentes à totalidade da população. A divisão pelos estados de referência não é relevante, uma vez que os estados do RJ e SP tomados conjuntamente representam 83% da população e não diferem muito entre si no que respeita à varável em

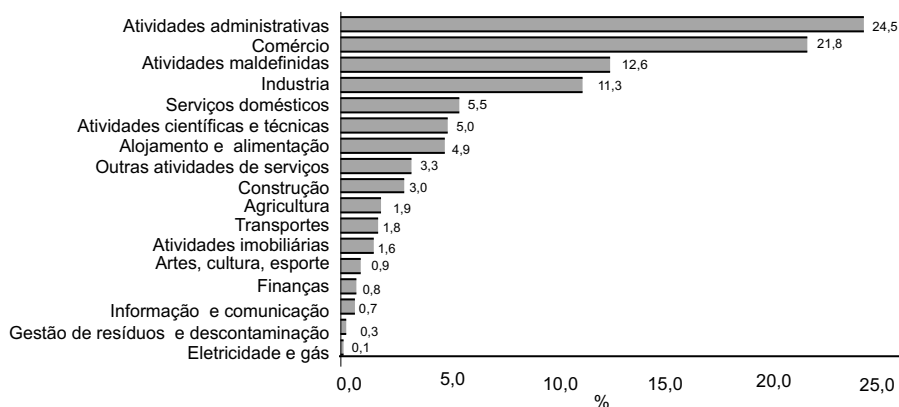


Figura 4.12 População feminina residente, nascida em Portugal, segundo sector de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

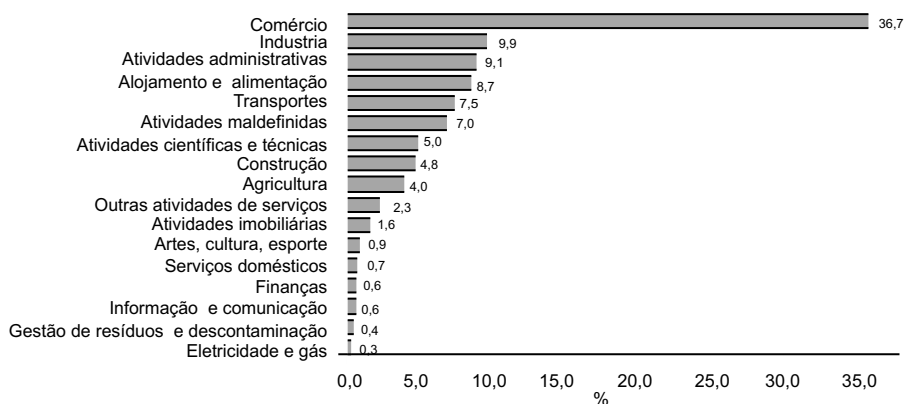


Figura 4.13 População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

análise. As atividades com maior peso na amostra são o ramo do *comércio* com 32%, as atividades *administrativas e serviços complementares* com 13,8%, a *indústria de transformação* com 10,3% e o *alojamento e restauração* com 7,5%. Quando se observa a distribuição da população por ramo de atividade tendo em conta o sexo, verifica-se uma maior disparidade nos sectores do *comércio*, onde a percentagem de homens é maior e no sector das atividades *administrativas e serviços complementares*, onde a percentagem de mulheres cresce.

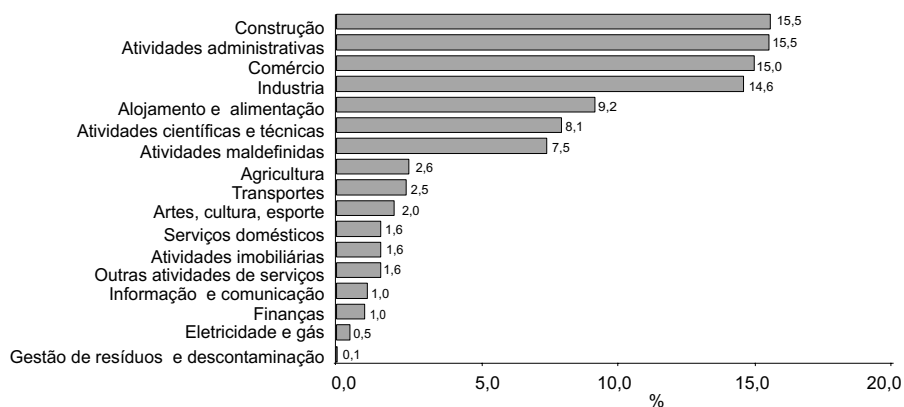


Figura 4.14 População masculina residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

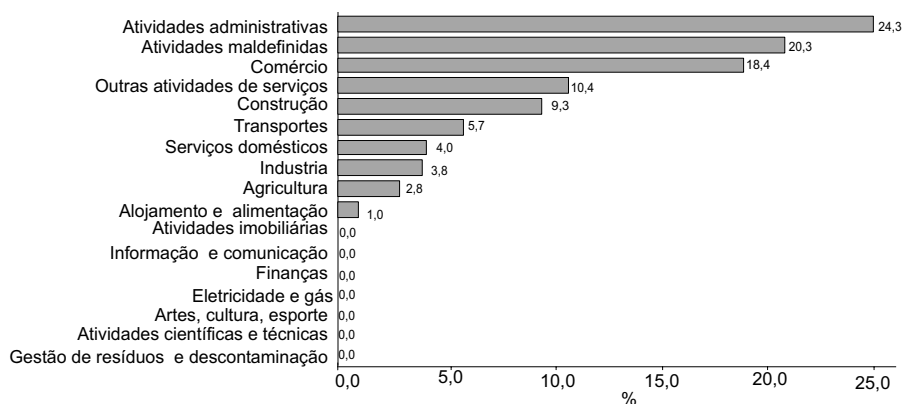


Figura 4.15 População feminina residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em relação aos ramos de atividade económica verificam-se algumas alterações quando se compara o total da população portuguesa com os chegados há menos de 10 anos. Os sectores do comércio e o dos transportes, que correspondiam a 32% e 5,7%, respectivamente, correspondem a 15,6% e 3,1% na população recém-chegada. Por outro lado, o sector da construção, que ocupa cerca de 4% da população total, integra 15% dos que chegaram nos

últimos dez anos. Além disso, regista-se um ligeiro aumento da importância dos sectores relacionados com atividades financeiras, administrativas, científicas e técnicas entre o grupo dos recém-chegados.

Vistos de trabalho e de residência

Os pedidos de autorizações de visto de trabalho (permanentes e temporários) e, conseqüentemente, de residência junto do Ministério do Trabalho e do Emprego correspondem apenas a uma parcela das entradas de portugueses no Brasil.¹ No período compreendido entre 2008 e 2013, foram concedidas a cidadãos portugueses 8529 autorizações de residência. Depois de dois anos a crescer de modo mais regular (desde 2008), o fluxo de autorizações duplicou, de 2010 ($n=798$) para 2011 ($n=1564$), tendo aumentado mais de 40% em 2012 ($n=2247$) e continuado em expansão no ano seguinte. Simultaneamente, a proporção de portugueses no conjunto dos estrangeiros que obtiveram visto de trabalho (temporário e permanente) para o Brasil foi aumentando progressivamente, atingindo o máximo em 2013 com 4,6% do número total de autorizações concedidas.

As unidades de federais referência para o projeto, Rio de Janeiro e São Paulo, representam os contextos onde são concedidas grande parte das autorizações (64%, em média). Entre 2008 e 2010 os números de pedido de visto variaram entre 679 e 798, dos quais cerca de 21% para o Rio de Janeiro e 65% para São Paulo. Nos anos seguintes, assistiu-se a um aumento exponencial do número de pedidos de visto, chegando ao valor de 2913 em 2013. Apesar deste aumento, a proporção de pedidos manteve-se semelhante para os dois estados.

O aumento do número de pedidos de visto de trabalho é relevante sobretudo para os vistos de carácter temporário. As autorizações permanentes são residuais. Contudo, é de referir que os portugueses representam, em média, 20% do total das autorizações permanentes concedidas a estrangeiros.

Em conjunto, o Rio de Janeiro e São Paulo acomodam mais de metade de autorizações concedidas a portugueses, registando o valor máximo de 74%, em 2011. A partir de 2012, regista-se uma diminuição progressiva da concentração de autorizações nestes dois estados.

Os dados constantes nesta figura permitem aferir que, no período analisado, a migração é essencialmente masculina (84%-87%). Contudo, parte desses homens poderão ter viajado com as suas cônjuges, as quais não estarão abrangidas nas estatísticas dado encontrarem-se sob regime

1 Os cidadãos portugueses não necessitam de visto para entrar no Brasil. Ou seja, enquanto turistas podem permanecer no país 90 dias que pode ser renovado por igual período, totalizando 180 dias anuais. Além disso, situações de reagrupamento familiar, entradas de estudantes e de turistas que podem ser transformadas em outros estatutos migratórios já em território brasileiro, não são contabilizadas neste conjunto de dados.

Quadro 4.37 Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros

País	1993-97	1998-2004	2005-2008	2009-2012
Portugal	707	2.025	2.783	5.183
Total	18.900	109.824	123.079	234.682
% dos portugueses	3,7	1,8	1,9	2,2

Nota: para os anos de 2009, 2010, 2011, e 2012 aparecem valores diferentes segundo a data de atualização da publicação do MTE.

Fonte: Perfil Migratório do Brasil 2009 (para os anos de 1993 até 2008); MNE: Base estatística Geral.

Quadro 4.38 Autorizações concedidas por país de origem

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	595	477	550	679	708	798	1.564	2.247	2.913
Total	24.158	25.440	29.88	43.993	42.914	56.006	70.524	73.022	62.837
% dos portugueses	2,5	1,9	1,9	1,5	1,6	1,4	2,2	3,1	4,6

Fonte: Base Estatística Geral CGIG, atualizada até 30/09/13.

de reagrupamento familiar. O peso das mulheres em São Paulo é superior ao valor nacional e ao do Rio de Janeiro, que, contudo, a partir de 2011 regista um incremento na percentagem de migrantes do sexo feminino, aproximando-se e depois ultrapassando a proporção observada no conjunto do Brasil.

A distribuição etária destes migrantes mostra que se trata essencialmente de população em idade ativa. Os homens apresentam um perfil etário mais envelhecido do que as mulheres:

- H: 80-85% entre os 30-59; 12-16% entre os 15 e 29 anos.
- M: 63-78% entre os 30-59; 24-35% entre os 15 e 29 anos.

A distribuição pelas unidades de federação (UF) permite perceber quais as regiões mais procuradas, quer pelos mais jovens quer pelos mais velhos. A partir de 2010/2011, a proporção de jovens aumenta ligeiramente. Os indivíduos entre os 15 e os 29 encontram-se em maior proporção no estado de São Paulo (19%), Rio de Janeiro (16%), Rio Grande do Sul (16%) e Santa Catarina (15%). Já o grupo dos indivíduos com mais de 60 anos, encontra-se no Maranhão (13%), em Paraíba (8%) e em Santa Catarina e Bahia (7%).

O fluxo de recém chegados ao Brasil apresenta uma proporção significativa de pessoas com ensino superior (mais de 50% em todos os anos

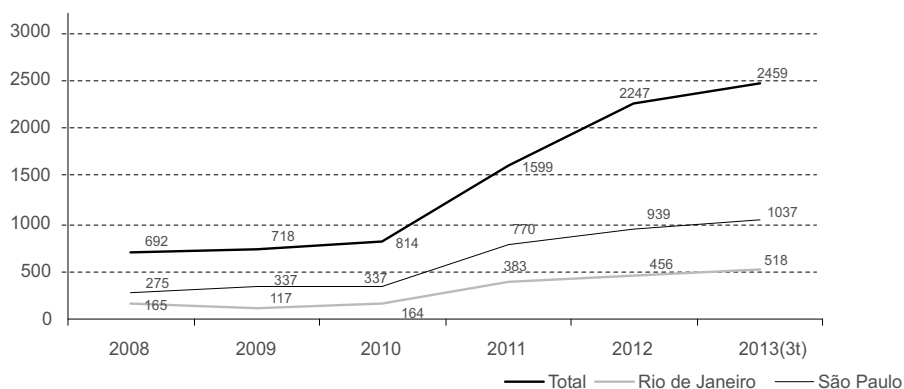


Figura 4.16 Autorizações concedidas a portugueses por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: MTE.

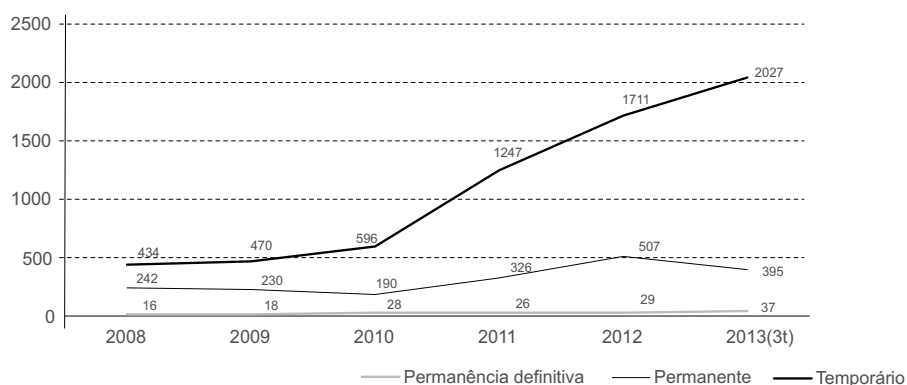


Figura 4.17 Tipo de autorizações concedidas a portugueses, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

analisados), tendo atingido o valor máximo em 2011 (ano do pico migratório), com 71%. Nos dois últimos anos do período de análise, regista-se um declínio da percentagem de indivíduos com formação superior, em detrimento do aumento de pessoas com o nível de ensino secundário e/ou técnico. É importante também notar que, em todos os anos, a proporção de pessoas com o nível de escolaridade básico é residual (sempre menos de 4%).

Quadro 4.39 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

	% Autorizações temporárias + permanentes por UF					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rio de Janeiro	24,0	16,0	20,0	24,0	20,0	21,0
São Paulo	40,0	47,0	41,0	48,0	42,0	42,0
Rio de Janeiro + São Paulo	64,0	63,0	62,0	72,0	62,0	63,0

Fonte: MTE.

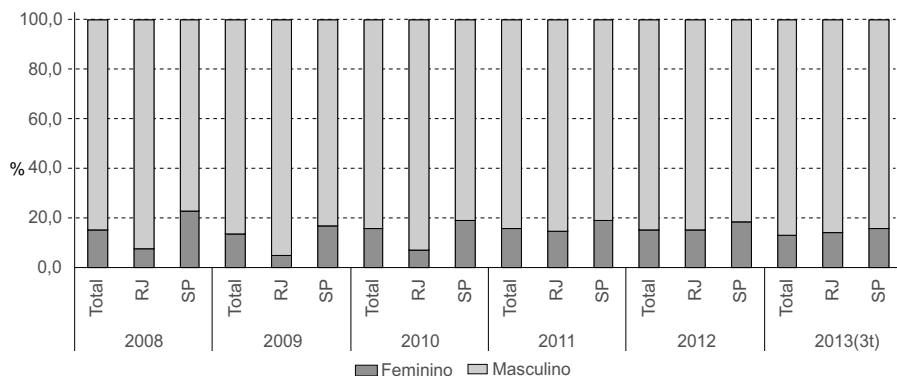


Figura 4.18 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres. RJ = Rio de Janeiro SP = São Paulo.

Fonte: MTE.

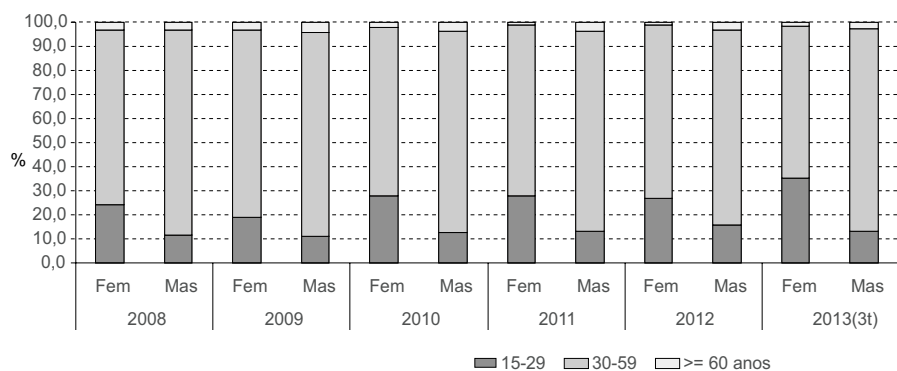


Figura 4.19 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, 2008-2013(3t)

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: MTE.

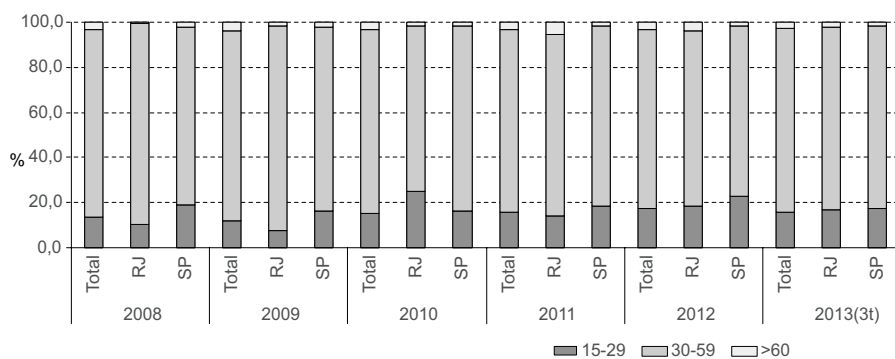


Figura 4.20 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres. RJ = Rio de Janeiro SP = São Paulo.

Fonte: MTE.

Quadro 4.40 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Unidade federativa	< 14 anos	15-29	30-59	>= 60 anos	N.A.	Total
São Paulo	0,0	18,9	79,3	1,6	0,2	100,0
Rio de Janeiro	0,0	16,1	80,4	2,9	0,6	100,0
Ceará	0,0	8,2	85,9	5,7	0,2	100,0
Pernambuco	0,0	12,0	82,8	4,7	0,5	100,0
Minas Gerais	0,0	12,4	83,9	3,3	0,3	100,0
Bahia	0,0	12,5	80,5	7,0	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	0,0	10,1	83,6	6,3	0,0	100,0
Paraná	0,0	11,6	84,1	3,9	0,5	100,0
Rio Grande do Sul	0,0	16,2	79,4	2,9	1,5	100,0
Santa Catarina	0,0	14,9	76,9	6,7	1,5	100,0
Distrito Federal	0,8	20,8	75,8	1,7	0,8	100,0
Espírito Santo	0,0	6,9	92,1	1,0	0,0	100,0
Maranhão	0,0	11,5	73,1	13,5	1,9	100,0
Paraíba	0,0	5,8	80,8	7,7	5,8	100,0
Goiás	0,0	11,4	84,1	0,0	4,5	100,0
Amazonas	0,0	7,0	93,0	0,0	0,0	100,0
Pará	0,0	10,7	85,7	3,6	0,0	100,0
Alagoas	0,0	4,2	91,7	4,2	0,0	100,0
Mato Grosso	0,0	9,5	85,7	4,8	0,0	100,0
Mato Grosso do Sul	0,0	21,4	78,6	0,0	0,0	100,0
Sergipe	0,0	7,7	84,6	7,7	0,0	100,0
Tocantins	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Rondônia	0,0	0,0	75,0	25,0	0,0	100,0
Amapá	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Piauí	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Não especificado	0,0	11,5	66,5	5,0	3,0	100,0
Total	0,0	3,1	80,8	3,1	0,5	100,0

Fonte: MTE.

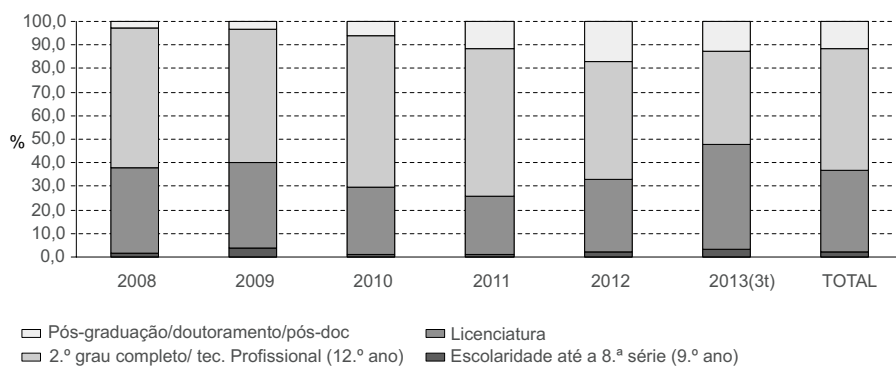


Figura 4.21 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: MTE.

Conclusões

A emigração portuguesa recente para o Brasil é um fenómeno relativamente discreto, quando comparado, quer com outros movimentos migratórios portugueses, quer com movimentos em direção ao mesmo território ocorridos em períodos anteriores.

O Brasil conheceu entre 2000 e 2010 um aumento significativo do número de entradas de pessoas vindas de Portugal, para o qual os movimentos de retorno de migrantes de origem brasileira contribuíram significativamente. Embora o número de cidadãos portugueses a residir em São Paulo e no Rio de Janeiro tenha aumentado significativamente a partir de 2010, a sua percentagem é muito discreta no universo composto por todos os indivíduos com naturalidade portuguesa. A maioria destes migrantes integra um agregado doméstico de modelo nuclear, sendo a percentagem de indivíduos a residir isoladamente relativamente discreta. Sensivelmente metade dos agregados domésticos integram crianças. Em linha com a tendência geral apresentada pela população portuguesa residente no território nacional, a maioria destes agregados tem apenas uma criança.

Os migrantes portugueses em idade ativa que chegaram ao Brasil recentemente apresentam, em média, qualificações muito superiores às apresentadas pelos contingentes migratórios do século XX. O número de indivíduos de ambos os sexos com formação superior completa e incompleta é considerável e próximo dos valores do contexto geral português. Este quadro influencia os posicionamentos do grupo no mercado de trabalho, quer ao nível da profissão exercida, quer ao nível do sector de atividade em que esta decorre. No que respeita a este último, sobressai o aumento

relativo de importância do sector da construção e a perda de significância das atividades ligadas ao comércio. O número de portugueses que desenvolvem atividades enquanto quadros superiores e dirigentes nos sectores público e privado é significativo e mais uma vez em contraste com os contingentes migratórios anteriores. É relevante referir, por fim, que a taxa de ocupação varia significativamente segundo o género. Apesar de apresentarem qualificações relativamente elevadas, o número de mulheres que não se encontra a exercer profissão é significativo.

Referências bibliográficas

- Capinha, Graça (1997), “Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil”, Lisboa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp.103-146.
- Cypriano, Paula L. (2010), *Imigração, Negócio e Poder. O Comerciante Português Como Agente Dinâmico das Relações Intersociais Brasil-Portugal (1850/1875)*, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro.
- Feldman-Bianco, Bela (1992), “Saudade, imigração e a construção de uma (nação) portuguesa desterritorializada”, Campinas, *Revista Brasileira de Estudos da População*, 9 (1), pp. 35-49.
- Feldman-Bianco, Bela (1996), “(Re)construindo a saudade portuguesa em vídeo: histórias orais, artefactos visuais e a tradução de códigos culturais na pesquisa etnográfica”, Lisboa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, pp. 113-126.
- Feldman-Bianco, Bela (2000), “Immigration, cultural constestations and the reconfiguration of identities”, *Journal of Latin American Anthropology*, 4 (2), pp. 126-141.
- Júnior, Antonio Otaviano Vieira, e Daniel Souza Barroso (2010), “Histórias de ‘movimentos’: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 27 (1), pp. 193-2010.
- Lang, Alice B.S.G. (1999) *Imigrantes Portugueses Em São Paulo. Reconstruindo Identities*, trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPOCS, GT-9, Migração Internacional, Caxambu (MG), 19 a 23 de outubro de 1999.
- Lang, Alice B.S.G., e Mara Christina Siqueira de Souza Campos (2013), “Comunidades portuguesa em São Paulo”, *Cadernos Ceru*, 23 (2), pp. 103-126.
- Maia, Maria M.A. (2007), *Territorialidades e Reterritorialidades Da Memória. Imigrantes Portugueses Em Movimento*, ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História.
- Martins, Ismênia, e Fernando Sousa (orgs.) (2006), *Portugueses no Brasil. Migrantes Em Dois Atos*, Rio de Janeiro, Muiraquitã, Seminário.
- Mendes, José Sacchetta Ramos (2011), *Laços de Sangue Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa*, São Paulo, EDUSP.
- Oliveira, Carla Mary da Silva (2003), *Saudades Dálem Mar. Um Estudo Sobre a Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro Através da Revista Lusitânia (1929-1934)*,

- tese de doutoramento em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba.
- Oliveira, Carla Mary da Silva (2008), "A (re)construção da identidade portuguesa na imprensa imigrantista do Rio de Janeiro: a História de Portugal na revista 'Lusitania' (1929-1934)", *Cultura Escolar Migrações e Cidadania. Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Universidade do Porto.
- Pasckes, Maria Luisa Nabinger de Almeida (1991), "Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil: sécs. XIX e XX, Lisboa, *Revista História*, 123-124, pp. 81-93.
- Pedroza, Manoela (2010), "Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minhotas 1750-1850, Lisboa, *Análise Social*, vol. XLV 194, pp. 141-163.
- Ribeiro, Gladys Sabina (2012), "O trânsito de bens entre Brasil e Portugal através da análise dos processos de homologação de sentenças estrangeiras que envolvem imigrantes portugueses", *Confluências*, 13, (1), Niterói, PPGSD-UFF, pp. 1-22.
- Santos, Gustavo Adolfo Pedrosa Daltro (1998), "A festa do Divino Espírito Santo entre os açorianos de São Paulo", *Travessia. Revista do Migrante*, 31, pp. 26-30.
- Scott, Ana Silvia Volpi (2002), "Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Conselho de Guimarães", São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19 (1), pp 95-111.
- Silva, Douglas Mansur da (2000), *O Exílio Anti-Salazarista no Brasil e a Memória da Resistência: Antigos e Novos Laços e Disputas Políticas*, trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, GT-9. Migrações Internacionais, Petrópolis, Rio de Janeiro, 23 a 27 de outubro de 2000.
- Silva, Douglas Mansur da (2012), "Portuguese writers and scientists exiled in Brazil: exclusion, cosmopolitanism and particularism 1945-1974", *Vibrant*, 10 (2), pp. 275-304.
- Sousa, Fernando, Ismênia Martins, e Izilda Matos (2009), *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, Afrontamento.
- Sousa, Roberto R. (2006), *É uma Casa Portuguesa com Certeza!*, tese de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Souza, Flávia M. (2003), *Tradição, Civilização e Cultura. A Reconstrução da Imagem do Imigrante Português no Brasil Através de Um Estudo da Revista Convergência Lusíada, 1976-1998*, dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Temos, hoje, um número crescente e diversificado de estudos sobre a emigração portuguesa, desde projetos individuais de doutoramento ou pós-doutoramento até pesquisas coletivas de investigação de maior dimensão e objetivos mais ambiciosos. A coleção que o Observatório da Emigração agora inicia pretende dar conta, em moldes condensados, do conhecimento produzido por aqueles projetos e pesquisas.

Neste primeiro volume reúnem-se sínteses de resultados de três grandes estudos sobre a emigração portuguesa, efetuados entre 2012 e 2015, num período de grande crescimento do volume de saídas em contexto de crise económica e social. O primeiro, *Regresso ao Futuro: a Nova Emigração e a Relação com a Sociedade Portuguesa* (REMIGR), teve como objetivo conhecer a dimensão e novas características da emigração portuguesa no século XXI. O segundo, *Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe* (BRADRAMO), avaliou a realidade da “fuga de cérebros” (*brain drain*) em Portugal, designadamente o seu aumento recente neste século. O terceiro, *Travessias do Atlântico: Materialidade, Movimentos Contemporâneos e Políticas de Pertença*, analisou os movimentos de pessoas e de bens materiais entre Portugal e Brasil, um destino histórico da emigração portuguesa, hoje com novos atributos.

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia



IGOT
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IS INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
LISBOA

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

 **COMUNIDADES
PORTUGUESAS**